

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

FRANCIELE DE SOUZA TRINDADE

**O PAPEL DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA**

JUIZ DE FORA
2016

FRANCIELE DE SOUZA TRINDADE

**O PAPEL DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto

JUIZ DE FORA

2016

FRANCIELE DE SOUZA TRINDADE

**O PAPEL DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 20/12/2016.

Prof. Dr. Fernando Perlatto (Orientador)

Prof. Dr. Frederico Augusto D'Avila Riani

Prof.(a) Dr.(a) Michele Gonçalves Rodrigues

Ao meu filho Benjamin, que me faz ter
esperança em um mundo melhor e aos
meus irmãos Dudu e Michele, meus
maiores exemplos de força, coragem e fé.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, que me ensinaram a respeitar o outro, sempre!

Ao meu parceiro de vida, Marcos. Sem você eu não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos, Michele e Dudu e ao meu sobrinho Arthur por compreenderem minha ausência.

Ao professor Perlatto, por sua simplicidade e disponibilidade para contribuir, o que resultou numa parceria baseada em confiança e liberdade para produzir este trabalho.

À equipe do CAED, que sempre me atendeu prontamente.

Aos agentes de suporte que me acompanharam em cada disciplina e aos que me orientaram e, às vezes, também “desorientaram”, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dessa dissertação: Carolina Magaldi, Lígia Gomes do Valle, em especial ao Leonardo Ostwald Vilardi e à Marina Terra pela paciência e compreensão nos últimos períodos.

Ao professor Luís A. Fajardo Pontes por colaborar com a definição da melhor metodologia a ser aplicada.

Ao Professor Dilvo Ilvo Ristoff, pela generosidade de me receber e compartilhar parte de sua experiência. Sua contribuição foi muito valiosa!

Aos colegas de turma, pelas trocas de experiência e conhecimento durante esses dois últimos anos e, principalmente, às colegas que me compreenderam, me acompanharam mais de perto e me ajudaram a não desistir: Christianne Guimaraes Fournier, Jesseane Andrea Gualberto Prazeres, Marcia Rejane Damasceno Dias e Silmar da Silva Ferreira

Aos colegas da PROAE que contribuíram com suas impressões, opiniões e com informações sobre o setor. Em especial, agradeço aos colegas do turno da manhã, que me ouviam e me acalmavam nos momentos mais difíceis.

A todos os alunos que tive o privilégio de atender, em especial, aos que aceitaram me ajudar e dispuseram um pouco de seu tempo para participar da entrevista. Sou imensamente grata!

Aos professores Frederico Augusto D`Avila Riani e Michelle Gonçalves Rodrigues, que aceitaram compor a banca de qualificação e de defesa, pelas significativas sugestões e análises, às quais tentei atender.

Ao CGCO pelo acesso aos dados necessários para a realização dessa dissertação.

Enfim, a todos que participaram de alguma forma para o encerramento dessa etapa em minha vida!

Com vocês divido minha alegria!

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir sobre as possibilidades de atuação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a partir de uma visão mais ampla da política de assistência ao estudante frente à redução das diferentes formas de desigualdade social, visto que os gestores que assumiram o setor em agosto de 2014 se propuseram a ressignificar o apoio estudantil para uma relação com os alunos que vá além do suporte financeiro, simplesmente. O objetivo definido para este estudo foi o de conhecer a percepção dos alunos em relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF. Assumimos como hipótese que existe uma cultura na UFJF em que a assistência estudantil vem, há muito tempo, mantendo seu foco principal de atividade em ações que visam o suporte material por meio de bolsas e auxílios financeiros em detrimento das demais ações desenvolvidas pela equipe, também previstas no Decreto 7.234/2010. Foram utilizadas como metodologias a pesquisa qualitativa e o estudo de caso e como instrumento entrevista semiestruturada. Foi possível confirmar que, realmente, existe um equívoco, tanto por parte da instituição quanto por parte dos alunos, em relação ao conceito de Assistência Estudantil. Portanto, foram propostas ações com intuito de ressignificá-la e torna-la mais proativa em situações de evasão e retenção.

Palavras-Chave: Assistência Estudantil; Permanência no Ensino Superior; Redistribuição. Reconhecimento.

ABSTRACT

The present dissertation is developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case to be studied will discuss the possibilities of the Pro-Rector of Student Assistance and Inclusive Education (PROAE) of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) from a broader view of the student assistance policy. In view of the reduction of the different forms of social inequality, since the managers who took over the sector in August 2014 proposed to re-signify student support for a relationship with students that goes beyond financial support, simply. The objective defined for this study was to know the students' perception regarding the Student Assistance Policy at UFJF. We assume as a hypothesis that there is a culture in the UFJF in which student assistance has long maintained its main focus of activity in actions that aim at material support through grants and financial aid in detriment of other actions developed by the team, Provided for in Decree 7.234 / 2010. The qualitative research and the case study were used as methodologies and as a semistructured interview instrument. It was possible to confirm that, in fact, there is a misunderstanding, both on the part of the institution and on the part of the students, regarding the concept and purpose of the Student Assistance. Therefore, actions were proposed in order to re-signify it and make it more proactive in situations of evasion and retention.

Keywords: Student assistance; Staying in Higher Education; Redistribution. Recognition.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APL Arranjos Produtivos Locais

CGCO Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional

CAE Coordenação de Assuntos Estudantis

CAEd Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CPA Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRE Coordenadoria de Relações Estudantis

Consu Conselho Superior

DAC Departamento de Assuntos Comunitários

DAE Departamento de Assistência Estudantil

DAIE Diretoria de Assistência e Integração Estudantil

DEC Departamento de Educação e Cultura

DIAAF Diretoria de Ações Afirmativas

ENADE Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

ID Indicadores de Desempenho

IES Instituições de Ensino Superior

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA Lei Orçamentária Anual

MEC Ministério da Educação

PAE Programa de Apoio ao Estudante

PBP Programa Bolsa Permanência

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE Plano Nacional de Educação

PROAE Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAE Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva
PROBEM Programa Bem-Estar Mental
PROCULT Pró-Reitoria de Cultura
PROEX Pró-Reitoria de Extensão
PRORH Pró-Reitoria de Recursos Humanos
REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais
RU Restaurante Universitário
Satepsi Serviço de Atendimento Psicológico
SENCE Secretaria Nacional de Casas de Estudantes.
SESu Secretaria de Educação Superior
SIEP Seção de Intervenção e Estudos Psicopedagógicos
Sinaes Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU Sistema de Seleção Unificada
TAE Técnico em Assuntos Educacionais
UnB Universidade de Brasília
UFC Universidade Federal do Ceará
UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOB Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPE Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE União Nacional dos Estudantes
UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação dos Entrevistados.....	63
Quadro 2: Comparativo das áreas de atuação do PNAES nas IFES selecionadas.	68
Quadro 3: Resignificar a Assistência Estudantil na UFJF.....	90
Quadro 4: Definir a missão da PROAE.....	91
Quadro 5: Diversificar as áreas de atuação.....	92
Quadro 6: Redimensionamento do quadro de servidores da PROAE.....	93
Quadro 7: Comunicação com o público-alvo.....	94
Quadro 8: Transparência PROAE.....	95
Quadro 9: Acompanhamento psicossocial e pedagógico (desempenho, frequência)	98
Quadro 10: Indicador de Satisfação.....	102
Quadro 11: Indicadores de Atendimento.....	102
Quadro 12: Indicadores de Benefícios.....	102
Quadro 13: Indicadores de Retenção.....	103
Quadro 14: Indicadores de Evasão.....	103
Quadro 15: Indicadores de Rendimento Acadêmico.....	104
Quadro 16: Indicadores de Reprovação.....	104
Quadro 17: Indicadores de potenciais evadidos encaminhados para atendimento	105
Quadro 18: Indicadores de atendimento de potenciais evadidos.....	107
Quadro 19: Indicador de efetividade dos atendimentos.....	107
Quadro 20: Processo de avaliação para as ações do PNAES nas diversas IFES	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Panorama da expansão universitária	27
Tabela 2: Quantidade de entrevistas sugeridas por categorias (Modalidade x Rendimento Acadêmico).....	62
Tabela 3: Quantidade de entrevistas realizadas por categorias (Modalidade x Rendimento Acadêmico)	63
Tabela 4: Enquadramento dos alunos entrevistados conforme os critérios propostos.	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	19
1.1 A assistência estudantil no Brasil.....	20
1.2 Os programas de expansão das universidades federais.....	26
1.3 O Programa Nacional de Assistência Estudantil.....	31
1.4 A assistência estudantil na UFJF.....	34
2 UMA REFLEXÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROAE	50
2.1 A assistência estudantil para além das bolsas.....	51
2.2 Aspectos metodológicos da pesquisa de campo.....	60
2.3 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa.....	64
2.3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil nas universidades federais.....	65
2.3.1.1 Um comparativo entre as Políticas de Assistência Estudantil.....	73
2.3.2 Entrevistas com alunos da UFJF assistidos em 2014.....	75
3 PROPOSTA DO PLANO DE AÇÕES PARA RESSIGNIFICAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	88
3.1 Ação 1 - Ressignificar a Assistência Estudantil na UFJF.....	89
3.1.1 Definir a missão da PROAE.....	90
3.1.2 Diversificar as áreas de atuação.....	91
3.1.3 Redimensionamento do quadro de servidores da PROAE.....	92
3.1.4 Comunicação com o público e transparência.....	93
3.2 Ação 2 - Acompanhamento psicossocial e pedagógico (desempenho, frequência).....	95
3.2.1 Acompanhamento de desempenho acadêmico.....	98
3.2.2 Acompanhamento de frequência.....	99
3.3 Ação 3 - Processo de avaliação para as ações do PNAES nas diversas IFES.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	111

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com o Gestor Nacional do PNAES – Diretor de Políticas e Programas para a Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC	118
APÊNDICE B – Entrevista prévia com alunos apoiados.....	119
APÊNDICE C – Entrevista de avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	121
APÊNDICE D – Termo de Consentimento.....	125

INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC) teve como uma das atribuições previstas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) fomentar a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% (trinta por cento) dos jovens na faixa etária de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, entre 2001 e 2011. Em abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de melhorar a Educação no País, em todas as suas etapas, em um prazo de 15(quinze) anos. Ele prevê várias ações que visam não só identificar, mas também solucionar os problemas que afetam diretamente a Educação Brasileira. Dentre elas, encontra-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem por objetivo criar condições que ampliem o acesso e a permanência na educação superior.

Dessa forma, a partir de 2007, por meio do REUNI, estruturou-se a reordenação da educação superior brasileira, com vistas a retomar o crescimento do ensino superior público. Com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, idealizaram-se ações que favoreceram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão.

Dentre as instituições contempladas pelo REUNI, encontra-se a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sediada na cidade de Juiz de Fora e criada pela Lei nº 3858, de 26 de dezembro de 1960. A UFJF é uma Instituição Federal de Ensino Superior e se destaca como polo científico e cultural na região sudeste do Estado de Minas Gerais, especificamente na chamada Zona da Mata Mineira.

No âmbito da estrutura organizacional da UFJF, em consonância com as políticas de expansão do ensino superior, encontra-se presente a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE), que tem como principal competência dedicar-se à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil.

A política nacional de assistência estudantil foi constituída em julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Ainda no campo da garantia da permanência do alunado na universidade, as Instituições Federais de Ensino receberam novos desafios, em junho de 2014, com a aprovação da Lei nº 13.005, que discorre sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Pode-se perceber que a expansão da rede federal de educação superior não se resume à ampliação da oferta das vagas, indo além deste objetivo, uma vez que se orienta, também, no sentido da elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais.

Para atingir os resultados esperados, foram traçadas 21 (vinte e uma) estratégias. Dentre elas, destaca-se a de número 12.5, que propõe o desenvolvimento de políticas de inclusão e de assistência estudantil de forma a promover o sucesso acadêmico (BRASIL, 2014). Esta tática nos remete ao que vem sendo consolidado ao longo dos últimos anos por meio de um processo contínuo de ações e políticas, que culminou na elaboração e aprovação do atual PNAES.

A gestão das políticas de assistência estudantil na UFJF é de competência da PROAE e uma de suas funções é “estimular e facilitar a permanência do estudante no curso” (UFJF, 2014). Assim, preocupada em proporcionar uma permanência com qualidade aos seus discentes, esta Pró-Reitoria reconhece que é fundamental oferecer condições de subsistência para que eles se mantenham na universidade, mas compreende também a importância e a necessidade de promover ações que contemplem o aluno enquanto ser integral e social.

Assim, dentre as diretrizes apontadas pela então Pró-Reitora Joana Machado¹ em sua entrevista de apresentação ao assumir o cargo, em setembro de 2014, está a proposta de ressignificar a ideia de assistência estudantil na UFJF, pois, em seu entendimento existiria uma forte associação com ações puramente financeiras e assistencialistas.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo conhecer a percepção dos alunos em relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF. Outra finalidade é, a partir dessa compreensão, propor ações e estratégias que possibilitem, de fato, dar um novo significado ao apoio estudantil, que vá além de uma relação financeira com os discentes e proporcione efetivas possibilidades de

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em <<http://www.ufjf.br/proae/a-pro-reitoria/apresentacao/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

permanência para estudantes que estejam enfrentando dificuldades no processo de inclusão no ensino superior.

Por se tratar de pesquisa de natureza aplicada, foram utilizadas as abordagens qualitativa e estudo de caso, além de pesquisa documental e bibliográfica. Como instrumento, com o intuito de conhecer a percepção dos alunos em relação ao papel e a importância da assistência estudantil para sua permanência na universidade, foram aplicadas entrevistas de modo planejado e sistemático com uma quantidade previamente definida de alunos bolsistas.

Considerando o constante e significativo crescimento da educação superior ocorrido nas duas últimas décadas, o primeiro capítulo tratará dos programas de expansão das universidades federais e das políticas de acesso e permanência no ensino superior. Visto que a criação de políticas com ênfase na inclusão de grupos historicamente excluídos provoca notáveis impactos no perfil socioeconômico do estudante de graduação, descrever-se-á o histórico da assistência estudantil, desde iniciativas isoladas das universidades até sua efetivação como uma política de Estado.

Devido ao fato de o estudo de caso em questão tratar, especificamente, da UFJF, abordar-se-á, também, o histórico da assistência estudantil na instituição, seu rápido processo de expansão relacionado à quantidade de bolsas e auxílios financeiros e suas consequências. Alguns dos efeitos observados são o interesse exacerbado do alunado por bolsas e auxílios financeiros em detrimento dos demais programas e atividades oferecidos pela PROAE, além do desconhecimento do PNAES por parte dos alunos, que não recebem informações e orientações por parte do setor.

O capítulo seguinte objetiva provocar uma reflexão acerca das possibilidades de atuação da PROAE, a partir de uma visão mais ampla da política de assistência ao estudante frente à redução das diferentes formas de desigualdade social. O setor passa por reestruturações no sentido de promover ações que contribuam para uma formação ampliada do aluno e para a permanência com qualidade na universidade. As propostas, ainda que embrionárias, visam oferecer suporte para questões que vão além das necessidades financeiras. Entretanto, são muitas as oportunidades de melhoria.

Diante dos comportamentos demonstrados por parte dos alunos, os quais refletem a forma como a assistência estudantil vem sendo tratada ao longo dos anos

na instituição, é possível inferir que existe a necessidade de mudanças culturais que permitam tanto aos servidores quanto aos alunos perceberem as políticas de ações afirmativas enquanto ferramentas de reconhecimento das diferenças e não apenas como redistribuição de bens materiais. Neste sentido, a interpretação teórica das ações afirmativas no Brasil será baseada no princípio de justiça e reconhecimento formulado pela filósofa política norte-americana Nancy Fraser.

Ainda no Capítulo 2, com o intuito de conhecer práticas mais abrangentes desenvolvidas em outras universidades federais, apresentar-se-á um levantamento sobre a forma como os setores responsáveis pela assistência estudantil dessas instituições atuam diante das diversas possibilidades sugeridas pelo PNAES. Conhecer essas experiências é de grande valia para o direcionamento das oportunidades de atuação da PROAE.

Em seguida, serão apontados os aspectos metodológicos da pesquisa de campo, bem como a avaliação das propostas de intervenção mais adequadas para o caso em estudo.

Por fim, o Terceiro Capítulo apresentará a proposta de intervenção em conformidade com os resultados analisados na seção anterior.

1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Em razão da criação de políticas com ênfase na inclusão de grupos historicamente excluídos, a educação superior brasileira foi marcada por um crescimento constante e significativo nas duas últimas décadas. Importantes oportunidades de mobilidade social vêm sendo criadas para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Esse conjunto de políticas para o setor educacional tem provocado notáveis efeitos no perfil socioeconômico do estudante de graduação, que podem ser confirmados por meio dos registros realizados nos três ciclos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Assim, este capítulo tem por objetivo descrever o caso de gestão em foco, qual seja, o papel da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no processo de inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora. A exposição dos elementos para a contextualização será apresentada em 4 (quatro) seções. A primeira abordará o histórico da assistência estudantil no Brasil, desde iniciativas isoladas das universidades até sua efetivação como uma política governamental, por meio do Decreto nº 7234, de 19 de julho 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A segunda parte tratará dos programas de expansão das instituições federais de ensino superior. As universidades federais, no período de 2003 a 2014, passaram por um processo de reestruturação e expansão, que englobou três frentes de ação: a interiorização, iniciada em 2003, e em seguida, a integração e a regionalização da educação superior. A partir de 2007, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, estruturou-se a reordenação da educação superior brasileira com vistas a retomar o crescimento do ensino superior público e a diminuir as desigualdades sociais no país. Serão descritas as fases da expansão, seus desafios e perspectivas para o processo de democratização do ensino superior.

Considerando o investimento do governo para a fomentação de políticas relacionadas à assistência estudantil, este tópico discorrerá, brevemente, sobre mecanismos de acompanhamento e monitoramento utilizados pelas instituições para

avaliar os resultados alcançados a partir das ações desenvolvidas com vistas a dar condições de permanência com qualidade aos estudantes.

Por fim, por se tratar de um estudo de caso com ênfase na UFJF, a quarta seção é dedicada ao histórico da assistência estudantil na instituição, seu rápido processo de expansão relacionado à quantidade de bolsas e auxílios financeiros e suas consequências.

1.1 A assistência estudantil no Brasil

Ao contrário dos outros países das Américas espanholas e inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior ainda no período colonial, no Brasil este acesso se deu tardiamente. O interesse por criar escolas médicas foi manifestado em 1808, com a chegada da família real. Em fevereiro deste ano surgiu o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e, em abril, constituiu-se a cadeira de Anatomia no Hospital Militar do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2010).

De acordo com a autora, entre 1810 e 1820, institutos isolados foram surgindo. Os cursos eram gratuitos e financiados pelo “quinto da coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das Colônias. Além de profissionalizantes, tinham natureza elitista, visto que eram criados para atender os filhos da aristocracia colonial que não conseguiam mais estudar na Europa em razão do bloqueio de Napoleão.

A primeira tentativa de se criar uma universidade brasileira foi em 1843 por meio do projeto da Universidade de Pedro II, que não foi desenvolvido. A primeira universidade brasileira surgiu, de fato, em 1912, no Estado do Paraná. Entretanto, manteve-se por apenas 3 (três) anos. Cerca de 8 (oito) anos depois, em setembro de 1920, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nessa época, em que o ensino superior encontrava-se em fase de organização, foram registradas tentativas de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de maneira satisfatória. O que pode ser interpretado como investimento em assistência estudantil, a qual, de certa forma, sempre esteve associada a questões políticas que ocorrem na realidade social do Brasil (COSTA, 2010).

Com o objetivo de centralizar fontes bibliográficas, facilitar a vinculação entre pesquisa e ensino, proporcionar maior troca entre estudantes e materiais didáticos, extinguir o retrabalho, centralizar o esporte e obter maior controle por parte da reitoria, as principais ações para atingir esse fim foram as construções de cidades universitárias. Assim, em 1934, a partir da necessidade de se abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro, surgiu a primeira cidade universitária do Brasil (CAMPOS, 1940, citado por COSTA, 2010).

Segundo a autora supracitada, o termo cidade universitária está associado à *Cité Internationale Universitaire de Paris*, instituição destinada à moradia estudantil. A primeira fase da construção foi concluída em 1937, sendo composta por restaurante, biblioteca, piscina, salões e atividades para estudantes e professores. Entretanto, o primeiro prédio só foi ocupado em 1953, na Baía de Guanabara. Por fim, a cidade universitária foi inaugurada em 1973 e abrigava a maior parte dos prédios da Universidade. A partir dessa perspectiva, outras instituições foram criando suas cidades universitárias (idem).

É possível considerar também, como importante manifestação de assistência estudantil, o funcionamento da Casa do Estudante do Brasil, no início dos anos de 1930, no Rio de Janeiro. Com o objetivo de auxiliar estudantes carentes, foi destinado um casarão com 3 (três) andares, que abrigava um restaurante popular, frequentado tanto pelos discentes como por membros da comunidade que se aproveitavam do benefício ao se fazerem passar por alunos. A casa recebeu consideráveis doações por parte do governo federal durante o governo de Getúlio Vargas (ARAUJO, 2007).

Em 1937, com o objetivo de conquistar o apoio político dos jovens estudantes universitários, o Ministério da Educação (MEC) aprovou a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir daí, a Casa do Estudante do Brasil ficou responsável pela sede administrativa da UNE, organização da biblioteca, do serviço de saúde e da residência estudantil e pela promoção da assistência jurídica, da concessão de bolsas e distribuição de cargos empregatícios (idem).

Do ponto de vista legal, a primeira tentativa de regulamentação da assistência estudantil no Brasil foi estabelecida na Constituição Federal de 1934, que designava a destinação de parte dos recursos patrimoniais territoriais da União para auxiliar “alunos necessitados” por meio do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar e dentária (COSTA, 2010; ASSIS, 2013).

Embora a Constituição de 1934, em seu Art. 149, estabelecesse a educação como direito de todos, o tema foi retomado na década de 1940, com a promulgação da Constituição de 1946. Além do Art. 166 que reconhecia a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada no lar e na escola, inspirada tanto nos princípios de liberdade como nos ideais de solidariedade humana, seu Art. 172 estabelecia que cada sistema de ensino deveria garantir o sucesso escolar de alunos necessitados por meio do serviço de assistência estudantil educacional. Entretanto, segundo Teixeira (2009), nessa época, as ações direcionadas para a assistência estudantil eram consideradas como uma ajuda e não um direito.

Quanto ao ensino superior, especificamente, o Decreto 20.302, de 1946, determinava que a Seção de Prédios, Instalações e Estudos deveriam prever alternativas para as questões relacionadas com a assistência médico-social destinada aos alunos.

Durante o período da ditadura militar, nos anos de 1960, com o objetivo de discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes, o movimento estudantil articulou diversas reuniões, dentre elas, o I e o II Seminário Nacional de Reforma Universitária. O primeiro, realizado em 1961, em Salvador, resultou na Declaração da Bahia, que solicitava a criação de cursos acessíveis a todos, com o intuito de transformar as universidades num espaço de todos. No segundo evento, realizado em Curitiba, além de reiterar os assuntos do seminário anterior, discutiu-se sobre a objetivação da Reforma Universitária. De acordo com Fávero (1995, citado por COSTA, 2010), foram tratados, nessa reunião, assuntos como a criação de gráficas universitárias, assistência médica e habitacional (por meio da construção de casas de estudantes) e o aumento da quantidade de restaurantes universitários.

Nessa época, em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A assistência ao estudante foi abordada nos seguintes artigos (BRASIL, 1961):

Art. 83. O ensino público superior, tanto nas universidades como nos estabelecimentos isolados federais, será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos.

Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 94. A União proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob duas modalidades:

- a) Bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;
- b) Financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca

superior a quinze anos.

Na Constituição Federal de 1967, já no contexto da ditadura, a educação continuou sendo um direito de todos, entretanto registrou-se pela primeira vez o direito à igualdade de oportunidade em seu art. 168. Em consonância com o que prescrevia a LDB de 1961, a emenda constitucional de 1969, em seu artigo 176, parágrafo terceiro, incisos III e IV, reforçou a gratuidade do ensino público para aqueles que demonstrassem efetivo aproveitamento e comprovassem a falta ou insuficiência de recursos, bem como a substituição gradativa da gratuidade do ensino por sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição regulado por lei. (BRASIL, 1967; BRASIL, 1961, BRASIL 1969).

Seguindo o momento político-econômico que o país atravessava, em 1968, em pleno período de ditadura militar, aconteceu uma grande reforma no ensino superior. Em novembro desse ano, foi promulgada a Lei nº 5540, que fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, dentre outras providências. No Brasil, o desenvolvimento da economia capitalista gerou uma demanda por formação de recursos de alto nível, sendo necessária mão de obra tecnicamente qualificada para atender aos processos industriais que estavam em expansão.

Somado a isso, os estudantes reclamavam oportunidades de acesso ao nível superior, enquanto os professores pleiteavam a autonomia universitária e o aumento de verbas para o desenvolvimento de pesquisas. Este contexto de reivindicações em torno da modernização resultou na reforma universitária. O movimento contribuiu para agregar as diversas escolas isoladas que foram criadas de forma desordenada, além de ter promovido um processo de expansão por meio do aumento de instituições privadas e maior incentivo estatal em relação à pesquisa e à pós-graduação (COSTA, 2010).

Outra consequência importante foi a construção de políticas para a educação superior, visto que o Estado não só assumiu o controle de várias instituições e orientou os gastos, mas também buscou ampliar as relações entre a academia, o setor privado e a sociedade (TEIXEIRA, 2009; COSTA, 2010; ASSIS, 2013). A política universitária da época, voltada para a expansão das vagas, promoveu o acesso da classe média brasileira ao ensino superior, fato que marcou o início da mudança do perfil dos alunos que ingressavam nessa modalidade de ensino.

Na década de 1970, a temática assistência estudantil passou a ser incluída nos processos de implementação de políticas dessa área nas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse período, foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), vinculado ao MEC, responsável por implantar projetos voltados para a assistência ao estudante. Por parte dos alunos, representados pelo Movimento de Casas de Estudante, em 1975 aconteceu o Encontro Nacional de Casas de Estudantes, momento em que os estudantes residentes se organizam para pleitear melhorias em suas moradias, assistência estudantil e justiça social. Desde então, esses encontros são considerados a instância máxima de deliberação da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE) (TEIXEIRA, 2009).

Em defesa da integração regional e nacional das IES, sob a alegação não só de garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mas proporcionar condições básicas para a permanência e a conclusão do curso por parte daqueles que apresentavam dificuldades decorrentes de sua baixa condição socioeconômica, surgiram, em 1987, duas frentes políticas: o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). As discussões eram focadas em temas educacionais, principalmente, relacionados à assistência estudantil (VASCONCELOS, 2010).

Os registros dos pró-reitores demonstravam, desde 1984, suas preocupações em relação à política social de assistência ao estudante das universidades públicas. Dessa forma, a criação do Fórum foi uma consequência dos diversos encontros realizados entre eles, os quais tinham os objetivos de discutir e fortalecer as ações desenvolvidas à época. As decisões advindas desses eventos revelavam a necessidade do estabelecimento de políticas que garantissem o acesso e a permanência do estudante de baixa renda nas universidades públicas, como condição essencial à formação de qualidade do aluno (FONAPRACE, 2001). Esses debates contribuíram para a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil e as legislações seguintes.

Apesar dessa grande conquista, a educação, na década de 1990, foi marcada pelo modelo de política neoliberal. Tanto as instituições de ensino superior como a sociedade experimentaram de forma nociva os resultados dessa política de

governo, dentre eles estão o sucateamento das universidades públicas, a expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que eram financiadas por verbas públicas e a ausência ou inexistência de uma política de assistência estudantil efetiva (VASCONCELOS, 2010).

Entretanto, na Constituição Federal de 1988, a educação é interpretada como um dos elementos responsáveis pela construção de uma sociedade livre e justa. Após sua promulgação, teve início amplo debate e o processo de implementação de políticas e ações educacionais que pretendiam ampliar os mecanismos de acesso e permanência, inclusive na educação superior. Até então, a assistência estudantil era caracterizada por ações isoladas e desenvolvida com poucos recursos financeiros.

Em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, previsto na CF/88, foi ratificado. Apesar de ainda não ser considerado um dever legal do Estado provê-la na educação superior, esta premissa confere à assistência estudantil a condição de direito.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 10.172/2001, prescrevia ações pertinentes à assistência estudantil. A inclusão do tema no PNE contribuiu para que questões relacionadas ao acesso e à permanência no ensino superior fizessem parte da agenda governamental e se tornassem objeto de políticas públicas.

Nesse sentido, em 2007, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dando força e respaldo legal a essas demandas. Em 2010, tem-se um importante marco histórico para a assistência estudantil no Brasil, com a regulamentação do programa por meio do Decreto nº 7.234/2010. Em linhas gerais, este decreto intenta subsidiar a permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação. Suas ações são voltadas para atividades que vinculem o ensino, a pesquisa, a extensão e o apoio ao aluno, com o objetivo de contribuir para o desempenho acadêmico do discente, além de evitar a repetência e a evasão.

Diante do exposto, percebe-se que desde a criação da Casa do Estudante, em 1928, até o final da década de 1980, período considerado como a primeira fase das políticas de assistência estudantil, ações, legislações e debates a respeito da permanência na educação superior sempre estiveram presentes. Entretanto, nesse momento, do ponto de vista sócio-histórico, ainda não existia uma política pública

mais sólida sobre a temática. Inicialmente, a assistência ao estudante almejava responder às necessidades básicas do aluno para se manter na universidade, entendidas como moradia estudantil e restaurante universitário. Problemas de outra natureza que pudessem dificultar a permanência do aluno não eram levados em consideração (COSTA, 2010).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, inicia-se a segunda fase das políticas de assistência estudantil. Esse período se estende até os dias de hoje, marcado pela formulação de uma política pública para as Instituições de Ensino Superior, que será implementada por meio do PNAES (idem). A inclusão pela educação, por meio da democratização do acesso e da permanência, passou a ter mais importância para os dirigentes de universidades, pesquisadores, movimentos sociais e membros do governo. Assim, a adoção de políticas públicas para a educação superior passa a ser discutida no Brasil.

1.2 Os programas de expansão das universidades federais

A trajetória histórica de qualquer que seja o tema envolve questões culturais, econômicas, sociais e políticas de um país. Como visto anteriormente, com a educação não é diferente. Por se tratar de uma realidade complexa, dinâmica e multifacetada, é difícil explorar e assimilar todo o conteúdo que envolve esse percurso.

Nesse contexto de discussões sobre a adoção de políticas públicas com foco na inclusão pela educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2001/2010, instituído pela Lei n. 10.172/2001, definiu como prioridade o aumento do número de estudantes em todos os níveis e etapas de ensino. Para a educação de nível superior definiu como meta a oferta de vagas para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o ano de 2010. Alinhado aos preceitos do PNE, o Ministério da Educação (MEC) idealizou estratégias de ação divididas em três etapas, quais sejam: entre 2003 e 2007, a meta principal era interiorizar o ensino superior público; a fase II, de 2008 a 2012, foi marcada pela execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); enquanto a terceira fase, 2012 a 2014, caracteriza-se pela continuidade das propostas anteriores e a sua complementação com iniciativas específicas de desenvolvimento regional.

Reconhecendo a importância das universidades no desenvolvimento regional, visto que a instituição promove integração com a comunidade local e contribui com a formação profissional e pesquisa regionais, na primeira fase, entre 2003 e 2007, foram implantados 79 *campi* universitários federais, distribuídos da seguinte forma: “20% na região norte; 20% na região sul; 5% na região centro-oeste, 39% na região nordeste e 16% na região sudeste” (Ministério da Educação, 2015, p.36).

A interiorização da oferta é primordial no combate ao desequilíbrio do desenvolvimento regional e permite atingir estudantes que não têm condições para se deslocar para outras regiões.

Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal. (Ministério da Educação, 2015, p. 20).

A partir de 2007, por meio do Reuni, estruturou-se a reordenação da educação superior brasileira com vistas a retomar o crescimento do ensino superior público. Com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, foram idealizadas ações que favoreceram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. Os resultados advindos dessa iniciativa são significativos, conforme demonstra a tabela 1:

Tabela 1: Panorama da expansão universitária

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Campi	148	321
Cursos Graduação Presencial	2.047	4.867
Vagas Graduação Presencial	113.263	245.983
Matrículas Graduação Presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação a Distância	11.964	83.605
Matrículas Pós-Graduação	48.925	203.717

Fonte: CENSO/2013-Inep, adaptada pela autora.

Os registros demonstram um crescimento de 117% no número de vagas, a quantidade de IFES foi aumentada em 31%, a de graduação presencial em 86%, enquanto a de pós-graduação cresceu 316%. O número de matrículas passou por uma ampliação de 86%.

De acordo com os registros do MEC, o crescimento da estrutura foi acompanhado por medidas relacionadas à valorização da profissão e aprimoramento da gestão dos recursos humanos, que permitiram um crescimento considerável de servidores nos quadros das universidades públicas. Entre 2003 e 2014 houve um aumento de 85% de docentes, bem como o corpo técnico-administrativo apresenta uma curva ascendente de contratações a partir de 2008, ano de início do Reuni. Com o objetivo de adequar os espaços de trabalho, estudo e convivência da comunidade acadêmica, foram realizadas, entre 2007 e 2014, 2.440 obras. Destas, 81,31% foram concluídas e 18,69% estão em execução.

Dentre os espaços em construção ou atualização, constam salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, áreas multifuncionais, espaços administrativos, auditórios e infraestrutura em geral. Destacam-se, ainda, a construção de novas áreas destinadas a moradias estudantis, restaurantes universitários, áreas esportivas e de apoio à comunidade. (Ministério da Educação, 2015, pg. 46).

Para que todas essas mudanças fossem possíveis, o orçamento do MEC e da Secretaria de Educação Superior – SESu passou por adequações. Dispositivos legais foram alterados por meio de acordos firmados entre o governo e o Congresso Nacional.

Em 2013, foram investidos R\$ 440 milhões na expansão e consolidação das instituições, R\$ 509 milhões na implantação de novos campi e R\$ 300 milhões na implantação de novas universidades, totalizando R\$ 1,2 bilhão. (Ministério da Educação, 2015, p. 28).

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e diminuição das disparidades regionais do Brasil, o período de expansão foi orientado pelos princípios de democratização e inclusão, pois além da implantação de novas unidades, foram implementadas políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional. A fase de expansão universitária, concluída no final de

2014, deixa como legado 47 (quarenta e sete) novos campi e 4 (quatro) novas universidades, o que viabilizou a duplicação do número de matrículas na rede de universidades públicas federais. De acordo com avaliação realizada pelo MEC sobre a democratização e expansão da educação superior no país no período de 2003 a 2014, 9.306.877 de pessoas concluíram curso de ensino superior. “Este número equivale a cerca de 5% da população brasileira atual – um dado significativo para um país onde, segundo o último Censo do IBGE², apenas 11% possuem este nível acadêmico”. (Ministério da Educação, 2015, p.20)

Marques e Cêpeda (2012) chamam a atenção para as diferentes formas operacionais reveladas durante o processo de expansão das universidades públicas e, segundo os autores, todas elas diminuíram as assimetrias e aumentaram a inclusão ao absorver o desigual. Os mecanismos identificados durante o crescimento foram: a) expansão quantitativa, que se deu por meio da expansão das vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) já consolidadas, da expansão de vagas em conjunto com a criação de novos campi e de novos cursos em todas as IES já instaladas e da expansão de vagas e criação de novas instituições; b) expansão geográfica, com os movimentos de interiorização das instituições e vagas, com a absorção das periferias metropolitanas e das regiões de fronteira; c) expansão de acesso, com o aumento e democratização do ingresso na universidade promovido tanto por políticas focais como cotas, reservas de vagas e seleção privilegiada a grupos sociais especiais como por novos mecanismos de avaliação e seleção para ingresso como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) Sistema de Seleção Unificada (SiSU); e d) expansão de funções com estímulo a arranjos produtivos locais (APL), a sustentabilidade e preservação, economia da cultura simbólica e conhecimento tradicional, geração de autonomia, consciência identitária e sujeitos políticos orientados para os grupos sub-representados.

Diante de tantas transformações, alguns estudos – a exemplo de Sousa, Coimbra e Sousa (2011), Arruda (2012) e Mancebo, Vale e Martins (2015) - trazem reflexões sobre as implicações e desafios que essas políticas de expansão provocam na gestão universitária, consequência natural de um crescimento desse porte. Com essas mudanças surgem, também, problemas de diferentes

² IBGE: Censo 2010.

naturezas, que demandam novas respostas para questões de ordem administrativa, financeira e pedagógica.

Um dos desafios do campo pedagógico é a necessidade de se descobrir novas práticas de ensinar e aprender. Diante das frequentes lacunas na formação básica de escolas públicas, para que os alunos provenientes deste segmento consigam não apenas acompanhar o curso, mas também concluí-lo, torna-se imprescindível a disponibilização de suporte pedagógico. Daí a importância de se pensar em políticas que garantam não só o acesso, mas, sobretudo a permanência e a conclusão do curso.

Além disso, existem algumas limitações para a expansão. A ampliação qualificada das vagas implica em estudo sobre a demanda por cursos e estratégias para atendê-las, além do acréscimo de bolsas de estudos destinadas aos estudantes, dentre outros fatores que significam investimento no parque universitário público.

Outro desafio, segundo Arruda (2012), está relacionado com a sobrevivência institucional, com questões de financiamento público adequado para uma estrutura tão complexa como a da universidade. Garantir um ensino com qualidade importa em ampliar a contratação de docentes efetivos, estimular a pesquisa e a manutenção de serviços básicos que são ameaçados pela falta de pagamento.

Neste sentido, em 2012, durante paralisação de docentes de mais de 50 (cinquenta) instituições de ensino superior federais, o programa REUNI recebeu muitas críticas em documentos e assembleias. Segundo eles, não há incremento na quantidade de professores e técnicos proporcionalmente ao aumento do número de alunos, o que intensifica extraordinariamente o trabalho docente. Questionavam também, sobre os recursos destinados à construção da estrutura física, que, de acordo com suas avaliações, eram insuficientes para o atendimento da expansão em curso e para a qualidade das atividades acadêmicas (MANCIBO, VALE e MARTINS, 2015)

Diante de tantas mudanças, informações e opiniões tão distintas em torno de uma política pública que ainda se encontra “em movimento”, é muito complicado definir o alcance dessa expansão. O que se tem até o momento são resultados com dados quantitativos dos programas de expansão, conforme tabela 1. No cenário dos resultados qualitativos, ainda que incipientes, os dados que

temos podem ser verificados no aumento do número de programas, cursos e vagas na pós-graduação e uma melhoria, já sensível, num vetor crescente, na taxa de conclusão de curso. Ainda não é possível mensurar com maior fidedignidade a taxa de evasão devido à falta de padronização e de integração dos sistemas de registros acadêmicos das instituições federais de ensino. Entretanto, é inegável que a relação entre a universidade e a sociedade vem sofrendo alterações e os impactos são inevitáveis.

1.3 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Considerando todo esse contexto de mudanças que, naturalmente, traz consigo tantos impactos, sejam eles positivos ou negativos e que o processo de expansão das universidades não pode ocorrer de forma dissociada, sem contemplar a manutenção da política proposta e a qualidade dos cursos oferecidos aos estudantes, torna-se relevante uma breve abordagem sobre mecanismos de acompanhamento e monitoramento utilizados na fomentação das políticas relacionadas à assistência estudantil.

A assistência estudantil está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Foi estruturada para atender às necessidades sociais básicas de uma população de estudantes que vem tendo sua participação ampliada neste nível de ensino, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, tem por objeto ações que assegurem a permanência do estudante na universidade e possibilitem melhor desempenho nas questões acadêmicas e, conseqüentemente, melhor qualificação.

Dessa forma, a proposta inicial para esse tópico era a de discutir de que maneira o PNAES tem respondido às demandas que surgem com o processo de democratização das universidades federais. Entretanto, em entrevista concedida à pesquisadora pelo atual Gestor Nacional do PNAES, Diretor de Políticas e Programas para a Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC, o Prof. Dr. Dilvo Ilvo Ristoff (Apêndice A), a informação obtida é de que ainda não existe, no MEC, nenhuma iniciativa no sentido de instituir alguma ferramenta ou processo de aferição ou avaliação dos resultados acadêmicos dos alunos atendidos com as ações do PNAES.

Ao buscar pesquisas sobre a avaliação do desempenho da assistência estudantil, foi possível constatar que a literatura sobre o tema ainda é escassa, conforme registrado por Oliveira (2011). Em dezembro de 2010, a autora pesquisou em alguns bancos de dados combinações entre as palavras avaliação, desempenho e assistência estudantil e verificou a ausência de estudos específicos sobre a avaliação de programas sociais. Após 5 (cinco) anos da implementação da política de assistência estudantil, o cenário não está muito diferente, as publicações são reduzidas e as informações sobre o tema incipientes, sobretudo quando se verifica a importância que esta temática passou a ganhar ao longo dos últimos anos.

Vale registrar que a relevância da avaliação de políticas e programas governamentais vem sendo reconhecida nas últimas décadas. A avaliação é percebida como um instrumento que contribui para o processo de modernização da gestão governamental, utilizada para o planejamento e gestão das instituições. Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação, quando utilizada apropriadamente, tem a possibilidade de aumentar a eficiência e a eficácia do setor público e, conseqüentemente, fortalecer a base para as atividades da iniciativa pública.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação Superior (SESu), unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, apresentou, em 2014, um breve resumo dos principais avanços obtidos em face dos desafios encontrados no período 2003 – 2013 ao buscar atingir a expansão, qualidade e democratização da educação superior.

Visto que o estabelecimento de diretrizes e padrões mínimos de qualidade compete ao Governo Federal por meio do MEC e de suas entidades vinculadas específicas, dentre os avanços registrados destaca-se a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Embora o sistema não trate especificamente do PNAES, ele compreende a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, a fim de traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de ensino superior no país.

Os resultados são obtidos a partir das informações do Censo da Educação Superior e do cadastro institucional das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Os dados são utilizados na elaboração do panorama da qualidade

das IFES e dos cursos, bem como para a orientação das políticas públicas definidas pelos órgãos oficiais na área educacional. Para as instituições, os resultados do processo avaliativo podem ser aproveitados para a orientação da eficácia e efetividade acadêmica e social de suas ações, enquanto o público, em geral, pode se utilizar das informações para auxiliar nas decisões relacionadas à realidade dos cursos e Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Dentre as principais políticas e programas que possibilitaram o avanço do processo de democratização e expansão da Educação Superior encontra-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil. De acordo com o balanço realizado pela SESu,

Em 2013, o programa proporcionou mais 1,4 milhão de benefícios a estudantes distribuídos em todas as instituições federais de educação superior. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos candidatos e requisitos estabelecidos por cada instituição, segundo sua realidade individual. (p. 64, Portal MEC, 2014).

Além de não existir ferramenta específica para avaliar os resultados dessa política, o prof. Dilvo desconhece estudos específicos sobre a eficácia do PNAES no que diz respeito à redução das taxas de retenção e evasão. Entretanto, em seu entendimento,

Há dificuldade de se estabelecer uma correlação direta entre o PNAES e o sucesso ou fracasso estudantil, pois são muitos os fatores que contribuem para isso. Os índices de evasão, [...], mostram que nos últimos anos, com o agressivo processo de democratização do acesso à educação superior, em curso, a taxa de sucesso vem caindo, apesar do enorme crescimento do Pnaes. É provável que sem o Pnaes, ou seja, com condições de permanência no campus menos favoráveis, os índices de evasão seriam ainda maiores do que os hoje observados (Apêndice A).

Quanto ao papel de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, o professor foi enfático ao registrar que não tem dúvidas em relação a isso. “Considerando-se o grande contingente de estudantes de baixa renda que nos últimos anos chega à universidade federal, é bem provável que a evasão causada por dificuldades financeiras de permanência no campus seria bem maior” (Apêndice A). O fato de disponibilizar recursos atenua as dificuldades de permanência no campus que os estudantes teriam que enfrentar. Para ele, as ações desenvolvidas no âmbito do

PNAES (o subsídio dos restaurantes universitários, o auxílio moradia, o auxílio transporte, o auxílio saúde, o apoio pedagógico) “têm impacto direto sobre a vida no campus e melhoram as condições de permanência dos estudantes mais pobres” (idem).

Contudo, o professor chama a atenção para o fato de que mesmo com um programa tão importante como o PNAES, “a taxa de sucesso não tem melhorado nas IFES nos últimos anos” (Apêndice A). Destaca também, a necessidade de estudos mais aprofundados que permitam verificar que outras causas são determinantes no processo de evasão, já que este fenômeno ocorria mesmo antes da existência do PNAES e da implantação das políticas de inclusão na educação superior.

Enfim, diante das diferentes possibilidades de atuação previstas no Decreto 7.234/2010, pode-se inferir que instituir um processo de avaliação unificado para as ações do PNAES nas diversas IFES tem como principal obstáculo a não uniformização do programa nas universidades, haja vista que cada instituição, no âmbito de sua autonomia, interpretou e implementou de maneiras distintas as ações. Entretanto, esse fato não impede que cada universidade acompanhe os resultados internos alcançados com seus programas.

1.4 A assistência estudantil na UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, sediada na cidade de Juiz de Fora, foi criada pela Lei nº 3858, de 26 de dezembro de 1960. É considerada uma Instituição Federal de Ensino Superior e destaca-se como polo científico e cultural na região sudeste do estado de Minas Gerais, especificamente na chamada Zona da Mata Mineira.

Parte do histórico apresentado a seguir foi realizado com base em documentos arquivados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Educação Inclusiva e nas dissertações de Assis (2013) e Silveira (2014).

No início do funcionamento da UFJF, antes de designarem um órgão específico para a distribuição das bolsas, os candidatos com dificuldades financeiras se inscreviam em suas próprias faculdades. O Reitor, com base nas informações passadas pelos diretores de unidades, fazia a análise da história de vida do aluno e liberava a lista de contemplados. Em 1964 cria-se o Departamento de Educação e

Cultura (DEC), que tinha sob sua responsabilidade a concessão, distribuição e manutenção das bolsas de alimentação e de compra de livros, distribuídas aos estudantes carentes. Somado a isso, tinha por função dar assistência social aos discentes e promover eventos por meio de convênios culturais e assistenciais.

Apesar da publicação do primeiro decreto sobre concessão de bolsas de estudo no ensino superior (Decreto 64.032/69), não houve alteração no cenário da assistência estudantil da UFJF.

Ainda vinculado à coordenação do Reitor, na década seguinte passou a ser chamado de Departamento de Assuntos Comunitários (DAC), tendo como atribuições a execução e coordenação de medidas de assistência ao corpo docente, discente e aos servidores (Resolução 02/75). Aos estudantes eram destinadas as bolsas de alimentação, trabalho e estágio, por meio de seleções informais, com recursos próprios da universidade.

Na década de 1980, passou a contar com atendimento jurídico, em parceria com a Faculdade de Direito, programa de atendimento psicopedagógico, em parceria com a Faculdade de Educação, programa de alimentação e auxílio financeiro para realização e participação em eventos educacionais (SILVEIRA, 2014).

Em 1989, os professores do serviço social realizaram a pesquisa “Diretrizes de uma política de Assistência Estudantil da UFJF”, que evidenciou a necessidade de implantação de um sistema de assistência que abrangesse lazer, cultura, saúde, esporte, transporte e alimentação de forma integrada. Com o intuito de investir numa política de assistência global para os estudantes, criou-se, então, a Gerência de Apoio Acadêmico. Entretanto, devido a dificuldades financeiras, de equipamentos e de pessoal a implantação do programa esbarrou em vários obstáculos, dentre eles, a proposta do governo federal de privatização das universidades como solução para os problemas vividos naquela época. Dessa forma, as atividades do setor se restringiam a administrar os Restaurantes Universitários, a selecionar candidatos isentos da taxa do vestibular e ao empréstimo de becas para os formandos.

O Programa de Apoio ao Estudante (PAE) foi criado em 1992 e, em 1997 instituído o processo de seleção socioeconômica para a Assistência Estudantil, que atendia os alunos do Colégio de Aplicação João XXIII e os alunos da graduação. Eram oferecidas bolsas integrais (remuneração mais alimentação com contrapartida

de 12 horas), parciais (alimentação com contrapartida de 6 horas), programa de saúde estudantil e balcão de serviços.

Em 1999, acompanhado por grandes avanços e mudanças, o Departamento de Assuntos Comunitários (DAC) passou a pertencer a Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH). Neste momento, começou a oferecer 4 (quatro) modalidades de bolsas: manutenção³, alimentação⁴, transporte⁵ e moradia⁶ e convênio para consultas oftalmológicas com desconto de 50%, em clínica especializada. Os alunos do Colégio João XXIII participavam apenas nas modalidades de alimentação e transporte.

Além das bolsas, os alunos tinham acesso a apoio pedagógico (orientação para as demandas pedagógicas) e a plantão social, que tinha como função promover ações de cunho social junto à demanda acadêmica.

Em 2000, O DAC passa a se chamar Coordenação de Relações Estudantis (CRE) e assume como responsabilidade de gestão o RU. Seis anos depois, o setor muda, novamente, de nome e passa a se chamar Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), recebendo como missão incentivar, apoiar e acompanhar o graduando em suas múltiplas demandas no decorrer da trajetória acadêmica, por meio de ações efetivas nas áreas psicossocial, pedagógica, técnico-científica e política. Entre setembro de 2006 e setembro de 2010, o setor foi gerenciado pela assistente social Denise Maria Ferreira, servidora da universidade, atualmente aposentada.

Em 2008, a UFJF não passou incólume aos avanços ocorridos em âmbito nacional no campo da Assistência Estudantil. Após muitas reuniões, testes e relatórios, ocorre, em março daquele ano, o maior processo seletivo da instituição, que passou a ser on-line. De acordo com o Relatório das atividades da Coordenação de Assuntos Estudantis no triênio 2008 – 2010, dos 1532 inscritos, 30,8%

³ Modalidade Manutenção: os acadêmicos selecionados terão acesso às refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários, transporte ida e volta centro-campus durante período letivo e recebimento mensal em pecúnia. Nessa modalidade os alunos deverão ter obrigatoriamente 12 (doze) horas semanais, disponíveis para desenvolver atividades em unidades da UFJF ligadas, preferencialmente, a projetos de sua área de atuação acadêmica.

⁴ Modalidade Alimentação: os alunos selecionados terão direito a refeições gratuitas (café da manhã, almoço e jantar nos Restaurantes Universitários).

⁵ Modalidade Transporte: os alunos selecionados receberão recarga nos cartões vales-transporte mensalmente para deslocamento de sua residência ao Campus Universitário durante os períodos letivos.

⁶ Modalidade Moradia: os selecionados receberão auxílio financeiro mensal em pecúnia, destinado ao acadêmico oriundo de outra localidade.

comprovaram sua situação de vulnerabilidade socioeconômica e foram contemplados nas diferentes modalidades oferecidas. Além da modernização do processo seletivo, outros serviços também foram informatizados: a geração da listagem para repasse dos diferentes apoios, o lançamento da frequência dos alunos nos projetos acadêmicos (beneficiados pela modalidade de manutenção) e a criação de prontuário social de cada graduando, onde eram inseridos todos os atendimentos da coordenação.

Ainda nesse ano, em reunião do FONAPRACE foi deliberada junto à Coordenação Nacional a consolidação da assistência estudantil por meio da criação de pró-reitorias de assuntos estudantis. Em 2011, tem-se, então, na UFJF, a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE. Nessa nova fase, desde setembro de 2010, o setor estava sob a gestão da servidora Maria Elizabete de Oliveira, Assistente em Administração.

Em setembro de 2014, a PROAE foi assumida pela professora Joana de Souza Machado. Como primeira iniciativa de submeter o Programa de Assistência Estudantil da UFJF a um processo mais democrático e participativo de avaliação, propôs a realização da I Jornada do Apoio Estudantil em novembro de 2014. A comunidade acadêmica, sobretudo alunos assistidos e Diretórios Acadêmicos, juntamente com a equipe técnica da PROAE discutiram os principais temas que envolvem o programa com o intuito de extrair as diretrizes que norteariam as futuras políticas de acolhimento e permanência do corpo discente na Instituição.

O evento foi divulgado no portal da UFJF e tinha como chamada “Embarque conosco! Participe! Para além de (potencial) beneficiário (a), seja também um (a) agente do Apoio Estudantil! ”. Para que os alunos de Governador Valadares pudessem participar, a Universidade disponibilizou um ônibus para trazê-los e local no campus para ficarem.

Foram registradas 160 inscrições e uma média de participação de 40 alunos nas atividades sugeridas. No primeiro dia, momento em que foi realizada uma audiência pública onde os participantes tiveram a oportunidade de expor opiniões e propostas, a participação foi maior, estiveram presentes 43 discentes. Os pontos mais sensíveis desse debate foram conduzidos para os grupos temáticos do dia seguinte para que fossem discutidos e encaminhamentos concretos fossem produzidos.

Sob a coordenação dos técnicos da PROAE e a participação alternada da Pró-Reitora, foram realizados 2 (dois) grupos temáticos: um deles tratou sobre as possibilidades de atuação da pró-reitoria, oportunidades de melhoria, a comunicação com os alunos, a participação deles nas tomadas de decisão, entre outros assuntos; o outro, debruçou-se sobre questões legais, já defasadas, relacionadas à Resolução 021/99, que regia a atuação da PROAE até aquele momento. Foram abordadas, ainda, formas para alcançar equilíbrio financeiro e definir critérios objetivos para a distribuição das bolsas e auxílios financeiros. Os alunos cobraram também, transparência em relação aos investimentos da área.

Vale destacar que à época do evento a ordem de contingenciamento do governo federal para o ano de 2015 já havia sido divulgada. O corte de 30% do orçamento habitual impediria os planos de expansão e restringiria investimentos na educação universitária. Fato que atingiu não só a UFJF, mas todas as instituições de ensino. Tal circunstância provocou grande mudança na assistência estudantil, que precisou criar novos critérios de seleção para o processo de distribuição de bolsas e auxílios.

A fim de reformular as diretrizes para a política de assistência estudantil adotada pela universidade, as propostas articuladas na jornada foram levadas ao Conselho Superior (Consu). Entre as principais propostas definidas pela Jornada estavam: a equiparação do valor da “Bolsa Manutenção”⁷ com o da “Bolsa Permanência”⁸. Podendo o estudante que necessitar, conforme critérios de vulnerabilidade, acumular uma dessas bolsas com um ou mais auxílios para transporte, alimentação e creche; a criação do apoio emergencial, voltado para alunos que, à época do edital para definição de bolsas, não eram vulneráveis, mas, ao longo do ano, podem ter se tornado; a extinção das 12 horas de contrapartida

⁷ Bolsa manutenção: Consiste no auxílio financeiro de R\$310,00, associando-se a participação em atividades sociopedagógicas em Unidades da UFJF mediante o desenvolvimento de 12 (doze) horas semanais, totalizando 48 (quarenta e oito) horas mensais. As atividades deverão estar vinculadas a projetos cadastrados na CAE, e preferencialmente dentro da área de formação acadêmica do beneficiário. Integra esta modalidade a concessão de alimentação com acesso gratuito aos Restaurantes Universitários da UFJF de acordo com seu funcionamento e de recarga mensal de cartão vale-transporte no trajeto de ida e volta Centro/Campus, de acordo com a comprovação dos dados socioeconômicos do beneficiário e comprovante de matrícula, no período letivo regulamentado (Edital n.1/2014 – PROAE).

⁸ Bolsa Permanência: é destinada, na UFJF, aos graduandos de Medicina e Enfermagem que comprovem vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda), e alunos comprovadamente de comunidades indígenas ou quilombolas (independente do curso de graduação). Trata-se de um programa ofertado pelo MEC para cursos com carga horária diária média de 5 horas. Atualmente o valor da bolsa é de R\$400,00 por mês. (UFJF/Apoio Estudantil, 2015).

obrigatória dos alunos em atividades como bolsistas, considerando que estas bolsas são exclusivamente para manutenção e permanência do estudante na universidade. Por outro lado, manutenção do cadastro de projetos onde os alunos possam ser voluntários, desde que a finalidade destes projetos e a atuação dos estudantes estejam voltados apenas para ensino, pesquisa e extensão; atenção maior para outras formas de apoio além do financeiro, como psicológico, pedagógico, cultural e esportivo; e participação dos estudantes na formulação e definição de políticas, diretrizes, editais e definição de investimentos do apoio estudantil.

Quanto às propostas sugeridas, cabem algumas observações: ainda que cientes do contingenciamento, os alunos propuseram o aumento do valor da bolsa. Aceitaram, sem concordarem amistosamente, a limitação da quantidade de bolsas para cada modalidade, com a priorização dos alunos cotistas; até novembro de 2015, o auxílio emergencial não tinha suas regras definidas. Entretanto, a priori, será disponibilizado ao aluno pelo período de 1 (um) mês; ao aceitar a extinção das 12 horas de atividades, a UFJF assumiu uma postura contrária ao que preveem os princípios básicos da Política de Assistência Estudantil, que tenta “romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado” (FONAPRACE, 2012, p. 67). Não apenas isso, desconsidera sua própria declaração de intenção de ressignificação do apoio estudantil para uma relação que não se resume ao financeiro.

O objetivo de que as ações da assistência estudantil perpassem as dimensões de ensino, pesquisa e extensão é viabilizar o caráter transformador da relação entre a universidade e a sociedade, ou seja, formar cidadãos qualificados e comprometidos com a transformação dessa sociedade. A proposta é que a assistência estudantil não se confunda com um programa de assistência social, que não seja um fim em si mesma, mas que promova uma conciliação entre a educação e o interesse e a demanda social por um profissional competente.

Assis (2013), a partir de entrevistas realizadas com gestores e alunos, chamou atenção para a forma pejorativa como tem sido vista a questão da “contrapartida” na UFJF. Segundo ela, a participação dos alunos em projetos tem sido interpretada como forma de os estudantes exercerem atividades na universidade em troca do auxílio material oferecido. A autora ressaltou a importância da conscientização, por parte de todos os envolvidos direta ou indiretamente com a

política de assistência, da magnitude dessa medida enquanto promotora de melhor formação e qualificação do aluno.

Entretanto, vale ressaltar que ela apontou em sua pesquisa a necessidade de melhorar o sistema seletivo utilizado pelo setor para encaminhar os alunos para os projetos ofertados. Embora exista um esforço por parte da PROAE para compatibilizar os interesses dos estudantes com as vagas oferecidas, isso nem sempre é possível. Assis (2013) destacou a insatisfação dos alunos, que em muitos casos, desempenhavam atividades em projetos não relacionados ao curso e que, na opinião deles, não acrescentavam conhecimentos e experiências para sua área específica de formação. Diante disso, propôs a criação de um Sistema de Cadastro de Projetos, no qual todas as oportunidades oferecidas seriam divulgadas e os próprios alunos escolheriam as que mais lhes interessassem, para posterior participação num processo seletivo, caso outros colegas concorressem às mesmas vagas. Todavia, o dilema permaneceu até o período da jornada e culminou no fim da contrapartida.

Interessante notar que, enquanto os discentes solicitam participação nos momentos de tomada de decisão, estiveram presentes neste debate, 37 alunos. O que equivale a 23% da quantidade de inscritos e, 0,91% da quantidade de alunos apoiados naquele ano. Lembrando que, todos os alunos, apoiados ou não, foram convidados a participar.

Os registros desse evento confirmaram a necessidade apontada pela Pró-Reitora e sua equipe de afastar do PNAES a imagem de um programa assistencialista/ de transferência de renda e de ressignificar a assistência estudantil para além das bolsas, como um programa que possibilita a democratização do acesso ao ensino superior por meio de efetivas possibilidades de permanência dos estudantes.

Entretanto, a necessidade de ampliação da política de assistência da UFJF já tinha sido indicada na pesquisa de Assis (2013), a qual tratava dos “desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF”. Segundo ela, em sua percepção, os programas e modalidades destinados à subsistência do aluno já estavam bem estruturados. Por isso, apresentou propostas de ações focadas em cultura, esporte e saúde.

A PROAE tem como principal competência dedicar-se à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil.

Por apoio estudantil, compreende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos discentes, para que a democratização do acesso ao ensino superior seja acompanhada de efetivas possibilidades de permanência dos estudantes; bem como o enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o universo crescente de alunos possa se sentir acolhido e reconhecido em sua diversidade e singularidades (UFJF, 2014)⁹.

Diante disso, como forma de realçar a proposta de promover o acolhimento dos alunos considerando-se toda sua diversidade cultural, econômica, social, religiosa, de gênero, de condição sexual, de aparência, enfim, a pluralidade humana, houve alteração no nome da Pró-Reitoria, que passou a se chamar Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva.

É importante esclarecer que esta proposta visa a uma mudança significativa em relação à atuação anterior e ao público alvo do setor, que tinha como prioridade oferecer condições de subsistência aos alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica. O Relatório das atividades da Coordenação de Assuntos Estudantis (atual PROAE) no triênio 2008 – 2010 (UFJF, 2010)¹⁰ catalogou as notícias veiculadas à assistência estudantil nesse período, tanto nos jornais locais quanto no *site* da universidade. O que se percebe é que o foco das ações, desde essa época, já era o auxílio financeiro, embora houvesse atendimentos na pedagogia, no serviço social e uma parceria com a faculdade de odontologia para casos de emergência e urgência.

De fato, constata-se que é fundamental oferecer condições de subsistência para que o aluno permaneça na universidade, mas há de se ressaltar também a importância e a necessidade de promover ações que contemplem o aluno enquanto ser integral e social, que está em constante processo de transformação, resultante de sua interação com aqueles com quem se relaciona de alguma forma, proporcionando assim, uma permanência com qualidade.

Atualmente, a equipe da PROAE é composta por 16 técnicos, sendo 1 administrador, 5 assistentes sociais, 1 pedagogo, 5 psicólogos, 3 assistentes em

⁹ Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/a-pro-reitoria/apresentacao/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

¹⁰ Universidade Federal de Juiz de Fora. Relatório das atividades da Coordenação de Assuntos Estudantis no triênio 2008 – 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Relat%C3%B3rio-das-atividades-da-Coordena%C3%A7%C3%A3o-de-Assuntos-Estudantis-no-tri%C3%AAnio-2008.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

administração e um empregado terceirizado. Em 15 de setembro de 2014, por meio da Portaria nº 1173, foram criadas a coordenação de bolsas e auxílios e a coordenação de apoio pedagógico e psicológico. A primeira é formada por assistentes sociais e demais componentes da equipe e a segunda por pedagogo e psicólogos.

O setor oferece assistência aos estudantes por meio de bolsas (Bolsa Permanência e PNAES), auxílios (moradia, creche, transporte, alimentação), orientação pedagógica e acompanhamento psicológico.

A UFJF disponibiliza 2 (duas) modalidades de bolsas e 4 (quatro) de auxílios. As bolsas não são acumuláveis entre si, entretanto, os auxílios são complementares e podem ser acumulados com uma das bolsas, desde que haja disponibilidade orçamentária e o aluno atenda aos critérios da avaliação socioeconômica.

As bolsas são: a) Bolsa Permanência (PBP/MEC): destinada, na UFJF, aos graduandos de Medicina e Enfermagem que comprovem vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda), e alunos comprovadamente de comunidades indígenas ou quilombolas (independente do curso de graduação). Trata-se de um programa ofertado pelo MEC para cursos com carga horária diária média de 5 horas. Atualmente, o valor da bolsa é de R\$ 400,00 por mês; e b) Bolsa PNAES: destinada aos graduandos dos cursos presenciais da UFJF, exceto Medicina e Enfermagem, que comprovem vulnerabilidade socioeconômica (baixa renda), não tenham concluído um curso de graduação (exceto primeiro ciclo dos bacharelados interdisciplinares) e estejam dentro do número de bolsas oferecidas pela UFJF. O valor da bolsa PNAES mantém relação de isonomia com a Bolsa Permanência do MEC, portanto, o valor de R\$ 400,00 por mês.

Os auxílios disponibilizados são: a) Auxílio Moradia: apoio financeiro mensal, no valor de R\$340,00, destinado aos alunos oriundos de cidades distintas do local onde está instalado o campus da UFJF (Juiz de Fora ou Governador Valadares). Para pleitear o auxílio moradia o aluno deve comprovar pagamento de aluguel e não possuir (o próprio ou membros do grupo familiar) imóvel na cidade onde estuda. O Auxílio Moradia estará em vigor até serem discutidas as políticas e normas da moradia estudantil da UFJF¹¹; b) Auxílio Alimentação: constituído por refeições

¹¹ Segundo o pró-reitor Marcos Souza Freitas, a inauguração da Moradia Estudantil esta prevista para 2017. Universidade Federal de Juiz de Fora. Obras de ampliação da lavanderia da Moradia

gratuitas (café, almoço e jantar) nos Restaurantes Universitários (RU) da UFJF, respeitado o sistema e horário de funcionamento dos Rus; c) Auxílio Transporte: constituído pelo recebimento mensal de vale-transporte para o deslocamento da residência do aluno ao respectivo campus da UFJF durante o período letivo; e d) Auxílio Creche¹²: destinado aos alunos e alunas que possuam dependentes legais até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive. O apoio financeiro objetiva o custeio parcial com os dependentes, no valor único de R\$142,00. Caso ambos os pais e/ou responsáveis legais sejam discentes da UFJF, apenas um fará jus ao auxílio.

Até o processo seletivo de 2014, os critérios de seleção eram: renda bruta familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, estar regularmente matriculado, e com frequência regular, em um dos cursos de graduação da UFJF em 15 créditos, no mínimo, com exceção dos alunos matriculados no último período do curso de graduação (EDITAL Nº. 01/2014 – PROAE). Dadas as contingências orçamentárias e a proposta de reformulação da assistência estudantil na UFJF, alguns critérios de seleção foram acrescentados. São variáveis socioeconômicas que permitem a atribuição de pontuação (índice socioeconômico), tais como: renda; escolaridade/tipo de escola (pública/privada com ou sem bolsa); situação de trabalho do grupo familiar; patrimônio (bens móveis e imóveis); doenças graves na família (demais despesas só impactam durante análise documental); tipo de residência (alugada/cedida/própria/financiada) – localização da residência da família em relação ao campus (microrregião/macrorregião), entre outros. De acordo com o índice socioeconômico, gera-se um ponto de corte, relacionado ao número total de candidatos do processo seletivo e ao número de Bolsas e Auxílios disponíveis.

O critério pedagógico de 15 créditos é verificado por meio do sistema SIGA no início do semestre letivo. Dentre as causas para suspensão ou cancelamento do benefício, encontra-se a aprovação em percentual inferior a 60% das disciplinas cursadas em um semestre. Este acompanhamento é feito ao final do semestre. Em caso de não atendimento desses critérios, o aluno recebe um e-mail de convocação para conversar com a pedagoga e justificar-se.

Estudantil estão autorizadas. Disponível em < <http://www.ufjf.br/noticias/2016/11/25/obras-de-ampliacao-da-lavanderia-da-moradia-estudantil-sao-autorizadas/> >. Acesso em: 2 fev. 2017.

¹² O auxílio creche foi instituído a partir do processo seletivo de 2012.

Em 2014, dos 4049 alunos beneficiados com bolsas, 226 apresentaram rendimento igual a 0 (zero) e, 347, rendimento entre 1 e 60%. Aqueles que apresentaram rendimento 0 receberam e-mail de convocação. Alguns não compareceram e foram desligados. Visto que a equipe da PROAE tem apenas uma profissional na área pedagógica, os que apresentaram baixo rendimento não foram contatados devido à impossibilidade da realização de atendimentos individuais.

Quanto ao acompanhamento da frequência dos alunos que recebem auxílio transporte, tanto por falta de pessoal quanto por falta de acesso ao sistema para fins de monitoramento, ele não é feito. Para sua realização adequada depende-se de parceria com os coordenadores de cursos, responsáveis por este tipo de controle junto ao aluno.

As atividades do Apoio Pedagógico tiveram início em 2009, com atendimentos individuais e, a partir de 2010, foram acrescentadas oficinas pedagógicas com objetivo de trabalhar conteúdos relacionados com a gestão e organização do tempo no contexto acadêmico, estratégias e atitudes para um melhor desempenho nas provas e na apresentação de trabalhos. Os atendimentos podem ser agendados via e-mail ou telefone, entretanto, alguns ocorrem por demanda espontânea, de acordo com disponibilidade de espaço e agenda da profissional. Desde 2012 não há registro da quantidade de alunos atendidos por este serviço.

Além da problemática do financiamento das políticas, as dificuldades para a composição ou recomposição de um quadro técnico estruturado para operacionalizar as ações da assistência estudantil são os maiores entraves para a execução de uma política eficiente. Outra dificuldade mencionada é a falta de ambiente adequado para atendimento ao estudante (FONAPRACE, 2012). Na UFJF não é diferente.

Até setembro de 2014, os alunos eram atendidos em uma “sala”, feita de divisórias, espaço criado dentro da própria sala da PROAE. Devido ao material com que foi produzida, a acústica não era adequada para os atendimentos que eram realizados. Segundo Assis (2013), o atendimento inicial, realizado nesse espaço, poderia intimidar o aluno que desejasse procurar os serviços da PROAE. Entretanto, mesmo sendo o único local disponível para os atendimentos individuais, a sala foi ocupada pelas caixas que arquivam os documentos dos alunos que se inscreveram em processos seletivos anteriores, as quais ficavam espalhadas pela sala. Assim, os atendimentos foram temporariamente suspensos.

Percebendo-se que o processo de encaminhamento do material para o local adequado (arquivo) não seria tão rápido (até outubro de 2015, as caixas ainda se encontravam no espaço), a equipe de psicologia, com a ajuda da Pró-Reitora, se mobilizou para encontrar uma sala para retornar os acompanhamentos que já estavam em andamento. Foi realizada uma parceria entre a PROAE e a ouvidoria. Embora o tempo de atendimento tenha ficado reduzido, a equipe conseguiu se adequar. Porém, um novo ouvidor foi nomeado e, para a surpresa de todos, ele optou por não manter o acordo firmado anteriormente. E, mais uma vez, os alunos tiveram seu direito a atendimento cerceado.

Numa tentativa de minimizar os efeitos negativos que poderiam surgir com a interrupção, por tempo indeterminado, dos acompanhamentos, o Vice-Reitor e a Pró-Reitora cederam seus gabinetes para que os atendimentos fossem realizados. O local não era o mais adequado, alguns contratempos aconteceram até que uma sala fosse cedida de forma definitiva para o setor.

Embora ainda existam necessidades de reparos e mobílias, em 2105, a PROAE foi contemplada com um espaço que atende aos critérios de sigilo necessários para um atendimento individualizado de qualidade. Atualmente, a equipe tem uma sala ampla, separada do ambiente administrativo, que proporciona privacidade ao aluno que procura por algum tipo de suporte reservado.

Ainda em relação ao espaço, a equipe depara-se com obstáculos ao buscar locais para a realização das oficinas, palestras e atividades em grupo promovidas.

De acordo com Assis (2013), o Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, de setembro de 2012, já destacava a existência de atendimento psicológico. À época, existia uma parceria entre a PROAE e o Centro de Psicologia Aplicada da UFJF (CPA) e o Centro de Apoio Psicossocial do Hospital Universitário. Em 2011, foi iniciado um projeto específico, destinado aos beneficiários do programa de assistência estudantil. Entretanto, em meados de 2012 foi interrompido em razão da greve e, posteriormente, porque a coordenadora do projeto entrou de licença. Àquela época, a autora já apontava para a necessidade de institucionalização dos projetos, visto que a forma personalizada com que eram desenvolvidos provocava o término de ações tão importantes como a parceria com a PROCULT, que foi interrompida pelo falecimento da Pró-Reitora adjunta e esta, porque a coordenadora entrou de licença maternidade.

Em 2013, foi admitido o primeiro servidor da área de psicologia. Até então, as atribuições eram desempenhadas por um terceirizado que, na maioria das vezes, encaminhava os alunos para atendimentos externos, conforme explicado acima.

Em 2015, a equipe de psicologia entrou em contato com a instituição, mas não foi possível retomar o projeto. Os alunos, mesmo que encaminhados via PROAE, passariam por um processo de triagem que é comum a toda a comunidade e aguardariam a ordem de atendimento.

Atualmente, a equipe é formada por 5 (cinco) psicólogos. O serviço busca oferecer um espaço de acolhimento e escuta com o objetivo de refletir sobre a vida acadêmica, as questões afetivas e emocionais que podem ocorrer durante a experiência universitária. Os atendimentos podem ser agendados ou, dependendo da necessidade do usuário e disponibilidade do serviço, o acolhimento é imediato.

No ano de 2014, foram atendidos 100 alunos que buscaram, por vontade própria, acompanhamento individual. Foi oferecido um grupo para atender alunos que não são de Juiz de Fora (Grupo Fora de Casa), e nesta atividade participaram 10 alunos, divididos em 2 grupos, tendo dia em que não compareceu nenhum estudante. Em 2015, foi criado um ciclo de palestras com temas diversificados e uma atividade que envolveu a transmissão de um filme e posterior debate sobre o conteúdo (CinePROAE). Entretanto, nas palestras mais procuradas registraram-se 15 alunos inscritos e, apenas 2 apareceram. Tendo a ausência total de participantes em algumas delas. Para o CinePROAE foram 5 inscrições. O comportamento dos alunos em relação ao Grupo Fora de Casa foi o mesmo do ano anterior.

Apesar da pouca procura por parte dos alunos, os eventos foram divulgados no portal da UFJF, por mala direta (todos os alunos da universidade receberam a programação por e-mail), em coluna de jornal local impresso e no telejornal local da TV Integração. Quanto aos atendimentos individuais, tanto de pedagogia, quanto de psicologia, as informações sobre disponibilidade de horário, contatos e objetivos de cada um deles encontram-se na página da PROAE, no portal da UFJF.

Outra tentativa de divulgação foi o contato realizado com os coordenadores de cursos via e-mail e pessoalmente. Alguns encontros foram agendados com objetivo de explicar e informar sobre o funcionamento do setor e as ações desenvolvidas. A intenção era a de se aproximar dos alunos com o auxílio dos coordenadores, que poderiam encaminhá-los quando identificassem alguma demanda.

Por outro lado, o processo seletivo para concessão de bolsas e auxílios estudantis, iniciado em março de 2015, recebeu 5937 inscrições. Este número evidencia a emergente necessidade de ressignificar a assistência estudantil para além das bolsas, dada a discrepância entre os resultados apresentados.

Embora algumas informações quantitativas tenham sido apresentadas até aqui, inexistente uma sistemática de acompanhamento e monitoramento dos atendimentos e atividades do setor, o que dificulta bastante a apresentação de dados estatísticos não só para efeitos de pesquisa como também para o planejamento organizacional.

A pesquisa de Assis (2013) ressaltou a importância de se ter uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política como forma de adequar os serviços oferecidos não só ao orçamento como também à real necessidade dos alunos. Seria necessário, então, a criação e definição de conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores que promovam a autoavaliação da instituição (SOBRINHO, 2003, APUD ASSIS, 2013)

Apesar do tempo decorrido desde a pesquisa de Assis, em 2013, estamos caminhando para o ano de 2016 e, o desafio de conhecer o perfil do novo aluno que ingressa na UFJF para então reconhecer quais são as necessidades desse público que surge com a ampliação das vagas, permanece. De acordo com as entrevistas realizadas pela autora, os atores participantes informaram que os dados necessários para a ação já existem no setor, visto que são solicitados aos alunos em diferentes momentos, como no ingresso e no processo seletivo para bolsas e auxílios. Organizá-los com o objetivo de se ter um perfil próprio da instituição para a definição de programas e projetos, seria de grande valia.

Quanto à proposta da educação inclusiva entendida como forma de acolher o aluno em sua diferença cultural e econômica, sugerida pela professora Joana Machado, “para democratizar não só o acesso, mas manutenção dele na universidade, para que ele possa se sentir parte” (UFJF, 2014)¹³, ainda não existem iniciativas concretas nesse sentido. Devido ao volume de inscrições para o processo seletivo, toda a equipe, não só aqueles da área administrativa e os assistentes sociais, está envolvida nas tarefas de organização necessárias para a conclusão das

¹³ Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/a-pro-reitoria/apresentacao/>>. Acesso em: 15 maio 2015.

etapas do edital 01/2015. Assim, o planejamento de ações para cumprir essa nova atribuição ficou bastante prejudicado diante da sobrecarga sofrida por esta equipe.

Entretanto, mesmo com a colaboração de todos, não foi possível cumprir com os prazos mencionados no edital. O resultado da pré-seleção estava previsto para o dia 17 de março e o resultado final para 14 de maio de 2015 (EDITAL Nº. 01/2015 – PROAE). Tal descumprimento fez com que os alunos procurassem a Administração Superior para a realização de reunião aberta para discussão de temas propostos pela comunidade discente, com foco prioritário em três deles: o apoio estudantil, a segurança no campus e meio passe estudantil. Após a reunião do dia 18 de maio de 2015, os alunos decidiram pela ocupação da reitoria, que perdurou por 17 dias, período em que ocorreram diversas reuniões entre o movimento estudantil, diversos segmentos da comunidade universitária e, sobretudo, a Reitoria. Ao final desse período, no dia 4 de junho, diante de uma carta de compromisso firmada com a Reitoria, indicando o atendimento da pauta reivindicada pelos estudantes, iniciou-se o processo de desocupação do espaço físico da reitoria. Dentre os acordos firmados, tem-se como principal consequência favorável à PROAE o compromisso por parte da Administração Superior de

ampliar, sempre que possível e de acordo com as necessidades referentes às demandas do apoio, o quadro permanente de assistentes sociais, bem como a reestruturar a infraestrutura da Pró-Reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva (Carta de compromisso, 2015).

Dessa forma, fica evidente que mesmo com tentativas frequentes de ampliar as atividades, o ônus do processo seletivo para bolsas impacta diretamente o planejamento de outras frentes de atuação, pois o cronograma de atividades é desenvolvido a partir das etapas do processo seletivo para bolsas e auxílios. Assim, mais uma vez, tem-se aqui a comprovação da importância que é dada pela instituição ao processo de distribuição de bolsas em desvantagem das demais oportunidades de atuação.

Pode-se perceber que dos anos 1990 para cá o alunado de ensino superior alcançou expansão inédita em comparação com as décadas anteriores, o que provocou, naturalmente, o aumento da demanda por assistência estudantil. A implantação de programas de inclusão permite que alunos pertencentes a grupos

historicamente desfavorecidos ingressem nas universidades, sejam elas públicas ou privadas.

Assim, políticas públicas específicas são propostas com o intuito de garantir o acesso e a permanência desses nas instituições de ensino. De modo geral, a Ação Afirmativa, como forma de discriminação positiva, é uma política de aplicação prática e tem sido implementada em diversos países, variando o público a que se destina. O debate sobre o tema tem, portanto, um caráter internacional, que transcende as fronteiras nacionais.

Diante de tantos avanços e, ao mesmo tempo, desafios que surgem na rotina para a implementação de propostas que de fato viabilizem o acesso e garantam a permanência dos estudantes nas IES públicas, vale registrar a reflexão trazida por TEIXEIRA (2009):

Pensar em assistência ao estudante, na concepção do FONAPRACE (2000), vai além de pensar em permanência no que se refere a restaurantes universitários e moradia estudantil. A assistência ao estudante deve ser ampliada de forma a democratizar o acesso e garantir uma universidade que, de fato, seja pública, gratuita e comprometida com a permanência de qualidade no ensino superior (TEIXEIRA, 2009, p. 32).

Assim, promover ações afirmativas de permanência, como as indicadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por exemplo, pode ser uma forma concreta de favorecer a igualdade de resultados proposta pelas políticas de discriminação positiva. Entretanto, é razoável discutir se a forma como o PNAES vem sendo colocado em prática significa que as universidades estão, com efeito, cumprindo com o seu compromisso de preparar indivíduos realmente capazes de participarem, efetivamente, como membros integrais da sociedade, em condições de igualdade com aqueles que não pertencem aos grupos historicamente segregados.

2 UMA REFLEXÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA - PROAE

Considerando os pontos levantados no capítulo 1, principalmente no que se refere à apresentação da Política de Assistência Estudantil na UFJF, ao registrar seu histórico, é possível constatar que o seu processo de expansão relacionado à quantidade de bolsas e auxílios financeiros ocorreu de forma desordenada. Assim, o foco exacerbado por parte da instituição na distribuição de bolsas e auxílios tem como consequências um entendimento equivocado por parte dos alunos, que percebem o PNAES como um programa de transferência de renda apenas e o interesse deles por bolsas e auxílios financeiros em detrimento dos demais programas e atividades oferecidos pela PROAE. A forma como a assistência estudantil vem sendo difundida na instituição justifica o objetivo desta pesquisa no sentido de conhecer a percepção dos alunos em relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF, para, então, propor ações e estratégias com o intuito de proporcionar efetivas possibilidades de permanência para estudantes que estejam enfrentando dificuldades no processo de inclusão no ensino superior.

Assim sendo, este capítulo apresenta o referencial teórico e a análise dos dados coletados. Para tanto, está dividido em três seções: a primeira trata dos efeitos das políticas de ações afirmativas, visto que elas dependem de mudanças culturais para alcançar resultados do ponto de vista do reconhecimento das diferenças. Situação que pode gerar condições para o insucesso, a insatisfação, a desadaptação e abandono do curso. A interpretação teórica das ações afirmativas no Brasil será baseada na teoria bidimensional proposta por Nancy Fraser. Segundo a autora, as reivindicações por justiça social envolvem tanto questões de ordem redistributivas quanto as “políticas de reconhecimento”.

Na segunda seção faz-se um detalhamento do uso da metodologia selecionada para esta pesquisa. Por fim, a terceira parte, subdividida em dois tópicos, apresenta as informações levantadas por meio de pesquisas e entrevistas. O primeiro foi desenvolvido a partir da apuração de como os setores responsáveis pela assistência estudantil de outras instituições de ensino costumam lidar com seus alunos e que tipos de suporte e acompanhamento oferecem. Com base nas informações levantadas no item 2.3.1, realizou-se um comparativo entre as práticas de algumas universidades federais e a experiência da UFJF. No segundo, está a

análise do conteúdo das entrevistas aplicadas aos alunos com o objetivo de conhecer sua percepção em relação ao papel e a importância da assistência estudantil para sua permanência na universidade.

2.1 A assistência estudantil para além das bolsas

A história nos mostra que em diferentes épocas, nos mais variados povos e civilizações, sempre existiram sociedades desiguais. Em meados do século XX, movimentos sociais instigaram a sociedade para que projetos fossem concebidos com o objetivo de romper com os modelos estratificadores adotados até então, fossem eles de classes, raciais, sexuais ou religiosos. A finalidade era criar outras formas de perceber e refletir sobre a sociedade.

Dentre os diversos contextos que possibilitam a inclusão, têm-se as instituições de ensino como fundamentais para esse processo. Os debates contemporâneos abordam o tema em torno da educação como possibilidade de extinguir as desigualdades sociais, o que tem provocado avanços significativos, seja no âmbito da legislação ou na articulação de discussões nos diferentes contextos. Nesse sentido, pode-se entender que o acesso à educação, enquanto garantia constitucional, “eleva-se ao patamar dos direitos humanos, inerentes à dignidade e fundamentais para o desenvolvimento da pessoa como indivíduo e cidadão”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 68).

Na busca pelo desenvolvimento do país, a desigualdade de acesso à educação constitui-se em um dos maiores desafios enfrentados tanto pelo governo quanto pela sociedade brasileira. Nesse sentido, as iniciativas de políticas e demais iniciativas públicas ou privadas de inclusão organizadas sob a rubrica das ações afirmativas devem ser compreendidas como oportunidades que possibilitam maior equidade no acesso à educação. Por definição, são "ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades" (LEI Nº 12.288/2010 - TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, ITEM VI).

A expressão “Ação Afirmativa” refere-se a um conjunto de políticas públicas adotadas com a finalidade de proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado, rompendo, assim, com a herança

de exclusão e preconceito que se perpetua ao longo do tempo. Visa a remover barreiras, sejam elas formais ou informais, que porventura impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança.

No Brasil, o debate sobre políticas de ação afirmativa passou a ter relevância social a partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, momento em que o país se posicionou em prol de políticas públicas favoráveis a grupos historicamente discriminados. Em termos educacionais, no que diz respeito ao nível superior de ensino, o tema despontou no cenário brasileiro há mais ou menos 10 (dez) anos.

Em 2005, o então ministro da Educação, Tarso Genro, priorizou, em sua gestão, a reformulação do ensino superior brasileiro, o que significou a implementação da tão reivindicada Reforma Universitária. Em sua fundamentação, o ministro destaca a relevância da universidade pública para a realização de um projeto de nação “moderna, coesa e democrática” (GENRO, 2005, p.6). Dessa forma, defende que a universidade tem que ser plural, democrática e abrangente, com o papel de corresponder a uma sociedade aberta, que “aponte as lutas contra as desigualdades regionais, a luta contra a pobreza e a redução das desigualdades sociais” (GENRO, 2005, p.2).

Essa concepção vem corroborar com o que prevê o artigo 3º da Declaração Mundial sobre a Educação Superior – UNESCO (1998): “para o acesso à educação superior não será possível admitir qualquer discriminação com base em raça, sexo, idioma, religião ou em considerações econômicas, culturais e sociais, e tampouco em incapacidades físicas”.

A reivindicação por políticas de ação afirmativa no ensino superior tem se referido, no Brasil, a dois principais segmentos sociais: egressos da escola pública (como indicador de oportunidades econômicas e educacionais), e negros e indígenas (como fator de identificação étnico racial).

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, dispõe sobre a reserva de parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente a discriminações e estabelece uma reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas das universidades federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, 50% (cinquenta por cento) dessas vagas devem ser reservadas aos estudantes

oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*.

Nesse contexto de reestruturação e inclusão, Santos (2004) defende que

a reforma tem por objectivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo (SANTOS, 2004, p. 39).

e vai além, pois propõe que ações afirmativas, sejam elas cotas ou outras medidas, objetivem não só acesso, mas também o acompanhamento dos alunos, principalmente nos primeiros anos, quando as taxas de abandono são mais altas.

Quanto ao acompanhamento, Genro reconhecia a necessidade das universidades de se prepararem para a recepção dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas, pois entendia que o objetivo primordial da universidade pública é exatamente “abrir espaços para incorporar todos os cidadãos, que o queiram, no saber e no conhecimento, cumprindo também a sua função de ser uma instituição republicana de combate às desigualdades” (GENRO, 2004, p. 2 citado por AZERÊDO, 2005, p. 741).

Segundo Lima (2010), no debate público sobre ações afirmativas, o tema da educação superior promove vasta produção acadêmica sobre o princípio dessas ações, os processos de implementação das políticas de cotas nas instituições públicas de ensino superior e análises sobre os estudantes cotistas.

De acordo com Oliven (2007), são comuns posicionamentos que defendem a ideia de que as universidades públicas não dão conta de assumir a responsabilidade pelo

Atendimento especial a um grupo de estudantes que estaria despreparado para acompanhar as exigências de cursos superiores mais seletivos. Faltariam recursos para esses alunos comprarem os livros e equipamentos necessários. Além do mais, eles teriam que trabalhar e acabariam aumentando a taxa de evasão já bastante elevada (OLIVEN, 2007, p. 44).

Por certo, estudar requer tempo e dinheiro, bens que não são facilmente acessados pela maioria dos brasileiros. Considerando que

A educação superior ainda é vista como um reduto da elite economicamente favorecida. A maneira mais eficaz de reverter esse quadro e tornar a educação superior uma experiência ao alcance de todas as classes sociais é a utilização de mecanismos que minimizem a demanda de tempo, de dinheiro ou de ambos por parte do estudante (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 22).

Segundo Lázaro et al. (2012), embora as políticas de inclusão de estudantes de menor renda estejam no caminho certo, ainda é um desafio garantir políticas de permanência que permitam que esses jovens concluam os cursos escolhidos dentro do prazo acadêmico. A conclusão do ensino superior vai além de uma simples formação educacional, tendo em vista que anos a mais de escolaridade podem significar melhores condições de vida tanto no sentido econômico quanto em um sentido mais subjetivo que envolve questões culturais de reconhecimento público e empoderamento.

Assim, promover ações afirmativas de permanência, como as indicadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por exemplo, pode ser uma forma concreta de favorecer a igualdade de resultados proposta pelas políticas de discriminação positiva. Entretanto, é razoável discutir se a forma como o PNAES vem sendo colocado em prática significa que as universidades estão, com efeito, cumprindo o seu compromisso de preparar indivíduos realmente capazes de participarem, efetivamente, como membros integrais da sociedade, em condições de igualdade com aqueles que não pertencem aos grupos historicamente segregados.

Dentre os dilemas que marcam o debate público em torno das ações afirmativas no Brasil, estão: a discussão sobre a “igualdade formal” em contraposição à “igualdade material” e a crítica quanto aos beneficiários das políticas afirmativas, considerando os critérios “classe social” e “raça/etnia”.

No primeiro caso, aqueles que se opõem às ações afirmativas argumentam que essas seriam atentatórias ao princípio da igualdade formal, reduzido à fórmula “todos são iguais perante a lei”, na medida em que instituiriam medidas discriminatórias. Porém, as ações afirmativas regulam-se pelo valor da igualdade material, substantiva, que tem como objetivo tratar desigualmente os desiguais para construir a igualdade. Entende-se que é dever do Estado promover ações desiguais para buscar uma igualdade efetiva. Segundo esse critério, que se refere aos beneficiários, os contrários alegam que a discussão envolve, de um lado, o branco pobre, e, de outro, o afrodescendente de classe média (PIOVESAN, 2008).

Durante décadas, um cenário de extrema desigualdade caracterizou a sociedade brasileira, o que trouxe à tona a urgente necessidade de se discutir a implantação de políticas sociais com o objetivo de minimizar um quadro considerado inaceitável para um país como o Brasil. Nessa conjuntura, a população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos, por exemplo, devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social.

Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença, o qual importa o respeito à diferença e à diversidade e lhes assegura um tratamento especial. Assim, na busca por justiça social, o Brasil tem incorporado medidas no intuito de reduzir essas desigualdades.

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira coadunam com debates que acontecem em outros contextos nacionais. Por conseguinte, a discussão sobre desigualdades em geral e desigualdades entre grupos, em particular, está em conformidade com uma vasta literatura internacional que evidencia alguns dos atributos dos indivíduos, como, por exemplo, sexo, raça e classe social, como mecanismos produtores de desigualdades em diferentes contextos.

A desigualdade material está em alta na maioria dos países do mundo. Grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade lutam pelo “reconhecimento da diferença” (FRASER, 2006). A realidade do Brasil, marcada tanto pela desigualdade socioeconômica quanto pela racial, faz com que o país se torne um local propício para se pensar a aplicação da teoria fraseana.

Segundo a citada autora, as reivindicações por justiça social têm apontado para uma subdivisão de dois tipos: as de ordem redistributivas e as “políticas de reconhecimento”. No primeiro caso, estão as reivindicações que defendem a redistribuição mais justa de recursos e riquezas e, no segundo, a meta é um mundo que admita de forma coerente as diferenças (FRASER, 2002a). Para ela, a justiça requer simultaneamente redistribuição e reconhecimento de identidades, o que define seu caráter bidimensional.

A proposta é que se olhe para a justiça “usando duas lentes diferentes simultaneamente. Vista por uma das lentes, a justiça é uma questão de distribuição justa; vista pela outra, é uma questão de reconhecimento recíproco. Cada uma das lentes foca um aspecto importante da justiça social, mas nenhuma por si só basta” (FRASER, 2002b, p. 5).

Os aspectos distributivos são baseados na estrutura econômica da sociedade. A origem da injustiça está na má distribuição, entendida como desigualdade de rendimentos, exploração, privação e marginalização ou exclusão dos mercados de trabalho. Nesse caso, o remédio seria a redistribuição, que vai além da transferência de renda, engloba ainda a reorganização da divisão do trabalho, a transformação da estrutura da posse da propriedade e a democratização dos processos por meio dos quais se tomam decisões relativas ao investimento.

As questões de reconhecimento que caracterizam a injustiça cultural ou simbólica estão vinculadas a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. A injustiça aqui é o falso reconhecimento, que abrange a dominação cultural, o não-reconhecimento e o desrespeito. Logo, o remédio é o reconhecimento por meio de mudanças que objetivem revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados. Além disso, pode envolver esforços de reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural.

Isto posto, Fraser (2002b) defende a ideia de que o mais adequado seria adotar uma política sob a perspectiva bifocal, ou seja, que incorpore tanto o reconhecimento como a distribuição. Não obstante, essa não é uma tarefa fácil, visto que isso exige que as duas dimensões de justiça sejam submetidas a uma medida normativa comum. Para atender a essa finalidade, a autora propõe o “princípio de paridade de participação”, ou seja, a justiça requer arranjos sociais que permitam a interação entre si de todos os membros (adultos) da sociedade enquanto pares. Para que a paridade participativa seja possível, são necessárias, pelo menos, duas condições.

Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e “voz” dos participantes. Esta condição impede a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade econômicas que constituem obstáculos à paridade de participação. Estão excluídos, portanto, arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as flagrantes disparidades de riqueza, rendimento e tempo de lazer que negam a alguns os meios e as oportunidades de interagir com outros como pares. Em contraponto, a segunda condição para a paridade participativa requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social. Esta condição exclui padrões institucionalizados de valor que sistematicamente depreciam algumas categorias de pessoas e as características a elas associadas. Portanto, excluem-se padrões institucionalizados de valor que negam a alguns o estatuto de parceiros plenos nas interações – quer ao imputar-lhes a carga de uma “diferença” excessiva, quer ao não reconhecer a sua particularidade (FRASER, 2002, p. 6 -7).

Dessa forma, as duas são necessárias à paridade participativa, sendo que nenhuma delas é suficiente sozinha, pois a primeira traz preocupações relacionadas à teoria da justiça distributiva, enquanto a outra traz preocupações associadas à filosofia do reconhecimento. “O resultado é uma concepção bidimensional de justiça que abrange tanto a distribuição como o reconhecimento, sem reduzir um aspecto ao outro” (FRASER, 2002b, p. 7).

A autora menciona dois tipos de remédios para as injustiças, os afirmativos e os transformativos. A diferença principal entre eles está entre os efeitos terminais e os processos que os produzem. Os remédios afirmativos estão “voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra”. Ao contrário, os remédios transformativos visam a “corrigir efeitos desiguais precisamente por meio da remodelação da estrutura gerativa subjacente” (FRASER, 2006, p. 7).

No caso da redistribuição afirmativa, seu objetivo é compensar a injustiça econômica, embora deixe intactas as estruturas profundas que originam a desvantagem de classe, o que a obriga a fazer realocações superficiais constantemente. Em consequência, a classe mais desprivilegiada carrega a marca intrínseca da deficiência e insaciabilidade, ou seja, aquela que sempre demanda por mais e mais. Com o passar do tempo essa classe pode vir a ser vista como privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecidos. Desta forma, uma abordagem voltada para compensar injustiças de distribuição pode produzir injustiças de reconhecimento.

Embora a redistribuição afirmativa tenha um “compromisso formal de reconhecimento”, sua prática repetida ao longo do tempo provoca uma dinâmica secundária de reconhecimento estigmatizante, que contradiz seu compromisso formal com o universalismo. Ela pode ser entendida como o “efeito de reconhecimento prático” da redistribuição afirmativa.

Por outro lado, os remédios transformativos tendem a dissolver a diferenciação de classe e a promover a reciprocidade e a solidariedade nas relações de reconhecimento. Assim,

A redistribuição afirmativa pode estigmatizar os desprivilegiados, acrescentando o insulto do menosprezo à injúria da privação. A redistribuição transformativa, em contraste, pode promover a solidariedade, ajudando a compensar algumas formas de não-reconhecimento (FRASER, 2006, p. 9).

Considerando a definição das ações afirmativas, o contexto brasileiro e as reivindicações por justiça social que vêm ocorrendo neste cenário, é possível perceber aquelas tanto como uma política de benefício a uma população específica quanto como uma política distributiva, de acordo com a teoria fraseana. O primeiro e principal argumento para a implantação das ações afirmativas é que essas políticas representam a reparação por uma injustiça passada. Elas trazem em sua concepção a ideia de “levar o Estado a assumir seu compromisso de igualdade primeira entre seus membros, haja vista que a desigualdade manteve-se com percepções subjetivas sobre diferenças originais” (VIEIRA, 2005, citado por FERREIRA, 2010).

Apesar disso, do ponto de vista fraseano os efeitos das ações afirmativas são desconhecidos no tocante a modificações na estrutura social que motiva as desigualdades. É certo que elas reconhecem a necessidade de distribuição a grupos historicamente excluídos, entretanto, os impasses estruturais que constituem as desigualdades não são solucionados. Ferreira (2010) argumenta que se os beneficiados por essas políticas conseguirem, em larga escala, transmitir seus resultados de crescimento socioeconômico aos seus filhos, de forma que estes não dependam desse tipo de política para se manterem em ascensão futuramente, daí sim, será possível inferir que o obstáculo foi superado.

Caso a aplicabilidade dessas políticas cheguem a esse patamar, é provável que o preconceito seja minimizado e, assim, a redistribuição progrediria para o reconhecimento e aceitabilidade cultural das diferenças, de acordo com a justiça por reconhecimento descrita por Fraser. Porém, esse resultado não será atingido automaticamente, apenas com as ações afirmativas.

Apesar do aumento da interação e da comunicação transculturais, nem sempre as lutas por reconhecimento favorecem o respeito entre as diferenças. Pelo contrário, algumas tendem a instigar o separatismo e a formação de enclaves grupais, o chauvinismo e a intolerância, o patriarcalismo e o autoritarismo. Fraser chama isso de “o problema da reificação”.

Para evitar esse efeito, a autora propõe uma revisão do conceito de reconhecimento. Ela sugere “uma concepção não-identitária que desencoraje a reificação e promova a interação entre as diferenças, o que significa rejeitar as definições habituais de reconhecimento” (FRASER, 2002b, p. 8).

Frequentemente, reconhecimento está vinculado à política de identidade. Nesse caso, o que demanda reconhecimento é a identidade cultural específica dos

grupos. Quando há a depreciação de tal identidade pelo grupo dominante, o que acarreta dano ao sentido do eu dos membros do grupo, tem-se o falso reconhecimento. A reparação desse dano necessita de uma política de reconhecimento que intente corrigir a desestruturação interna por meio

da contestação da imagem pejorativa do grupo projectada pela cultura dominante. Os membros desses grupos devem rejeitar tais imagens em favor de novas auto-representações por eles próprios construídas. Depois de remodelar a sua identidade colectiva, devem exhibi-la publicamente de forma a ganhar o respeito e a consideração da sociedade em geral. Quando o resultado tem êxito, atinge-se o “reconhecimento”, uma relação não distorcida consigo próprio (FRASER, 2002b, p. 8).

Dessa forma, a alternativa de conceito apresentada pela autora é baseada no “modelo de estatuto”. Assim, é o estatuto individual dos membros de um grupo que requer o reconhecimento deles como parceiros de pleno direito na interação social. O falso reconhecimento seria uma subordinação social, ou seja, o impedimento da participação em pé de igualdade na vida social.

Seguindo o modelo de estatuto, a reparação dessa injustiça requer uma política de reconhecimento que objetive superar a subordinação por meio da legitimação da parte reconhecida distorcidamente como membro pleno da sociedade, capaz de participar de forma paritária com os demais. Neste caso, pode-se falar em “reconhecimento recíproco” e “igualdade de estatuto”.

Diante de todas as vantagens e implicações que a aplicação de políticas distributivas trazem consigo, infere-se que a busca social por justiça no caso brasileiro exige mais que a atuação por meio de medidas de redistribuição apenas. Uma política realmente efetiva seria aquela que conseguisse acabar não só com os efeitos de classe, mas também com o preconceito e a segregação. Segundo Ferreira (2010), as ações afirmativas são relativamente capazes de alcançar esse objetivo haja vista sua direção mais focada em redistribuição e não no problema do reconhecimento das diferenças culturais.

À vista disso, as ações afirmativas podem ser apreendidas tanto pelo prisma retrospectivo, pois reduz a carga de um passado discriminatório, quanto prospectivo, dado que tem o potencial de motivar uma transformação social e criar uma nova realidade. Logo, para promover uma transformação social verdadeiramente

qualitativa, o exercício do ensino superior deve ir além dos limites impostos por medidas paliativas.

No caso da Assistência Estudantil, objeto de estudo desta pesquisa, com base em tudo o que foi exposto até o momento, cabem questionamentos sobre as possibilidades de intervenção desta área na promoção da qualidade dos serviços prestados sem que o direito universal dos discentes, em geral, seja ferido e negado. E mais, como a universidade, pode contribuir efetivamente para a emancipação do indivíduo e para o exercício pleno de sua cidadania.

Enfim, o ensino superior pode ir além de um mero instrumento de capacitação. Ele pode promover não só o empoderamento dos indivíduos, mas também o equilíbrio entre redistribuição e reconhecimento, visto que oportuniza a mobilidade social e a criação de nivelamento material.

2.2 Aspectos metodológicos da pesquisa de campo

A presente seção elenca os procedimentos utilizados para a elaboração deste trabalho.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa de conhecer a percepção dos alunos em relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF, optou-se por dar voz a alguns deles para que, por meio de suas falas, tivessem a oportunidade de expressar suas opiniões.

Para desempenhar essa tarefa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, com roteiro prévio, procurando manter um diálogo aberto e espontâneo, com depoimentos que comunicassem os conteúdos capazes de revelar a realidade de cada aluno.

A partir da experiência da pesquisadora na UFJF, com base em observações e por meio do contato com alguns alunos acompanhados pelo serviço de psicologia, foram elaboradas algumas questões em formato de entrevista semi-estruturada para que as hipóteses levantadas fossem confirmadas ou não. Esta breve entrevista (Apêndice B) foi aplicada em 3 (três) alunos escolhidos aleatoriamente.

Baseada no retorno desse material, nos conceitos apresentados nas teorias estudadas e em pesquisas realizadas no âmbito da assistência estudantil em outras instituições (BARBOSA, 2012; GIÚDICE, 2013; OLIVEIRA, 2011), novas questões foram acrescentadas na confecção da entrevista apresentada no Apêndice C.

Para garantir a particularidade de cada contexto, as entrevistas foram gravadas e as respostas obtidas foram transcritas. Todas elas foram realizadas pela própria pesquisadora, de forma individualizada, via Skype¹⁴, para que as pessoas pudessem ficar à vontade para falar o que achassem necessário. Durante a entrevista, algumas questões foram levantadas com o objetivo de complementar as informações dadas. O tempo de duração variou entre 30 e 50 minutos.

Visto que o processo seletivo para bolsas iniciado em março de 2015 teve seu resultado concluído em dezembro, período posterior aos prazos previstos para finalização das atividades do curso, foi utilizado o banco de dados referente ao ano de 2014. A definição da amostra¹⁵ foi realizada com base na modalidade de bolsa e/ou auxílio recebido e no rendimento acadêmico do aluno.

Por tratar-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de um estudo de caso e, considerando o vasto banco de dados individuais apresentado (3.996 alunos), optou-se por realizar entrevistas de modo planejado e sistemático com uma quantidade previamente definida de alunos bolsistas.

Os entrevistados foram selecionados a partir de duas variáveis: o tipo de bolsa (modalidade) e o nível de rendimento do aluno. O rendimento foi dividido em quatro categorias: (1) rendimento nulo (0%), (2) insuficiente (acima de 0, mas abaixo de 60%), (3) razoável (igual ou superior a 60%, mas abaixo de 100%), e (4) integral (100%).

Quanto à modalidade de apoio estudantil, os bolsistas de manutenção correspondem ao caso de maior frequência, seguido pelos que recebem auxílio moradia e transporte. São poucos os beneficiários dos auxílios de alimentação e creche.

Em relação ao rendimento, critério exigido para que o aluno se mantenha na condição de beneficiário, verificou-se que 80% dos bolsistas apresentaram aprovação em, pelo menos, 60% das disciplinas cursadas.

A proposta inicial era que fossem realizadas 20 (vinte) entrevistas, conforme tabela abaixo:

¹⁴ A pesquisadora, por motivos particulares, está em exercício provisório em outro estado. Portanto, as entrevistas foram realizadas via Skype, um software lançado em 2003, que permite comunicação pela internet por meio de conexões de voz e vídeo.

¹⁵ Proposta pelo professor Luís A. Fajardo Pontes (CAEd) segundo breve análise estatística fundamentada nas informações sobre os alunos assistidos.

Tabela 2: Quantidade de entrevistas sugeridas por categorias (Modalidade x Rendimento Acadêmico)

Grupos	1	2	3	4	Total
Manutenção	3	2	2	3	10
Moradia	1	1	1	2	5
Transporte	1	1	1		3
Alim./Creche	1			1	2
Total	6	4	4	6	20

Fonte: Luís A. Fajardo Pontes (CAEd).

De acordo com o prof. Fajardo,

1 - Procurou-se “varrer” todos os tipos de benefícios ou bolsas, e também todos os tipos de desempenho acadêmico, porém, privilegiando os bolsistas de manutenção (mais numerosos) e também os dois extremos dos grupos de desempenho (1 e 2) que, conforme se viu, correspondem aos casos mais frequentes e também, pelo seu caráter extremo, que sejam potencialmente de maior interesse para a pesquisa.

2 - Uma vez determinados os quantitativos, basta ir até a planilha de alunos, preferencialmente já ordenada segundo os tipos de bolsa e de grupos e, então, selecionar aleatoriamente os casos.

Foram selecionados, aleatoriamente, os 20 (vinte) alunos que se encaixavam nas categorias propostas. O contato inicial se deu por e-mail e tentativas via ligação telefônica. Entretanto, apenas 2 (dois) alunos retornaram o contato e aceitaram participar da pesquisa.

Considerando que a participação dos alunos é elemento crucial para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por valer-se da facilidade de contato da pesquisadora e da disponibilidade de alguns alunos que foram acompanhados por ela durante sua permanência na universidade.

Desta forma, a partir da listagem de alunos atendidos entre julho de 2014 e dezembro de 2015, foram selecionados 11 alunos que atendiam aos critérios definidos para a amostra, seguindo a quantidade sugerida por categoria. Destes, 8 (oito) deram retorno e participaram da entrevista.

Em consequência das dificuldades encontradas, não foi possível entrevistar alunos pertencentes a todas as modalidades de apoio, conforme planejado inicialmente. Assim sendo, foram realizadas 10 (dez) entrevistas, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Quantidade de entrevistas realizadas por categorias (Modalidade x Rendimento Acadêmico)

Grupos	1	2	3	4	Total
Manutenção	0	2	2	3	7
Moradia	0	0	0	2	2
Transporte	0	0	0	1	1
Alim./Creche	0			0	0
Total	0	2	2	6	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale registrar que as 3 (três) alunas selecionadas na segunda amostra, que não retornaram, representariam o grupo de manutenção com rendimento nulo. Visto que a maioria dos alunos bolsistas pertencem à modalidade de manutenção, é compreensível que esta tenha maior representatividade na amostra. Em contrapartida, não houve participante da modalidade de alimentação e/ou creche, categoria com menor quantidade de bolsistas.

Os entrevistados serão apresentados por meio do quadro abaixo. São eles:

Quadro 1 – Identificação dos Entrevistados

Sujeito	Curso	Modalidade	Rendimento
E1	Engenharia Ambiental e Sanitária	Manutenção	Integral
E2	Jornalismo	Transporte	Integral
E3	Química	Manutenção	Razoável
E4	Química	Manutenção	Integral
E5	Ciências Sociais	Moradia	Integral
E6	Ciências Econômicas	Manutenção	Integral
E7	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Desing	Manutenção	Insuficiente
E8	Química ABI	Manutenção	Insuficiente
E9	Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Desing	Moradia	Integral
E10	Educação Física	Manutenção	Razoável

Fonte: Elaborado pela autora

Para facilitar a visualização e entendimento do enquadramento dos selecionados conforme os critérios propostos, foi elaborada a tabela abaixo.

Tabela 4: Enquadramento dos alunos entrevistados conforme os critérios propostos

Grupos	1	2	3	4	Total
Manutenção		E7; E8	E3;E10	E1; E4; E6	7
Moradia				E5; E9	2
Transporte				E2	1
Alim./Creche					0
Total	0	2	2	6	10

Fonte: Elaborada pela autora.

Além das entrevistas com os alunos, com o objetivo de discutir de que maneira o PNAES tem respondido às demandas que surgem com o processo de democratização das universidades federais, o atual Gestor Nacional do PNAES, Diretor de Políticas e Programas para a Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC, teve importante participação para esta pesquisa. O primeiro contato foi realizado pessoalmente, para explicar os objetivos deste trabalho e coletar algumas informações essenciais para a formulação do roteiro de entrevista (apêndice A). Em seguida, por morar em local diferente, a entrevista foi encaminhada por e-mail.

A coleta de dados foi complementada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Foram consultados documentos oficiais da UFJF, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios de Gestão e de Autoavaliação, bem como notícias veiculadas em seu portal por meio da Secretaria de Comunicação.

Para conhecer as diferentes possibilidades de execução da política de assistência estudantil nas universidades, foram consultadas informações divulgadas em portais e em registros institucionais oficiais de 10 (dez) instituições públicas federais. Foram selecionadas de acordo com a sua distribuição nas regiões brasileiras e com o seu grau de maturidade, apurado a partir de sua data de criação, instalação ou federalização, focando em dois extremos: universidades cinquentenárias (UFMG, UFRGS, UnB, UFPA, UFC, UFPE) e universidades criadas no âmbito do Programa REUNI (UNILA, UNILAB, UFFS).

2.3 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

Nesta seção serão apresentadas as áreas de atuação da assistência estudantil de 10 (dez) universidades federais de diferentes regiões do Brasil. Em seguida, faz-se uma comparação entre os achados na pesquisa e o que acontece na

UFJF e, no segundo tópico, são destacados trechos das entrevistas realizadas com os alunos assistidos em 2014 que permitem analisar a Política de Assistência Estudantil com base no entendimento deles e estudá-los de acordo com a teoria fraseana.

2.3.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil nas universidades federais

Este tópico apresentará as diferentes áreas de atuação da assistência estudantil em 10 (dez) universidades federais. Além de questões relacionadas à facilidade de acesso à informação via sítio eletrônico, optou-se por universidades diferentes daquelas referenciadas por Assis (2013) ao comparar as áreas de atuação da Assistência Estudantil delas com as da UFJF. Embora o foco de pesquisa seja outro, preferiu-se explorar novas instituições. Será realizado um breve histórico de apresentação com dados sobre criação, quantidade de alunos (geral e assistidos) e cursos de graduação das instituições escolhidas, conforme relatórios de gestão disponibilizados nos portais e sítios das universidades ora analisadas.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criada em 11 de agosto de 1946, seu campus sede está localizado em Recife, e possui 2 (dois) campi no estado, nas cidades de Caruaru e Vitória do Santo Antão. Oferece 100 (cem) cursos de graduação e tem cerca de 29.500 (vinte e nove mil e quinhentos) alunos. A assistência estudantil beneficia 3.721 (três mil setecentos e vinte um) alunos¹⁶.

A data de criação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) remonta a 1839, com a criação da Escola de Farmácia, tendo sido federalizada em 1949. Tem 2 (dois) campi, sendo que o sede localiza-se em Belo Horizonte e o outro em Montes Claros, ambos no Estado de Minas Gerais. Possui, em média, 48.000 (quarenta e oito mil) alunos e oferece 75 (setenta e cinco) cursos de graduação. São atendidos, nas diversas modalidades de assistência estudantil, 3.000 (três mil) alunos¹⁷.

A origem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos remete a 1895, com a criação da escola de Farmácia e Química de Porto Alegre. Entretanto,

¹⁶Universidade Federal de Pernambuco. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/ufpenova/images/documentos/relatorios/relatoriogestao-2012-2015-volume02.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

¹⁷ Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2014/09/Relatório-de-Gestão-2014-V14.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

somente em 1 de setembro de 1950 foi federalizada. Seu campus sede localiza-se em Porto Alegre e os demais campi em Tramandaí, Eldorado do Sul e Imbé, também no Estado do Rio Grande do Sul. Possui 93 (noventa e três) cursos e 45.000 (quarenta e cinco mil) alunos, dos quais aproximadamente 6.000 (seis mil) são contemplados pela assistência estudantil¹⁸.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada em 16 de dezembro de 1954, com campus sede em Fortaleza e campi em Sobral, Quixadá, Crateús e Russas, todos no Estado do Ceará. Oferece 103 (cento e três) cursos de graduação para cerca de 21.000 (vinte e um mil) alunos, dos quais 3.000 (três mil) são beneficiados pelas diversas ações de assistência estudantil¹⁹.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada em 02 de julho de 1957, com campus sede na cidade de Belém e 11 (onze) campi espalhados pelo Estado do Pará, nas cidades de: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Possui 269 (duzentos e sessenta e nove) cursos de graduação e em torno de 32.000 (trinta e dois mil) alunos, sendo, em média, 3.000 (três mil) assistidos²⁰.

A Universidade de Brasília (UnB) foi criada em 21 de abril de 1962, possui cerca de 29.000 (vinte e nove mil) alunos e oferece 109 (cento e nove) cursos. Seu campus sede localiza-se no Plano Piloto, em Brasília e suas unidades acadêmicas estão nas regiões administrativas de Planaltina, Gama e Ceilândia. São concedidos 4.182 (quatro mil cento e oitenta e dois) benefícios nas diferentes ações de assistência estudantil²¹.

A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) foi criada em 5 de julho de 1979, tem campus sede em Campo Grande e 10 (dez) campi espalhados pelo Estado do Mato Grosso do Sul, nas seguintes cidades: Aquidauna, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Oferece 111 (cento e onze) cursos de graduação para um

¹⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS em números. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/ufrgs-em-numeros>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

¹⁹ Universidade Federal do Ceará. UFC em números. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/ufc-em-numeros/6906-dados-basicos-2014>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

²⁰ Universidade Federal do Pará. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: <http://issuu.com/proexufpa/docs/relat_rio_proex_2014>. Acesso em: 01 jan. 2016.

²¹ Universidade de Brasília. Decanato de Assuntos Comunitários. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/diretorias/dds/assistenciaestudantil/dds/editais.php>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

público médio de 23.000 (vinte e três mil) alunos. 4.740 (quatro mil setecentos e quarenta) discentes recebem auxílios diversos²².

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada em 15 de setembro de 2009, tem campus sede na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, e possui, também, os campi de Realeza e Laranjeiras do Sul, ambos no Paraná e em Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Encontra-se em fase final de construção e entrega dos prédios próprios em todos os campi, tendo funcionamento parcial em prédios cedidos ou locados, considerando-se, assim, em processo de implantação. Possui 42 (quarenta e dois) cursos e 10.000 (dez mil) alunos distribuídos em seus 6 (seis) campi. As ações de assistência estudantil contemplam 6.500 (seis mil e quinhentos) alunos²³.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com campus sede na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, foi criada em 12 de janeiro de 2010. Possui 24 (vinte e quatro) cursos de graduação, com perfil de internacionalização, e destina, por força de sua lei de criação, 50% (cinquenta por cento) das vagas a alunos oriundos dos países integrantes do Mercosul²⁴. Conta hoje com cerca de 5.300 (cinco mil e trezentos) alunos brasileiros e estrangeiros e encontra-se, ainda, em processo de implantação, com obras de edificação dos prédios administrativos e acadêmicos, utilizando-se de espaços provisórios, cedidos pelo Parque Tecnológico da Itaipu Binacional e outros espaços locados na cidade sede. Concede 3.158 (três mil cento e cinquenta e oito) auxílios (moradia, alimentação, transporte, entre outros)²⁵.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada em 20 de julho de 2010, tem campus sede localizado na cidade de Redenção, no estado do Ceará, e possui, também, um campus na cidade de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. Assim como a UNILA, a internacionalização é marca forte dessa universidade, e sua lei de criação também

²² Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Relatório de Gestão Exercício 2014. Disponível em: < http://ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=2551&_ga=1.58120682.1372296639.1451568974 >. Acesso em: 01 jan. 2016.

²³ Universidade Federal da Fronteira Sul. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: < http://www.uffs.edu.br/images/gabreitor/Relatorio_22_09_2015.pdf >. Acesso em: 01 jan. 2016.

²⁴ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 26/03/1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Os membros deste importante bloco econômico da América do Sul são os seguintes países: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

²⁵ Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Portal UNILA. Disponível em: < www.unila.edu.br >. Acesso em: 20 out. 2015.

destina 50% (cinquenta por cento) das vagas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Com 15 (quinze) cursos, possui cerca de 5.000 (cinco mil) alunos, sendo parte deles oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste²⁶.

O quadro abaixo apresenta, de forma simplificada, as diferentes áreas de atuação da assistência estudantil nas instituições selecionadas:

Quadro 2: Comparativo das áreas de atuação do PNAES nas IFES selecionadas

Áreas de Atuação	UFPE	UFMG	UFRGS	UFC	UFPA	UNB	UFMS	UFFS	UNILA	UNILAB
Moradia Estudantil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alimentação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Transporte	X	X	X				X	X	X	X
Creche	X	X	X		X					
Auxílio Instalação										X
Atenção à Saúde	X	X	X		X				X	
Psicologia	X	X		X	X		X	X	X	X
Apoio Pedagógico	X			X	X		X			
Serviço Social				X	X			X		
Cultura	X	X						X		
Esporte e Lazer	X	X		X				X		
Auxílio Material Didático		X	X	X	X	X	X	X		
Bolsa PNAES	X	X	X	X	X	X	X			X

Fonte: Adaptada pela autora a partir das informações disponibilizados nos sítios das universidades selecionadas.

Partindo para a análise comparativa das áreas de atuação mais frequentes nas 10 (dez) universidades selecionadas para esta amostragem, verifica-se que todas oferecem programas de auxílio moradia, seja por meio de imóveis próprios da

²⁶ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Unilab - institucional. Disponível em < <http://www.unilab.edu.br/institucional-2/> >. Acesso em: 20 out. 2015.

universidade, da locação de espaço para moradia ou da concessão de auxílio pecuniário para subsidiar moradia compartilhada.

O auxílio alimentação está presente nas 10 (dez) universidades da amostra e é ofertado por meio de subsídios nos restaurantes universitários (RU), com entrada franqueada em algumas instituições ou com valores diferenciados estratificados pelo grau de vulnerabilidade socioeconômica apurada em outras. Nas unidades que ainda não possuem RU, os alunos assistidos recebem auxílio em pecúnia para complementar o custo de suas alimentações.

Quanto ao transporte, de acordo com as informações disponibilizadas em seus sítios, apenas 3 (três) não oferecem qualquer tipo de auxílio. São elas: UnB, UFPA e UFC. As demais apresentaram ações em forma de passe estudantil (desconto), quantidade de passes por dia letivo ou auxílio em dinheiro.

O auxílio creche foi constatado em 4 (quatro) universidades: UFRGS, UFPA, UFMG e UFPE. Os benefícios variam entre auxílio financeiro (por meio de valor fixo ou reembolso) e disponibilização de vagas em creche.

As ações de promoção à saúde foram verificadas em 5 (cinco) instituições: UNILA, UFRGS, UFPA, UFPE e UFMG. Os programas, geralmente, envolvem serviços de enfermagem, ambulatoriais e odontológicos. Entretanto, merecem destaque alguns projetos e ações da UFPA, tais como: o Projeto Ações Integradas de Extensão à Saúde Estudantil, em que uma unidade acadêmica especial do Hospital Universitário oferece assistência à saúde, médico/ ambulatorial e hospitalar, destinado a alunos da graduação da UFPA que necessitem de atendimentos médico, exames complementares e cirurgias ambulatoriais no período de permanência universitária; o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade estudantil da UFPA, visando à prevenção de doenças infecciosas e do câncer de colo do útero, de mama e do aparelho respiratório; e o Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes (SAPS), que oferece ações de atendimento médico, psicológico, social/familiar e pedagógico não só aos discentes da UFPA, mas também aos membros de primeiro grau de sua família que estejam lhe causando adoecimento emocional.

Os serviços de psicologia e pedagogia são comumente desenvolvidos de forma complementar. Porém, em algumas instituições (UNILA, UFFS e UFMG), são disponibilizadas ações estratégicas de prevenção, promoção e restabelecimento da saúde por meio, apenas, do atendimento psicológico.

Na UFPE, por meio do Programa Bem-Estar Mental (PROBEM), são realizados acompanhamentos psicoterápico, psiquiátrico e de orientação profissional, em parceria com profissionais de saúde. Já o apoio ao aprendiz é oferecido mediante acompanhamento pedagógico e aparatos didáticos.

A todos os acadêmicos da UFMS que apresentem dificuldades emocionais, transtorno global do desenvolvimento e/ou deficiências físicas, intelectuais, auditivas ou visuais ou que estejam com dificuldades no processo de aprendizagem, disponibiliza-se atendimento psicoeducacional, executado por psicólogos e pedagogos. Na UFC, a Seção de Intervenção e Estudos Psicopedagógicos (SIEP) dedica-se a questões que potencializam o rendimento acadêmico do discente e intervém em dificuldades e transtornos de aprendizagem. Além de realizar atendimento individual e dinâmicas de grupo, oportuniza estudos e desenvolvimento de projetos psicopedagógicos.

Na UNILAB, o Serviço de Atendimento Psicológico (Satepsi) alinha-se às atuais diretrizes da Política Nacional da Assistência Estudantil e oferece ao estudante variadas modalidades de assistência como atendimentos individuais, grupos de desenvolvimento pessoal, interpessoal, terapêutico, entre outros. No contexto dessa universidade, além das adversidades comuns que ocorrem no mundo acadêmico, se soma o necessário aprendizado de lidar com relações interpessoais caracterizadas pela multiplicidade étnica, cultural e de origem, além de outras diversidades.

Além do Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes citado anteriormente, a UFPA presta serviços voltados à prevenção, manutenção e recuperação da saúde psicológica da comunidade universitária, crianças, adolescentes e adultos da comunidade em geral em sua Clínica de Psicologia. Além dessas, mais duas propostas se destacam em relação às demais universidades pesquisadas neste estudo, quais sejam: desde 2001, a Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) estimula e disponibiliza recursos financeiros para as Unidades Acadêmicas que desenvolvem ações de nivelamento de aprendizagem, uma consequência da carência detectada na formação básica dos discentes, como déficit de aprendizagem, principalmente nas áreas de Matemática, Química, Física, Língua Portuguesa e Redação, que trazem prejuízo ao processo educacional universitário em sua totalidade; e o *Coaching Acadêmico*, metodologia de desenvolvimento humano que consiste na

parceria entre o *coach* acadêmico e o discente, direcionada ao alcance das metas desejadas e estabelecidas pelo estudante, no âmbito da sua formação universitária. O objetivo maior do *coaching* acadêmico é a busca constante da melhoria do desempenho acadêmico. Destina-se a estudantes dos cursos de graduação e tem como finalidade proporcionar: gestão do tempo de estudo, desenvolvimento de habilidades e competências não cognitivas relevantes para o bom desempenho acadêmico, estudo com organização e método, planejamento para alcançar objetivos estabelecidos, melhoria do desempenho acadêmico, mapeamento e superação das dificuldades de aprendizagem e autonomia e autoconhecimento no âmbito acadêmico.

Na maioria das vezes, as análises socioeconômicas para a concessão de benefícios e acompanhamento dos estudantes são realizadas por profissionais do Serviço Social, que realizam atividades como entrevistas, visitas domiciliares, análise documental, estudos sociais e pareceres técnicos em conformidade com os critérios de elegibilidade existentes em cada instituição. Entretanto, de acordo com as informações divulgadas nos sítios pesquisados, apenas a UFFS e a UFC registraram outras atividades desenvolvidas por assistentes sociais que vão além do processo seletivo. São atendimentos com o objetivo de orientar e encaminhar os alunos para a rede social de atendimento da região ou ações de acolhimento, escuta, orientação e assistência social, com o propósito de favorecer a integração, a permanência e a conclusão do curso de graduação.

Vale apontar que nem sempre as ações da assistência estudantil são desenvolvidas por uma pró-reitoria específica para esse fim. Em algumas instituições, as áreas responsáveis estão vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão, o que permite, em tese, maior integração entre projetos e programas ligados às modalidades de lazer, esporte e cultura.

Na UFFS é oferecido auxílio financeiro a estudantes de graduação com o objetivo de incentivar sua participação no processo de criação artístico-cultural bem como proporcionar seu envolvimento em atividades artístico-culturais.

Além de incentivar a participação em eventos de cunho cultural, a UFPE tem o Programa de Apoio a Eventos. É disponibilizado auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação para participação em eventos acadêmicos científicos, tecnológicos, culturais e ligados ao movimento estudantil

realizados fora da universidade. Programas semelhantes a esse são desenvolvidos pela UFMS e UFC.

De acordo com as informações disponibilizadas, embora não estejam detalhados, a UFMG conta com uma série de equipamentos culturais, científicos, esportivos e de lazer que transcendem as salas de aula e os laboratórios de ensino e pesquisa.

Quanto às áreas de esporte e lazer, a UFFS, UFPE e UFC oferecem programas semelhantes por intermédio da concessão de bolsa de incentivo à prática do desporto a estudantes-atletas regularmente matriculados nos cursos de graduação para auxiliar no treinamento para participação em competições locais, regionais e nacionais, sempre atrelados ao bom desempenho acadêmico.

Uma ação catalogada em 6 (seis) instituições refere-se a um suporte didático-pedagógico, que pode ser um auxílio de cunho financeiro (seja em valor fixo ou por meio de desconto na compra de livros das editoras próprias), com o objetivo de custear parte das despesas dos alunos com material de ensino pedagógico, no caso da UFFS, UnB, UFRGS e UFMG ou por meio de um suporte instrumental, conhecido como kit, que consiste no empréstimo de um conjunto com materiais e instrumentos de alto custo, indispensáveis para a realização de alguns cursos de graduação, destinados aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, a exemplo da UFMG e da UFPA.

Outra forma de proporcionar a assistência ao estudante é o repasse financeiro ao acadêmico regularmente matriculado em cursos presenciais, que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação. Este tipo de auxílio foi verificado em 7 (sete) universidades, quais sejam, UNILAB, UnB, UFPE, UFMS, UFRGS, UFMG e UFC. Nas três últimas, o aluno receberá contrapartida financeira mensal mediante atuação complementar ao processo de aprendizagem em programas e projetos desenvolvidos nos diversos setores das universidades em questão.

A partir desse levantamento, é possível verificar as diferentes possibilidades de atuação nas áreas sugeridas pelo Decreto nº. 7234/2010.

2.3.1.1 Um comparativo entre as Políticas de Assistência Estudantil

Com base na análise dos Programas de Assistência Estudantil das IFES selecionadas na amostragem detalhada no item 2.2, seguimos para a comparação entre o desenvolvimento das áreas de atuação do PNAES nessas instituições e as ações implementadas no âmbito de atuação do Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Inicialmente, destaca-se que em que pese que o Programa de Assistência Estudantil da UFJF proponha um atendimento de largo escopo, que abrange quase todas as áreas de atuação previstas no PNAES, verifica-se na prática uma clara predominância no atendimento aos alunos identificados como socioeconomicamente vulneráveis tão somente por meio da concessão da Bolsa PNAES, da gratuidade no Restaurante Universitário para três refeições diárias e auxílios financeiros (moradia, transporte e creche).

As demais modalidades, a exemplo do atendimento psicológico e do apoio pedagógico, têm pouca aceitação no âmbito dos graduandos, independentemente de serem ou não assistidos pela PROAE/UFJF, o que leva a resultados tímidos ou mesmo sem grande expressão. Ainda que o quantitativo de servidores não esteja corretamente dimensionado, a PROAE tem em sua equipe assistentes sociais, pedagogos e psicólogos que poderiam desenvolver diversos programas em suas áreas de atuação, entretanto, as iniciativas existentes são esparsas e ainda não contam com o apoio dos demais segmentos da Universidade.

Ao longo de minha experiência na UFJF pude conhecer algumas justificativas apresentadas pela equipe para a explicação da predominância do pagamento de bolsas a despeito das demais áreas de atuação do PNAES. Para os profissionais da área, a quantidade de alunos beneficiados com bolsas e auxílios deve-se ao fato de a UFJF ter em média 15.000 (quinze mil) estudantes. Isso justificaria o universo de mais de 4.000 (quatro mil) alunos atendidos pela PROAE. Entretanto, universidades como UFRGS, UFC, UFPA, UFMG e UFPE, que contam com mais de 30.000 (trinta mil) alunos, focam seus atendimentos por meio da concessão de auxílio moradia, transporte e alimentação, tratando o auxílio financeiro como acessório e complementar, não como principal.

Outro fator trazido como responsável pelas dificuldades enfrentadas pelo setor é o subdimensionamento do orçamento do PNAES para a UFJF. Para o

exercício de 2014 foi disponibilizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) o valor de R\$ 11.617.000,00 (onze milhões seiscentos e dezessete mil reais) e os gastos com a PROAE alcançaram cerca de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Para 2015, a LOA concedeu o valor de R\$ 13.800.000,00 (treze milhões e oitocentos mil reais), o gasto se aproximou de R\$ 27.000.000,00. Conforme dados apresentados pela Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Gestão durante a I Jornada do Apoio Estudantil, a UFJF vinha comprometendo o orçamento destinado à manutenção e custeio das demais áreas da universidade para cobrir o déficit apresentado. Em ambos os exercícios, 70% (setenta por cento) das despesas do setor foi destinada para pagamento de bolsas e o restante para o contrato com a empresa operadora do Restaurante Universitário e para a concessão de passes estudantis. Ressalta-se que a matriz de distribuição dos recursos do PNAES processada pelo MEC atende a todas as IFES de forma padronizada e equânime. De acordo com as informações prestadas nos relatórios de gestão das IFES selecionadas para este estudo, em alguns casos registrou-se a ocorrência de não execução completa do orçamento previsto. Tal fato chama a atenção visto que outras universidades apontam uma abrangência mais expressiva e diversificada de atendimento ao PNAES.

Outro fator elencado no rol de justificativas seria a pouca maturidade acadêmica, consequência do advento do Programa REUNI, que dobrou o quadro de docentes da UFJF. Em contrapartida, dentre as universidades selecionadas encontram-se instituições criadas no âmbito desse programa, ou seja, contam com menos de 5 (cinco) anos de constituição e cuja academia é formada por recém-contratados e, não obstante, apresentam programas de assistência ao estudante com nível de maturidade, profundidade e abrangência equivalentes aos desenvolvidos pelas instituições centenárias e cinquentenária aqui apresentadas.

A comparação realizada até o momento nos permite inferir que existem oportunidades de melhoria na gestão da política de assistência estudantil da UFJF. O entendimento (ou seria a falta de entendimento?) a respeito do PNAES, tanto por parte dos servidores quanto dos alunos desta Universidade, merece atenção especial para que seja ressignificada. A importância de políticas distributivas é inquestionável, contudo é nosso dever explorar as diferentes possibilidades de atuação e intervenção deste setor no sentido de contribuir efetivamente para a

emancipação desses indivíduos que se encontram em processo de amadurecimento e desenvolvimento humano.

2.3.2 Entrevistas com alunos da UFJF assistidos em 2014

Com o intuito de conhecer a percepção dos alunos em relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF, foram entrevistados 10 estudantes, os quais receberam algum tipo de bolsa ou auxílio no ano de 2014. Destes, 6 participantes são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, sendo a maioria com faixa etária entre 21 e 24 anos e de cor preta.

Esta é a primeira graduação para todos, um deles é procedente de escola particular e recebia bolsa de estudo e os demais estudaram em escola pública. Quanto ao acesso na instituição, tem-se 6 (seis) cotistas e 4 (quatro) por ampla concorrência.

Ao comparar a escolaridade dos respondentes com a de seus pais, nota-se que apenas 3 pais e 3 mães, que não formam casais necessariamente, cursaram graduação, os demais variam desde fundamental até nível médio.

Pode-se dizer que na UFJF, além de ações afirmativas de acesso, existem também as de permanência, que objetivam atender esse aluno para que ele se mantenha na universidade e tenha futuras possibilidades de inclusão social, além da educação. Entretanto, cabe verificar se, na percepção dos estudantes, os objetivos previstos no art. 2º do Decreto 7.234/2010 estão sendo atingidos.

Quanto à redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, 3 (três) alunos entendem que as ações da PROAE cumprem com esse objetivo conforme afirmam E1 “uma vez que auxilia o aluno a ter um melhor aproveitamento acadêmico” (entrevista realizada em 04/02/2016) e E7 “da mesma forma que influencia diretamente na vida acadêmica, a pessoa tende a se sentir mais segura em relação a outras coisas” (entrevista realizada em 26/01/2016).

Na percepção de outros 5 (cinco) alunos a redução das desigualdades socioeconômicas não está a contento. Para E8, “poderia ser feita uma avaliação mais rigorosa da PROAE perante alguns alunos de alguns cursos que realmente precisam de apoio” (entrevista realizada em 05/02/2016). Aqui, segundo a teoria de Fraser, pode-se classificar essa reivindicação como sendo de ordem redistributiva,

pois estão defendendo uma redistribuição mais justa dos recursos financeiros destinados ao pagamento das bolsas e auxílios.

Em contrapartida, na opinião de E9

as ações não são tão amplas e inclusivas a ponto de melhorar a questão das desigualdades. O valor do suporte financeiro é baixo considerando o custo de vida na cidade e o custo acadêmico com materiais de estudo, xerox e etc. Não chega ao ponto de melhorar a vida do estudante, mas ajuda ele a se manter em condições bem básicas dentro da faculdade (entrevista realizada em 03/02/2016).

Nesse sentido, E2 entende que as ações reduzem os efeitos em parte (entrevista realizada em 19/01/2016). Da mesma forma que E9, considera que

o valor da bolsa ainda é muito baixo. Dependendo da condição econômica do aluno, ainda fica faltando um valor para suprir as dificuldades de se manter na faculdade. Alguns cursos dão mais despesa aos alunos, com gastos em xerox e alimentação, pois muitas vezes o aluno tem que passar o dia todo na faculdade e acaba tendo mais gastos (E2).

Neste ponto, a contestação continua sendo de ordem redistributiva, porém, os alunos reclamam apenas por remédios afirmativos, ou seja, aqueles que corrigem os efeitos das desigualdades sem atingir a estrutura que os provoca. O objetivo é compensar a injustiça econômica, apenas. O fato da UFJF focar sua política de assistência estudantil em distribuição de bolsas e auxílios financeiros em desfavor das demais ações previstas no decreto, pode provocar, com o passar dos anos a estigmatização dos alunos bolsistas, que passarão a ser vistos como uma classe privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecidos.

A cada edital de seleção surgem necessidades de realocações, na maioria das vezes, superficiais, com o intuito de atender às demandas dos estudantes. Pode-se identificar, portanto, que a consequência prevista de se criar uma classe marcada pela insaciabilidade, aquela que sempre demanda por mais e mais, já vem ocorrendo. Além das respostas obtidas pela maioria dos alunos que participaram desta pesquisa, tem-se os apontamentos da Jornada ocorrida em 2014 bem como

os discursos daqueles que participaram da ocupação da Reitoria em 2015, que confirmam esse efeito.

Mais uma vez, registra-se o entendimento incorreto ou o desconhecimento dos objetivos do programa. No portal do MEC, na parte de apresentação do PNAES lê-se: “O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) *apoia* a permanência de estudantes [...]” e “O PNAES oferece *assistência* à moradia estudantil, [...]” (grifo nosso) (PORTAL MEC, 2010²⁷). Ao procurar no dicionário o significado de apoio e assistência, encontram-se para as duas palavras sinônimos como “ação de ajudar; auxiliar/auxílio” (Dicionário Online de Português). Com base no trecho acima, é possível entender que as ações da assistência estudantil visam auxiliar na permanência do aluno em situação de vulnerabilidade, contribuir com suas despesas e não sustentá-lo totalmente, como exigem os estudantes.

E10 também considera que a UFJF atende em parte neste quesito, pois “ele (apoio) ajuda na ascensão do aluno em ter uma graduação e entrar no mercado de trabalho a fim de diminuir essa desigualdade pelo próprio ex estudante. Ele dá o retorno para a sociedade com o seu trabalho” (entrevista realizada em 19/01/2016). A concepção deste aluno confirma o caráter prospectivo das ações afirmativas. Ele percebe a possibilidade de promover uma transformação social ao criar uma nova realidade como consequência de seus estudos. A oportunidade de ter sido aluno bolsista lhe permitiu concluir um curso de nível superior e, conseqüentemente, fazer parte do mundo do trabalho, que lhe assegurará retribuir para a sociedade o investimento recebido enquanto estudante.

Em relação à promoção da inclusão social pela educação, inciso IV, do art. 2 do PNAES, todos os respondentes concordam que as ações da PROAE contribuem de alguma forma com este objetivo, seja por meio de capacitação (E1 e E10), ou por promover atividades que estimulem a troca de experiências e a socialização de alunos (E4 - entrevista realizada em 26/01/2016 e E8). A entrevistada E2 diz que sim, pois “as ações ajudam a quem não tem condições financeiras, colocando-os no mesmo lugar dos outros alunos”, tal afirmação vem ao encontro da resposta de E6,

²⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pnaes> >. Acesso em: 6 out. 2016.

que também responde que sim pelo fato de “trazer paridade entre os grupos” (entrevista realizada em 23/01/2016).

Uma vez que todos os respondentes se sentem incluídos socialmente, pode-se levantar a hipótese de que a PROAE, mesmo mantendo o foco na questão financeira, vem conseguindo, de alguma forma, incorporar uma política de reconhecimento também. O princípio de paridade de participação proposto por Fraser tem suas duas condicionantes atendidas: existe uma distribuição de recursos materiais que oportuniza a interação entre os alunos bolsistas e os demais enquanto pares ao mesmo tempo em que expressa igual respeito por todo o corpo discente, sejam alunos assistidos ou não, garantindo iguais oportunidades para que alcancem consideração social.

Outra questão em que também é possível notar o cumprimento desse princípio é quando se trata da democratização, pois a maioria acredita que a PROAE desempenha essa atribuição. Para E4, “contribui para a permanência de alunos que sem o suporte financeiro não teriam condições de concluir seu curso”, enquanto E7 alega que “muitos alunos não têm esse apoio vindo diretamente de casa/família de origem”. E3 complementa que além da questão financeira, o suporte psicológico foi importante para orientá-la em momentos difíceis.

Relativamente à melhoria do desempenho acadêmico, 90% percebe que as ações influenciam em seu desempenho. Porém, E1 avalia que, em seu caso, interferiu de maneira negativa: “ter que trabalhar 12 horas por semana para ter meu apoio financeiro só me atrapalhou nos exercícios e oportunidades acadêmicas, pois no horário livre estava cumprindo hora em atividades administrativas da universidade”. E3 (entrevista realizada em 04/02/2016) e E4 expuseram que o apoio psicológico foi fundamental em várias situações complicadas. E7 e E8 consideraram a questão financeira. Segundo E7, após perder o apoio (no ano seguinte) teve que procurar emprego e o tempo que dedicava aos estudos foi prejudicado.

Outro objetivo previsto no decreto é a redução das taxas de retenção e evasão. O rendimento dos alunos assistidos é acompanhado pela pedagoga, conforme informado anteriormente. Três alunos declararam desconhecerem essa prática. Dentre as respostas afirmativas, destacaram-se 4, quais sejam:

A meu ver as ações da PROAE diminuem a evasão e/ou repetência acadêmica como no meu caso, fiquei abalada com um problema de saúde

na família e o apoio psicológico me auxiliou. Para alunos de escola pública que têm dificuldades na rotina de estudos tem o auxílio pedagógico, entre outros (E1);

E2: “sim, mas acredito que esse desempenho deve ser melhor acompanhado”. E10 identifica como ação de acompanhamento e prevenção “a perda da bolsa por queda de rendimento”. Enquanto E3 diz saber que existe o acompanhamento, mas que este não resulta em ações práticas.

Cada uma das respostas acima traz conteúdos importantes para serem discutidos. E1 sabe que o acompanhamento existe e traz exemplos práticos de como acontece. O fato de ter recebido acolhimento de maneira satisfatória no serviço de psicologia e saber que existe uma pedagoga, foram decisivos em seu posicionamento. Porém, E3, além de receber acolhimento na psicologia, também foi assistida pedagogicamente, fato que lhe permite avaliar como se dá esse acompanhamento na prática. Apesar disso, considera que existe o acompanhamento, mas nega a existência de ações que visem minimizar a evasão e/ou repetência. Diante disso, há de se concordar com E2, que percebe a necessidade de melhorar esse processo.

Tais discursos estão em consonância com as propostas de Santos (2004) e de Genro (2004). O primeiro sugeria que as ações afirmativas não se limitassem apenas ao acesso, mas que também objetivassem o acompanhamento dos alunos, principalmente nos anos iniciais, quando as taxas de abandono são mais altas. Ao passo que Genro reconhecia a necessidade das universidades de se prepararem para a recepção dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas cumprindo, assim, uma de suas funções enquanto instituição responsável pelo combate às desigualdades.

Em relação ao fato de conhecerem ou não o PNAES e suas principais diretrizes, 4 (quatro) alunos admitiram seu desconhecimento sobre o assunto. Três alegaram conhecer, mas não souberam explicar muito bem. E2 já ouviu falar, mas não entrou em detalhes. E10 diz que conhece, mas não sabe das diretrizes e, E4 sabe muito pouco, ouviu “dizer que ele se destina a alunos dos cursos de medicina e enfermagem”. Cabe explicar que essa definição se refere ao Programa Bolsa Permanência, portanto, ela desconhece o PNAES.

Embora a quantidade de alunos entrevistados seja pequena, principalmente se comparada ao total de alunos bolsistas, cabe refletir sobre como a Política de Assistência Estudantil vem sendo desenvolvida na UFJF. O que ficou claro com essas respostas é que os alunos não conhecem o programa ao qual se inscrevem anualmente para concorrerem a uma bolsa e desconhecem tanto as diretrizes gerais do PNAES como as regras internas da universidade estipuladas para cada processo seletivo.

Outro ponto importante a reforçar é que apesar do foco da PROAE estar em ações de ordem redistributiva como a concessão de bolsas e auxílios, há também, mesmo que de forma incipiente, ações que se propõem a minimizar os efeitos de classe e a garantir iguais oportunidades para que os alunos alcancem consideração social, são elas o suporte pedagógico e o psicológico.

Ao serem questionados se o critério renda deve ser o único considerado na avaliação para concessão de bolsas, três (3) discentes disseram que sim, entre eles está E1. Em sua “concepção o benefício do apoio é dado para acadêmicos que necessitam de uma ajuda financeira para terem a possibilidade de continuar seus estudos. Desta forma, considero renda, a verba que pode estar disponível para o aluno, o quanto a família pode ajudá-lo e não o quanto a família tem”. Tem-se um entendimento deturpado que é comum à maioria dos candidatos, eles acham que o cálculo deve ser feito com base no que a família ganha e quanto tem de gastos. Se gastam muito, o aluno tem direito a receber a bolsa. É muito comum apresentarem despesas incompatíveis com a renda informada, os gastos superam em muito o valor recebido.

Aqueles que consideram que outros critérios devem ser utilizados sugerem diversas opções para a avaliação. Algumas estão em conformidade com o que já é feito (condições sociais em que a família e o aluno se encontram; estrutura familiar; e se o aluno estuda em período integral ou não, pois “aumenta a necessidade da bolsa devido à impossibilidade de conciliar emprego e estudos” [E4]) e outras reforçam a hipótese de que os alunos ignoram as informações disponibilizadas nos editais e nos canais de comunicação da universidade, assim como as diretrizes do programa que devem ser respeitadas.

Quanto ao fato de conhecerem as ações de Assistência Estudantil oferecidas pela PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico), 3 (três) alunos alegaram que “a maioria conhece”. Tanto E5 (entrevista realizada em 26/01/2016), quanto E10

explicaram que “essa maioria” não participa das demais atividades (pedagogia e psicologia) por falta de tempo. Para E1, as ações são pouco conhecidas. Ela diz que só ficou sabendo do suporte psicológico porque uma conhecida já tinha utilizado. Acrescenta que teria utilizado o serviço de pedagogia se tivesse ficado sabendo da existência no início do curso, quando teve dificuldade para criar uma rotina de estudos.

Por outro lado, os demais acreditam que os alunos desconhecem as ações da PROAE. Assim, E4 diz que “a maioria desconhece essas ações. Ficam sabendo pelos alunos que já frequentam a PROAE”. Vale registrar que destes 6 (seis), 5 (cinco) já foram atendidos pela pedagogia e/ou psicologia, e muitos deles chegaram até mim por indicação de colegas que passaram pelo acolhimento. Grande parte dos entrevistados supõe que o problema é a falta de divulgação dos serviços. E6 acha que os alunos não participam das atividades ofertadas em razão da “jornada de estudos exaustiva, falta de divulgação e desinteresse”. Para E9 os serviços são “pouco esclarecidos para os alunos. Existem as reuniões no começo do período, mas não existe muita divulgação”. Algumas sugestões de divulgação foram coletadas e serão exploradas no plano de ação deste trabalho. Entretanto, vale destacar a observação de E4, que propõe que a divulgação da UFJF mostre “que a PROAE não significa apenas Assistência Estudantil e que a universidade acolhe e pode de alguma forma auxiliar os alunos em aspectos que vão além da vida acadêmica, mas que na maioria das vezes interfere uma na outra”. Neste caso, a aluna está se referindo ao acompanhamento psicológico, previsto no decreto como uma das possíveis áreas de atuação do PNAES. Mais uma vez, a resposta aponta para o fato de que, para a maioria dos discentes a Assistência Estudantil se resume a suporte financeiro, apenas. E, mais grave que isso, que a divulgação da Universidade, ainda que comente sobre os suportes pedagógico e psicológico, dá ênfase ao financeiro, contribuindo para os equívocos descritos até o momento.

Destaca-se, ainda, a resposta de E3, a qual merece ser analisada com mais atenção. Em sua opinião, os estudantes conhecem “mais o suporte financeiro”. Segundo seu entendimento, não participam dos demais serviços tanto quanto do processo seletivo para bolsas porque

às vezes não querem perder tempo com isso, acham uma bobeira. Infelizmente a PROAE tem perdido a credibilidade com os alunos apoiados e não apoiados, principalmente o suporte financeiro, que não vem andando

bem das pernas. Acho que isso sim poderia ser uma barreira para que os alunos procurassem outros tipos de suporte (E3).

Para complementar sua resposta foi perguntado o que ela achava que seria uma barreira para que os alunos não participassem das outras atividades e por que a PROAE estaria perdendo a credibilidade até mesmo com os alunos que não são apoiados. Em sua percepção:

acho sim que esses processos para concessão de bolsas têm influenciado, sim no desinteresse dos alunos a participarem de outras atividades. O último edital deixou a desejar com atrasos de resultados, exigências de documentos que não eram pedidos no mesmo e o critério de avaliação para concessão de bolsas que mudou da noite para o dia. Fran, nós temos um grupo no facebook relacionado com o que ocorre no apoio estudantil e o que deu para observar foi que as pessoas ficaram muito indignadas com o processo. Muitos deles tinham a PROAE como inimigos e não como um suporte de apoio. As pessoas acham que a PROAE é culpada de tudo. Eles não conseguem separar o setor pedagógico do financeiro e do psicológico. Com isso, a PROAE tem perdido a credibilidade com os apoiados e não apoiados. Através de comentários, as fofocas e escândalos disseminam de uma forma muito rápida a insatisfação. Por generalizarem tudo, os outros setores perdem também, infelizmente (E3).

Tal trecho se mostra relevante, pois traz a imagem que os estudantes, em geral, sejam eles apoiados ou não, estão tendo do setor. O termo “ações da PROAE” foi utilizado como referência aos suportes financeiro, pedagógico e psicológico. Entretanto, na maioria das respostas, os alunos consideravam apenas as bolsas e os auxílios como parâmetro para expressar suas opiniões sobre a Política de Assistência Estudantil da UFJF. Dessa forma, confirma-se o entendimento da professora Joana Machado de que existe uma forte associação da PROAE com ações puramente financeiras e assistencialistas e reforça-se a inferência de Pinto (2015):

torna-se necessário modificar a visão que muitos alunos possuem perante a Assistência Estudantil. Tal política deve ser entendida de maneira multifatorial, que busca prover diversas necessidades dos estudantes para além dos recursos financeiros, como moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico, apoio psicológico, saúde, cultura, entre outros (PINTO, 2015, p. 78).

A proposta da professora Joana era dar um novo significado ao apoio estudantil por meio de ações que possibilitassem uma permanência com qualidade na universidade. Apenas 2 (dois) respondentes percebem que as ações da PROAE cumprem essa atribuição. Segundo E4, “as atividades da PROAE são muito valiosas, pois muitas vezes funcionam como um suporte ou um refúgio, principalmente por proporcionar atividades em grupos, nos quais podemos compartilhar dificuldades, experiências e etc.”. Porém, os demais discordam e acham que o setor não atende esse quesito. Dentre os entrevistados, apenas 1 (um) participou de alguma oficina ou palestra. Os argumentos mais utilizados por eles para justificar as ausências foram a falta de informações sobre as ações do setor e falta de tempo disponível para conciliar aula e outras atividades.

E6 sugere que seja realizada pesquisa para traçar um diagnóstico das preferências dos estudantes que estão entrando na universidade para que possam compreender o modelo com o qual irão trabalhar. Ela ressalta ainda a importância de entenderem que o perfil dos alunos não segue um padrão fixo e que esses perfis não são estáticos. Tal ideia está de acordo com a proposta de E8 de “manter diálogo aberto com os alunos para saber as necessidades deles”.

Ainda em relação à qualidade da permanência, tanto E1 quanto E7 retomam a questão da divulgação. Para E7 “não atendem porque não são amplamente divulgadas e isso implica em muitas pessoas que necessitam de certo apoio não saberem da existência do mesmo”. E1 reforça a questão da vinculação com suporte financeiro em detrimento das demais ações:

Poderia ser feita uma maior divulgação do setor de assistência estudantil a todo corpo acadêmico, uma vez que este setor é relacionado apenas com carência financeira, alunos que não tem apoio da bolsa (financeiro) não imaginam que podem ter auxílios nas áreas psicológica e pedagógica.

Ela traz seu caso como exemplo, suas maiores necessidades foram atendidas (psicológico e financeiro), mas não teve acesso à informação sobre o apoio pedagógico, que lhe teria sido de grande valia. Assim, ela não foi atendida de forma global.

E9, além de trazer a questão da divulgação, que proporcionaria ampliação do acesso aos trabalhos da PROAE, traz um ponto sensível, a moradia. Suas indicações são:

Melhorar as condições do apoio estudantil para que mais alunos consigam ser apoiados; melhorar e ampliar as condições da moradia estudantil e deixar habitável para que alunos que venham de outras cidades e não tenham condições financeiras para se estabelecer na cidade consigam continuar na universidade.

Surpreendentemente, quanto à melhoria de questões mais amplas como condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas, as respostas foram unânimes. Os 10 (dez) discentes concordaram de forma positiva quanto ao atendimento desses quesitos, eles percebem que as ações são fundamentais para a promoção da manutenção e inclusão dos alunos, além de auxiliarem num melhor aproveitamento acadêmico.

Para que este aluno se sinta incluído, tenha um bom desempenho e cumpra adequadamente com o seu papel social, ele precisa investir em livros, equipamentos de aprendizagem prática, em eventos acadêmicos e culturais, cursos, entre outros. Entre os participantes da pesquisa, 4 (quatro) disseram que já investiram, pelo menos uma vez, em algum evento acadêmico. E9 diz que costumava (não recebe bolsa ou auxílio no momento) investir em livros e workshops pagos na faculdade, mas que grande parte do valor era para pagar aluguel e alimentação. Os demais não costumam investir em nenhuma dessas opções porque o valor recebido é empregado para cobrir despesas básicas como alimentação, moradia e material de estudo. Tal explicação está de acordo com a informação divulgada pela ANDIFES (2007), “os estudantes das classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário” (p. 8).

Assim sendo, é possível inferir que o PNAES está no caminho certo, apesar dos desafios para garantir a permanência dos alunos. O programa é um dos mecanismos possíveis para minimizar a demanda por tempo ou dinheiro ou de ambos por parte do aluno, que teria que trabalhar para se manter na universidade, caso não recebesse essa assistência, como visto na questão de número 19. Sobre a manutenção na universidade, em caso de perda do apoio, as respostas foram

divididas entre “teria que trabalhar”, “abandonaria o curso” e apenas dois alunos teriam condições de receber dinheiro da mãe.

De acordo com Oliven (2007), a necessidade de trabalhar acaba aumentando a taxa de evasão que já é bastante elevada. Segundo estudo realizado pelo MEC, “40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo” (ANDIFES, 2007, p. 8), e como consequência da evasão tem-se, além da redução da eficiência do sistema, um custo excessivamente alto para o sistema federal de ensino. É sabido que a evasão é consequência de fatores externos e internos ao sistema, porém, cabe à universidade criar meios para estimular a permanência dos alunos na universidade.

Quanto à importância da assistência estudantil para a conclusão do curso, 5 (cinco) alunos a classificaram como essencial por questões econômicas. Alegaram que a família não tem condições de ajudar, que o curso é integral e não tem como trabalhar ou que tem que dedicar mais tempo a um emprego do que ao estudo (E7). E7 recebia bolsa em 2014 e perdeu em 2015, precisou procurar emprego. Fazia bicos em diferentes locais e horários, até no período noturno, mesmo assim, não desistiu de estudar. Outros 2 (dois), consideram o apoio importante, mas não essencial. E1 trouxe a questão do suporte financeiro, mas colocou no mesmo nível de importância o apoio psicológico que recebeu devido a um problema de saúde e financeiro pelo qual a família passou. Para E9, “a assistência psicológica foi fundamental” para o retorno e manutenção do curso.

Embora o programa seja um mecanismo importante para a promoção da conclusão do curso, ele não garante que os alunos o conclua dentro do prazo acadêmico previsto. Assim, o problema da evasão é agravado pelo da retenção, uma vez que os alunos permanecem na universidade por mais tempo que o estabelecido e acabam ocupando uma vaga que poderia ser atribuída a outro candidato (ANDIFES, 2007). Para E4, a PROAE dá o suporte, mas o tempo que o aluno leva para concluir seu curso depende de outros aspectos também. No caso de 4 respondentes (E2, E5, E6 e E10), o apoio estudantil contribuirá para que finalizem o curso dentro do prazo previsto. Para os demais, o fato de serem assistidos não foi suficiente para tanto.

Quanto à igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas, garantia da permanência tanto de estudantes de baixa condição socioeconômica quanto dos demais estudantes da UFJF e ao ingresso no mercado de trabalho nas

mesmas condições dos alunos não apoiados, a maioria concordou que a PROAE cumpre com esses compromissos.

De acordo com E6, ao receberem uma bolsa ou auxílio financeiro a preocupação de como se manter na universidade é reduzida, “já que ao escolherem ingressar em um universo acadêmico devem (em muitos casos) abrir mão do mercado de trabalho, temporariamente. E1 entende que quando o aluno tem acesso às ações, ajuda, sim, na igualdade de oportunidades e que o apoio pedagógico é de grande valia para estudantes vindos de escola pública. Entretanto, no caso dela, em particular, ter que trabalhar 12 horas por semana só atrapalhou, “pois no horário livre estava cumprindo hora em atividades administrativas da universidade” (E1). E10 ressalta que o apoio estudantil contribui para amenizar gastos com transporte e compra de materiais, por exemplo.

Em relação à permanência, destacam-se duas respostas. Tanto E4 quanto E9 trouxeram questões relacionadas ao processo seletivo. E9 ressalta que o processo para obtenção de bolsas precisa de melhoria. Em sua opinião, “o edital do apoio estudantil se tornou insustentável e ainda assim se prova falho. Muitos alunos possuem renda média/alta e conseguem o suporte financeiro enquanto alguns alunos com baixa renda são indeferidos no processo”. Nesse mesmo sentido, E4 aponta o fato de que “muitos alunos encontram métodos de fraudar documentos e assim, acabam tirando a oportunidade de quem realmente precisaria do auxílio financeiro”. Diante desses registros, cabe retomar a discussão sobre as consequências das realocações superficiais que são feitas com frequência. A cada processo seletivo são feitos ajustes no edital, porém, lamentavelmente, sempre chegam denúncias por parte dos alunos sobre esses casos de fraude. Assim, é importante registrar que soluções paliativas podem vir a provocar uma dinâmica secundária de reconhecimento estigmatizante, ou seja, os bolsistas podem passar a serem vistos como uma classe privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecidos.

Foi praticamente unânime, 9 (nove) responderam de forma afirmativa, a concepção de que as ações da PROAE permitem que os alunos apoiados ingressem no mercado de trabalho nas mesmas condições dos alunos não apoiados. Pode-se então, dizer, que o PNAES seria, sim, uma forma concreta de favorecer a igualdade de resultados proposta pelas políticas de discriminação positiva.

Contudo, ainda assim, é legítimo discutir se a forma como o programa vem sendo desenvolvido na UFJF, está, de fato, preparando indivíduos capazes de participarem efetivamente, em condições de igualdade com aqueles que não pertencem aos grupos historicamente segregados.

Isto posto, tem-se como principais achados desta pesquisa, identificados por meio do discurso dos atores entrevistados, as seguintes questões: a divulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil feita pela instituição tem foco no suporte financeiro; O Apoio Estudantil visto pelos alunos, principalmente, sob a ótica da concessão de bolsas e auxílios financeiros; as ações não são amplamente divulgadas; falhas no processo seletivo; desconhecimento do PNAES por parte dos alunos; e acompanhamento pedagógico insuficiente.

3 PROPOSTA DO PLANO DE AÇÕES PARA RESSIGNIFICAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Os registros apresentados até aqui demonstram que existe um equívoco em torno do conceito de assistência estudantil tanto por parte da instituição quanto dos alunos. E não poderia ser diferente, visto que a percepção dos estudantes é uma consequência direta da forma como a universidade transmite sua concepção sobre o tema.

Ao colocar o termo “Assistência Estudantil” na ferramenta de busca da página da UFJF, as notícias que aparecem, desde o início de sua implementação até os dias de hoje, são relacionadas à distribuição de bolsas (apoio financeiro). Algumas, bem poucas, comentam sobre a pedagogia, a psicologia ou as parcerias que já existiram com outros setores.

A ênfase dada pela própria instituição ao apoio financeiro em detrimento das demais ações justifica o entendimento confuso de seu corpo discente.

Assim, é evidente a necessidade de ressignificar a Assistência Estudantil tanto no contexto institucional (gestores e servidores em geral – técnicos e professores) quanto no acadêmico. Para que os alunos tenham o entendimento correto de seu significado, é preciso que a mensagem propagada pela universidade, em especial pela equipe da PROAE, seja coerente com o objetivo do programa que se propôs a implementar.

Isto posto, as sugestões recomendadas visam a contribuir para que, tanto a instituição UFJF quanto seus alunos, deem o real sentido ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para atingir esse objetivo de maneira consistente, de forma a estabelecer diretrizes e ações que se perpetuem ao longo do tempo e que não se modifiquem a cada nova gestão, recomenda-se a utilização da ferramenta conhecida por planejamento estratégico.

A (re)definição da Política de Assistência Estudantil na UFJF impactará diretamente no modo como a divulgação da PROAE e de suas ações se dará na instituição. Assim, as intervenções sugeridas propõem ações voltadas para comunicação e transparência.

Com o intuito de promover uma postura mais proativa por parte do setor, em conformidade com o que prediz o Decreto nº 7.234/2010 em relação ao desempenho

acadêmico, indica-se um novo formato de atendimento aos profissionais da pedagogia, psicologia e do serviço social. Essas ações serão propostas para a Universidade e a sua execução será de responsabilidade da PROAE.

Por último, apresenta-se uma proposta de avaliação para as ações do PNAES nas IFES, em geral. Porém, ela deverá ser apreciada pelo FONAPRACE e caberá ao MEC orientar acerca de sua aplicação, em caso de aprovação.

3.1 Ação 1 - Resignificar a Assistência Estudantil na UFJF

Curioso descobrir quanto o fato de a assistência estudantil ser entendida como concessão de bolsas e auxílios financeiros influencia a gestão do setor. Tanto a descrição do caso em questão (discurso dos alunos na jornada, ocupação da reitoria) quanto as entrevistas realizadas (reclamações sobre as falhas no edital do processo seletivo, atraso no pagamento das bolsas) sinalizaram que o setor trabalha “apagando incêndios”, já que as decisões são tomadas de acordo com as intercorrências do cotidiano. Enfim, a administração da PROAE se dá em meio às crises e se caracteriza por soluções imediatistas e reativas aos acontecimentos.

Porém, ao reagir rapidamente às demandas inesperadas no intuito de resolver os sintomas aparentes, o que se consegue, na realidade, é reforçar os problemas estruturais que precisam ser resolvidos.

Para casos como esse, o planejamento estratégico, enquanto ferramenta de gestão, torna-se extremamente útil, uma vez que permite nortear as ações gerenciais em conformidade com um plano previamente determinado, que possibilita uma tomada de decisões mais assertiva.

As discussões em torno do planejamento estratégico referem-se ao contexto geral de uma organização, uma metodologia aplicada pela alta direção. Porém, nada impede que, feitas as necessárias adaptações e guardadas as devidas proporções, seja aplicada em uma determinada área.

Em respeito ao cotidiano da PROAE e ao quadro de servidores de que dispõe, será proposto um planejamento estratégico simplificado, composto por 3 (três) etapas: definição da missão da PROAE, objetivo (Resignificar a Assistência Estudantil na UFJF) e plano de ação.

Quadro 3: Resignificar a Assistência Estudantil na UFJF

O que fazer	Resignificar a Assistência Estudantil na UFJF
Por quê fazer	Para que tanto a instituição UFJF quanto seus alunos, deem o real sentido ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
Como fazer	Por meio de um planejamento estratégico.
Quem fará	Equipe PROAE.
Onde	UFJF
Quando	A definição da missão ocorre apenas uma vez, enquanto as demais ações devem ser revisadas constantemente para a realização de ajustes quando necessário e formulação de novas estratégias.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.1 Definir a missão da PROAE

De acordo com Araújo (1996), com a finalidade de nortear a ação da organização, as concepções de planejamento estratégico, frequentemente, concentram suas atenções para a missão, os objetivos e as metas.

A autora destaca, entre outras, as definições de Meyer Júnior (1988) e Shirley (1983). Para o primeiro, “é um processo continuado e adaptativo através do qual uma organização define (e redefine) sua missão, objetivos e metas, seleciona as estratégias e meios para atingi-los, num determinado período de tempo, através de constante interação com o ambiente externo” (MEYER JÚNIOR, 1988, P. 55 citado por ARAÚJO, 1996, p. 77). Shirley (1983) o define como “o processo pelo qual dados são coletados e analisados, alternativas são geradas e avaliadas e decisões são tomadas sobre a direção estratégica da instituição” (p. 93, citado por ARAÚJO, 1996, p. 77).

Para que ações, objetivos e metas sejam estabelecidos, é primordial que o setor identifique a sua missão. No caso da PROAE, deverá estar em consonância com a missão, a visão, as metas e as estratégias do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, além dos objetivos preconizados no PNAES. Ao definir a missão, deverá fornecer detalhes sobre suas atribuições e responder à seguinte pergunta: “O que nós fazemos? ”.

O papel da PROAE deve ser a busca contínua da implementação da Política Nacional de Assistência Estudantil no seu espectro mais amplo, com cobertura igualitária em todas as áreas de atuação do PNAES: moradia estudantil;

alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Assim sendo, é inevitável repensar sua atuação e que tipos de atendimentos deverão ser priorizados.

Quadro 4: Definir a missão da PROAE

O que fazer	Definir a missão da PROAE.
Por quê fazer	Para determinar uma direção estratégica para a unidade.
Como fazer	Realizar reunião com a equipe.
Quem fará	Equipe PROAE.
Onde	UFJF
Quando	Ao iniciar a elaboração do planejamento estratégico da PROAE.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.2 Diversificar as áreas de atuação

Uma vez que a atuação da PROAE tem seu foco em ações de cunho financeiro, é merecedora de atenção especial a matriz de distribuição de recursos orçamentários para o PNAES, visto que sua disponibilidade não acompanhou o aumento da quantidade de discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade nas universidades. Assim sendo, embora os recursos destinados ao PNAES venham crescendo ao longo do tempo, ainda são insuficientes para o atendimento de toda a demanda (FONAPRACE, 2016, p. 245).

A falta de proporcionalidade entre a matriz e a quantidade de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica exige ajustes na forma como as universidades vêm desenvolvendo seus programas, em especial na UFJF, que concentra todos os seus esforços na distribuição de bolsas e auxílios financeiros.

Foi possível constatar, tanto nesse estudo quanto no de Assis (2013), que as universidades investigadas atuam de forma bastante diversificada, em atendimento ao que preconiza o PNAES, sem privilegiar a concessão de bolsas.

Além de procurar conhecer o funcionamento de outras universidades, seria de grande valia uma maior participação da equipe da PROAE nas reuniões do FONAPRACE. A troca de experiências e o acesso a informações diversificadas

poderá contribuir para a construção de novas formas de atendimento a esse crescente público.

Para que a política de assistência estudantil se torne mais abrangente, existe a possibilidade de se firmar parcerias com outras áreas, a exemplo do que já foi feito no passado (parceria com PROCULT, Faculdade de Odontologia, Centro de Psicologia Aplicada, entre outras). Além de retomar os contatos estabelecidos anteriormente, indica-se buscar novas parcerias. Entretanto, é de suma importância que esses projetos sejam desenvolvidos de forma institucionalizada, para que não se percam ao longo do tempo, a cada troca de gestão.

Quadro 5: Diversificar as áreas de atuação da PROAE

O que fazer	Diversificar as áreas de atuação da PROAE.
Por que fazer	Para oferecer um atendimento mais completo, com várias opções de suporte para todos os alunos da UFJF que estiverem passando por dificuldades de adaptação à vida acadêmica, além de construir uma relação com os estudantes que não se resume a questões financeiras.
Como fazer	Pesquisar sobre a atuação dos setores vinculados à Assistência Estudantil de outras universidades; participar das reuniões do FONAPRACE para troca de experiências; firmar parceria com outros setores da UFJF.
Quem fará	Equipe PROAE.
Onde	UFJF.
Quando	Definir as estratégias de atuação durante a elaboração do planejamento estratégico da PROAE.
Custo	Não há custos. Haverá custos se decidirem participar das reuniões do FONAPRACE (diárias e passagens).

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.3 Redimensionamento do quadro de servidores

Outro fator que merece atenção é que, de acordo com a IV Pesquisa de Perfil dos(as) Graduandos(as) das IFES (2016), realizada pelo FONAPRACE, o público alvo da assistência estudantil aumentou em 50% (cinquenta por cento) e a quantidade de servidores para a realização do atendimento é a mesma desde 2010 (FONAPRACE, 2016, p. 245). Logo, justifica-se a necessidade de se redimensionar o quadro de servidores da PROAE.

A Coordenação de Pedagogia e Psicologia conta com apenas um profissional da área de pedagogia, o que dificulta uma atuação mais próxima do aluno e proativa em relação ao desempenho acadêmico dos alunos.

De acordo com o quadro de referência de servidores técnicos, existem, na UFJF, 10 (dez) Pedagogos e 20 (vinte) Técnicos em Assuntos Educacionais. Diante desse quantitativo, aconselha-se a realização de mapeamento da lotação desses profissionais para futura remoção. É possível que alguns deles desenvolvam atividades que possam ser atribuídas a profissionais de outras áreas de formação. Enquanto isso, algumas atividades da PROAE demandam profissionais de áreas específicas.

Embora a equipe da PROAE tenha crescido nos últimos anos, ela ainda é pequena para atender a um público de mais de 4 (quatro) mil alunos bolsistas. Sem contar aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, que não recebem bolsa, mas precisam de outras formas de apoio estudantil.

Quadro 6: Redimensionamento do quadro de servidores da PROAE

O que fazer	Redimensionamento do quadro de servidores da PROAE.
Por que fazer	Porque o quadro da unidade tem que ter um número suficiente de profissionais das áreas de pedagogia, psicologia, serviço social, técnico em assuntos educacionais e de administração para dar suporte à nova missão da Pró-Reitoria.
Como fazer	Verificar as vagas dos cargos citados acima que possam ser remanejadas para a PROAE, ou mesmo servidores ocupantes desses cargos que não estejam atuando nas áreas específicas de sua formação e possam ser removidos.
Quem fará	PROAE em parceria com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos e com o patrocínio da Reitoria.
Onde	UFJF.
Quando	Após a conclusão do planejamento estratégico da PROAE.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.1.4 Comunicação com o público e transparência

Por fim, constatou-se, durante a pesquisa, que o discurso institucional, focado na distribuição de bolsas e auxílios financeiros, contribui para um entendimento equivocado do corpo discente sobre o real significado de assistência estudantil. Daí a importância de se definir uma missão que seja compatível com os propósitos do PNAES e com a missão e valores da universidade.

A equipe deverá adaptar sua linguagem a essa nova proposta de atuação, repensar as mensagens de divulgação do setor (portal da UFJF e página virtual da pró-reitoria), rever a forma como se apresentam em palestras de boas-vindas aos novos alunos, enfim, reconsiderar seus conceitos e comportamentos.

Dessa forma, há que se pensar em duas frentes de atuação imediatas: ações que comuniquem ao público externo a que se propõe o setor e a divulgação detalhada das atividades desenvolvidas, com o objetivo de dar transparência desde o processo decisório até as ações realizadas na ponta.

Após a definição da missão e das ações que comporão o plano de ação de (re)definição da assistência estudantil, deve-se pensar nas estratégias (o quê, quando, como e com quem falar) e ferramentas (marketing, endomarketing, mídias sociais, internet, portal da universidade, pagina da PROAE) que serão utilizadas para divulgar essa nova forma de atuação da PROAE.

As mensagens devem passar informações sobre o que é a assistência estudantil; o que é o PNAES; quais são as regras de participação para cada modalidade; como e quando participar de processos seletivos, se houver. Além disso, deve-se pensar nas estratégias para que o público alvo seja atingido, ou seja, considerar com quem falar e, principalmente, como falar (linguagem e ferramentas adequadas ao público – mais interativas e acessíveis).

Com o intuito de melhorar e facilitar a comunicação entre servidores e alunos propõe-se a utilização da ferramenta “fale conosco”, que pode ser usada como um canal para solicitar informações, enviar críticas, sugestões e elogios, além de denúncias. Contudo, para avançar nesse sentido, deve-se pensar em regras de aceitação da denúncia (se pode ou não ser anônima; se precisa encaminhar provas; que tipos de dados e informações precisam ser repassados; entre outros).

Quadro 7: Comunicação com o público alvo

O que fazer	Definir estratégias de comunicação com o público.
Por que fazer	Para que o público entenda o real sentido da Assistência Estudantil.
Como fazer	Definir as ferramentas de marketing mais adequadas para atingir o público alvo e passar a mensagem do que é feito na PROAE, porque é feito e para quem se destina.
Quem fará	Equipe PROAE em parceria com a área de comunicação da UFJF.
Onde	UFJF
Quando	Definir as estratégias de atuação durante a elaboração do planejamento estratégico da PROAE.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em atenção ao discurso de E3 (p.75), que trouxe questões relacionadas à falta de credibilidade por parte dos alunos, sejam eles bolsistas ou não, é pertinente pensar em formas de dar transparência aos processos da PROAE.

A exemplo do que acontece na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)²⁸ e na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)²⁹, são disponibilizados na página da Pró-Reitora 2 (dois) tipos de relatórios: um com informações sobre os beneficiários (nome, CPF, tipo de auxílio que recebe, o mês do pagamento) e o relatório financeiro que informa, mensalmente, a quantidade de beneficiários, benefícios e o valor total investido e também detalha o tipo de auxílio (os financeiros e os não financeiro – apoio pedagógico, por exemplo), a quantidade de atendimentos em cada modalidade e o valor investido.

Outro ponto que deve ser considerado no quesito da transparência é a divulgação, de forma clara e objetiva, dos critérios de seleção para a concessão de bolsas e auxílios. A falta de informação e de entendimento sobre o processo pode contribuir com essa visão negativa que a aluna comentou em sua entrevista.

Quadro 8: Transparência PROAE

O que fazer	Divulgar dados financeiros e físicos da execução orçamentária da assistência estudantil.
Por que fazer	Porque a Lei de Acesso à Informação determina que esses dados sejam públicos, evitando questionamentos sobre o correto uso do recurso.
Como fazer	Publicar na página da PROAE, a exemplo do que é feito no portal da transparência, relação nominal dos beneficiários por tipo de auxílio recebido e valor(es).
Quem fará	Equipe PROAE.
Onde	UFJF.
Quando	Mensalmente.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

As ações sugeridas não implicam em custos para a universidade. Serão desenvolvidas pelo próprio setor. De vez em quando, pode ser preciso firmar parcerias com outras áreas da universidade, como por exemplo, com a Diretoria de Imagem Institucional. O plano de ações deve ser avaliado com frequência para que sejam realizadas as adaptações e ajustes necessários.

3.2 Ação 2 - Acompanhamento psicossocial e pedagógico (desempenho, frequência)

²⁸ Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proaes/index.php?option=com_content&view=article&id=321&Itemid=233>. Acesso em: 5 nov. 2016.

²⁹ Universidade Federal do Oeste da Bahia. Disponível em: <<http://www.ufob.edu.br/ingresso/assistencia-estudantil/relatorio-pagamento-auxilios/pagamentos-de-auxilios-estudantis-em-2015>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

Durante as entrevistas, o que ficou bastante clara foi a percepção dos alunos em relação à Assistência Estudantil. Por mais que o termo utilizado fosse “ações da PROAE”, as respostas eram dadas a partir das experiências que tiveram enquanto bolsistas. A avaliação, se positiva ou negativa, estava sempre enviesada pelo foco no auxílio financeiro. Entretanto, alguns alunos trouxeram a importância que o suporte pedagógico e/ou psicológico teve em sua trajetória acadêmica e até mesmo reclamaram da privação que sofreram devido à falta de informação sobre essas atividades.

Dessa forma, para que a assistência estudantil vá além de uma relação financeira com o corpo discente da UFJF, é importante que o acompanhamento psicossocial e pedagógico ofertado não seja apenas reativo (o aluno procura quando sente necessidade), mas que tenha um caráter preventivo, informativo e de orientação.

Os alunos terão acesso a este serviço sempre que sentirem necessidade, ou quando encaminhados por professores, por coordenadores de curso, por outras pró-reitorias, coordenações ou setores da universidade, bem como quando convidados por profissionais da equipe da PROAE ao identificarem alterações significativas relacionadas ao desempenho ou à frequência.

O agendamento poderá ser realizado presencialmente, por e-mail ou telefone, como é feito atualmente.

Considerando que a vida acadêmica sofre interferências de diferentes naturezas, as quais vão desde questões financeiras, emocionais, de relacionamento, entre outras, até questões de aprendizagem propriamente dita e o quantitativo de profissionais da PROAE, o primeiro acolhimento será efetuado por um psicólogo, que identificará a demanda e encaminhará o aluno para um ou mais profissionais.

O acompanhamento poderá ser realizado por profissional de apenas uma das áreas (pedagogia, psicologia ou serviço social), ser multi³⁰ ou interdisciplinar³¹. Quando for atendido por profissionais de áreas diferentes, os responsáveis pelo

³⁰ “Multidisciplinar é um conjunto de disciplinas que são estudadas de maneira simultânea, mas sem a necessidade de estarem relacionadas entre si”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/interdisciplinar/>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

³¹ “Interdisciplinar visa o agrupamento de diversos ramos do conhecimento, seguindo um objetivo em comum, como um assunto ou tema específico”. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/interdisciplinar/>> Acesso em: 06 nov. 2016.

acompanhamento deverão fazer reuniões para decidirem sobre as melhores alternativas de solução para o caso.

Na parte de pedagogia da PROAE, além das oficinas pedagógicas, que pretendem levar aos graduandos um espaço para discussão e reflexão sobre temáticas relevantes ao contexto acadêmico, ocorrem atendimentos individuais com o objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e acadêmicas.

Como forma de complementar as atividades existentes nessa área de atuação, importa saber que na Universidade Federal do Pará, com o intuito de buscar a melhoria de desempenho, utiliza-se a metodologia de desenvolvimento humano conhecida por *Coaching Acadêmico*. Trabalho destinado a estudantes dos cursos de graduação e tem como finalidade proporcionar: gestão do tempo de estudo, desenvolvimento de habilidades e competências não cognitivas relevantes para o bom desempenho acadêmico, estudo com organização e método, planejamento para alcançar objetivos estabelecidos, melhoria do desempenho acadêmico, mapeamento e superação das dificuldades de aprendizagem e autonomia e autoconhecimento no âmbito acadêmico.

O serviço de Psicologia é aberto a todos os estudantes da UFJF. É um espaço de acolhimento e escuta com o objetivo de refletir sobre a vida acadêmica, as questões afetivas e emocionais que podem ocorrer durante a experiência universitária, além do atendimento breve e encaminhamento para outros serviços, quando necessário. Uma opção de atividade coletiva é o Grupo Fora de Casa, um espaço que favorece a troca de experiências e a participação em atividades lúdicas, acompanhadas de reflexões sobre esta transição e sobre essa nova fase da vida, a entrada na universidade.

Tanto a pedagogia, quanto a psicologia, mesmo com oportunidades de melhoria, não apresentam grandes diferenças do que é praticado em outras universidades. Porém, essa ação apresenta uma proposta de mudança considerável para as profissionais assistentes sociais. A ideia é que os alunos possam ser encaminhados para o serviço social para receberem orientação ou encaminhamento para a rede social de atendimento da região ou ações de acolhimento, escuta, orientação e assistência social, com o propósito de favorecer a integração, a permanência e a conclusão do curso de graduação. Este tipo de trabalho é

desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul e na Universidade Federal do Ceará.

Importante registrar que aqui se encontram algumas possibilidades de atuação. Por questões didáticas, foram utilizadas apenas 10 (dez) instituições. Entretanto, existem outras universidades que podem servir de modelo de sucesso de ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil.

Para controle e acompanhamento dos atendimentos realizados seriam utilizados 3 (três) documentos: a) Prontuário – documento onde serão registrados, com detalhes, todos os acompanhamentos e procedimentos relativos ao seu caso. O acesso é restrito aos profissionais que estejam acompanhando o aluno; b) Ficha de registro dos atendimentos: trata-se de um documento mais genérico, que servirá para registrar o andamento dos atendimentos. Serão anotados a data do atendimento, o profissional responsável, o encaminhamento dado e a assinatura do profissional, e c) Documento para controle de atendimentos do setor: documento confidencial, para uso interno do setor. Neste, terão informações como: nome, contato, curso, bolsista (sim X não), queixa principal, primeiro atendimento; quantidade de atendimentos, técnico responsável, assinatura.

Quadro 9: Acompanhamento psicossocial e pedagógico (desempenho, frequência)

O que fazer	Oferecer acompanhamento pedagógico, psicológico ou social para alunos com problemas no desempenho acadêmico ou que estejam faltando muito.
Por que fazer	Para evitar retenção e/ou evasão.
Como fazer	Convidar alunos que estejam com baixo rendimento, que tenham trancado matrícula, pedido transferência de curso ou que estejam faltando muito para um acolhimento, realizado por um psicólogo.
Quem fará	Equipe PROAE.
Onde	UFJF.
Quando	Durante todo o ano letivo.
Custo	Não há.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.1 Acompanhamento de Desempenho Acadêmico

O acompanhamento será feito por Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais (TAE)³², que deverá verificar, com frequência, as notas lançadas no sistema. Ao perceber que o aluno está com dificuldades para manter seu bom

³² A equipe da PROAE é composta, atualmente, por apenas um profissional da área de pedagogia e tem uma vaga, pelo menos, em aberto. Devido ao fato de não haver concurso em andamento e considerando as semelhanças entre as atribuições desses cargos, sugere-se o profissional TAE como opção para compor a equipe do setor, que se encontra desfalcada.

desempenho acadêmico, o profissional deverá encaminhá-lo para acolhimento por um psicólogo.

Na UFJF, esse acompanhamento é feito manualmente. O CGCO encaminha planilha com os dados de todos os alunos apoiados e seu rendimento. A pedagoga analisa caso a caso e avalia o que deve ser feito.

Considerando que os servidores da assistência estudantil têm acesso ao cadastro completo do aluno, inclusive ao desempenho acadêmico, seria ideal que o sistema oferecesse uma ferramenta que selecionasse os alunos assistidos e emitisse um relatório com as notas, em ordem crescente, separados por grupos. Para tal escalonamento, poderiam ser utilizadas as mesmas categorias apresentadas nesta pesquisa, quais sejam: (1) rendimento nulo (0%), (2) insuficiente (acima de 0, mas abaixo de 60%), (3) razoável (igual ou superior a 60%, mas abaixo de 100%), e (4) integral (100%).

Ao separar os alunos em grupos, será possível pensar em estratégias para o acompanhamento de acordo com o grau de insucesso apresentado. O discente poderá ser acompanhado individualmente, em atividades de grupo, por meio de participação em oficinas ou workshops ou outra forma que a equipe achar conveniente, conforme formação e capacitação dos profissionais disponíveis no quadro do setor. Independente do grupo em que se encontre, é importante que todos os alunos que estejam nos grupos 1(um) e 2 (dois) sejam convidados a comparecer à PROAE para avaliação e encaminhamento.

3.2.2 Acompanhamento de Frequência

Um dos males mais disseminados e combatidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) é o problema da evasão dos estudantes. Portanto, desenvolver um programa que permita identificar os potenciais evadidos torna-se imprescindível. Tal procedimento pode ser realizado por meio do acompanhamento do histórico escolar do aluno observando-se não só as notas, mas reprovações, trancamentos, cancelamento ou transferência de matrícula e a frequência. A não frequência pode indicar uma evasão silenciosa, corre-se o risco de perder este aluno sem chance de retorno futuro.

Ao contrário do que ocorre com o acesso ao histórico escolar por meio do SIGA, no caso da frequência, os servidores da PROAE não têm essa permissão.

Como dito anteriormente, a pedagoga dependeria de uma parceria com os coordenadores de curso para fazer este acompanhamento.

Assim, em primeiro lugar, seria necessária uma conversa entre o coordenador do apoio pedagógico e psicológico (PROAE) e o coordenador de curso para firmarem parceria e definirem a forma de trabalho.

A indicação é que o coordenador de curso, ao perceber ausências frequentes por parte do aluno, acione a PROAE. A partir de então, ele será acolhido por um psicólogo, que identificará a demanda e o encaminhará para um ou mais profissionais.

Enfim, o objetivo principal desta proposta é que as atividades da PROAE saiam do polo passivo e passem a ser ações com foco na prevenção da retenção e/ou evasão, conforme prevê o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Oferecer um suporte na tomada de decisão, proporcionar um momento de reflexão sobre a escolha que se tem pela frente, esclarecimentos sobre o curso, enfim, é significativo que o aluno se sinta amparado independente de sua decisão final.

Entretanto, é importante registrar a urgente necessidade de se realizar um redimensionamento desta equipe, além da ressignificação do conceito de assistência estudantil nessa universidade.

3.3 Ação 3 - Processo de avaliação para as ações do PNAES nas diversas IFES

Na contramão do processo de modernização da gestão governamental, de acordo com as informações do professor Dilvo Ilvo Ristoff, ainda não existe, no MEC, nenhuma iniciativa no sentido de instituir alguma ferramenta ou processo de aferição ou avaliação dos resultados acadêmicos dos alunos atendidos com as ações do PNAES.

Segundo a tradução de Pontes referente à introdução do livro “Sistemas de evaluación del desempeño para organizaciones públicas”, de Arellano, lançado em 2002, tornou-se não só moda, mas também uma obsessão para o setor público avaliar o desempenho de organizações públicas em razão das condições com as quais estas vêm se deparando, entre elas, cada vez menos recursos e mais necessidades. Com o PNAES não é diferente. De acordo com a IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES (2016), realizada pelo FONAPRACE, os

índices demonstram que o ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo. Segundo os dados, 2/3 (dois terços) dos discentes estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. Porém, embora os recursos destinados ao PNAES venham crescendo ao longo do tempo, ainda são insuficientes para o atendimento de toda a demanda (p. 244 e 245).

Por outro lado, em respeito à dinâmica e autonomia de cada universidade no atendimento do que prevê o decreto, seria utópico criar um processo unificado de avaliação em razão das diversas possibilidades de atuação disponibilizadas. Todavia, o Plano Nacional de Assistência Estudantil da Andifes (2007) chama a atenção para a necessidade de se estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação que permita qualificar os programas e projetos institucionais. Para tanto, indica alguns pontos que devem ser contemplados: relação oferta/demanda; desempenho acadêmico do estudante e mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil (p. 17 e 18).

Uma das formas de monitoramento que permite verificar se as atividades ou ações programadas ocorrem de fato em direção ao atendimento dos objetivos da instituição é utilizar um sistema de indicadores de desempenho (ID³³). Segundo Pontes, a gestão pública atual segue uma tendência de se pautar por resultados, neste sentido, os ID, quando bem utilizados, são capazes de prover informações que auxiliam uma tomada de decisão mais efetiva por parte dos gestores de cada processo.

Quanto aos 2 (dois) primeiros pontos é possível utilizar os indicadores apresentados por Pinto (2015) em sua Proposta para o Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora. Para avaliar a relação oferta/demanda, sugere-se:

a) Satisfação dos Beneficiários

Este indicador se propõe a verificar a satisfação dos graduandos beneficiados pela Política de Apoio Estudantil da instituição. A autora recomendou a aplicação de

³³ Para aprofundar o conhecimento sobre a construção de indicadores, consultar: PINTO, Caroline Casagrande. Proposta para o Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de PósGraduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 114. 2015. Disponível em:<<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/CAROLINE-CASAGRANDE-PINTO.pdf>>.

um questionário aos alunos assistidos para o estabelecimento do indicador sugerido (p.94).

Quadro 10: Indicador de Satisfação

I1 = Beneficiários satisfeitos com a Política

$\frac{\text{Total de beneficiários}}{\text{Total de beneficiários}}$

Fonte: (PINTO, 2015, p. 99).

Esse indicador apresenta a proporção de alunos beneficiários que estão satisfeitos com o Programa executado, “isto é, quanto mais próximo de 1 (um) estiver este indicador, melhor será, pois indicará que a grande maioria dos beneficiários estará satisfeita com a Política desenvolvida na instituição” (p.99).

b) Alunos Atendidos

Determinam quantos estudantes foram atendidos pela Política de Apoio Estudantil.

Quadro 11: Indicadores de Atendimento

12 = Número total de alunos atendidos pela Política

I3 = Número de alunos atendidos individualmente por Psicólogo

I4 = Número de alunos atendidos individualmente por Pedagogo
--

I5 = Número de alunos atendidos individualmente por Assistente Social

Fonte: (PINTO, 2015, p. 99). Adaptado pela autora.

Neste quesito, pode-se criar um indicador para cada ação desenvolvida na instituição que envolva atendimentos.

c) Bolsas e Auxílios

Os indicadores sugeridos visam o monitoramento periódico do número de bolsas e auxílios disponibilizados aos graduandos.

Quadro 12: Indicadores de Benefícios

16 = Número total de benefícios concedidos
--

I7 = Número de bolsas concedidas

I8 = Número de auxílios concedidos

Fonte: (PINTO, 2015, p.101).

“Tais indicadores permitirão acompanhar e avaliar a evolução quantitativa das bolsas e auxílios concedidos, com vistas a identificar a necessidade de revisão do

número de benefícios ofertados aos graduandos da instituição” (PINTO, 2015, p.101).

Para avaliar o desempenho acadêmico do estudante, sugere-se:

d) Retenção

Os indicadores propostos objetivam averiguar a taxa de retenção dos alunos da instituição, para tanto, sugere-se que seja criado um indicador para os alunos assistidos e outro para os demais alunos.

Quadro 13: Indicadores de Retenção

$I9 = \frac{\text{Graduandos beneficiários retidos}}{\text{Total de graduandos beneficiários}}$
$I10 = \frac{\text{Graduandos não beneficiários retidos}}{\text{Total de graduandos não beneficiários}}$

Fonte: (PINTO, 2015, p. 97).

Esses indicadores devem estabelecer a razão entre o número de graduandos retidos e o número total de graduandos. Deve-se efetuar esta razão para os alunos beneficiários da Política de Apoio Estudantil (I9) e para os alunos não beneficiados (I10) de modo a possibilitar a comparação entre o índice de retenção dos graduandos que recebem o benefício e o índice dos alunos que não o recebem (PINTO, 2015, p. 97).

e) Evasão

Os indicadores sugeridos intentam verificar a taxa de evasão dos graduandos da instituição. “Deve-se estabelecer a razão para os beneficiários da Política e para os graduandos não beneficiários, para que possa haver a comparação entre os índices I11 e I12” (PINTO, 2015, p. 98).

Quadro 14: Indicadores de Evasão

$I11 = \frac{\text{Graduandos beneficiários evadidos}}{\text{Total de graduandos beneficiários}}$
$I12 = \frac{\text{Graduandos não beneficiários evadidos}}{\text{Total de graduandos não beneficiários}}$

Fonte: (PINTO, 2015, p. 98).

Os indicadores propostos visam identificar o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) médio dos graduandos e a taxa de reprovação dos estudantes.

Para tanto, sugere-se que seja criado um indicador para os discentes assistidos e outro para os demais alunos.

Quadro 15: Indicadores de Rendimento Acadêmico

I13 = Índice de Rendimento Acadêmico médio dos graduandos beneficiários
I14 = Índice de Rendimento Acadêmico médio dos graduandos não beneficiários

Fonte: (PINTO, 2015, p. 98).

Tais indicadores possibilitam comparar o Índice de Rendimento Acadêmico dos alunos beneficiários da Política de Apoio Estudantil (I13) com o Índice dos graduandos não beneficiados (I14). Desse modo, é possível acompanhar e avaliar se o Programa cumpre seu papel no sentido de melhorar o desempenho acadêmico dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica (PINTO, 2015, p.98).

Quanto à reprovação, “propõe-se que esses indicadores sejam estabelecidos de acordo com o número de reprovações obtidas pelos alunos, em outras palavras, pode-se criar um indicador para os alunos com apenas uma reprovação no semestre, bem como para o caso de duas e, também, para três ou mais reprovações” (PINTO, 2015, p.99).

Quadro 16: Indicadores de Reprovação

I15= Graduandos beneficiários reprovados <hr/> Total de graduandos beneficiários
I16 = Graduandos não beneficiados reprovados <hr/> Total de graduandos não beneficiários

Fonte: (PINTO, 2015, p. 99).

Dessa forma, permite-se comparar a taxa de reprovação dos alunos beneficiários da Política de Apoio Estudantil (I15) com a taxa de reprovação dos alunos não beneficiados pelo Programa (I16).

Uma vez que um dos objetivos do PNAES é reduzir as taxas de retenção e evasão e que a maioria das universidades oferece apoio pedagógico e/ou psicológico, seria possível fazer avaliações frequentes, ao longo do ano letivo, com base nos atendimentos realizados. Para uma avaliação continuada do programa, as instituições podem utilizar os indicadores abaixo.

A partir do acompanhamento do histórico escolar, ao observar notas, reprovações, trancamentos, frequência e pedido de transferência, é possível

identificar alunos com grande potencial para abandonar o curso e que devem ser encaminhados para acolhimento e orientação mais próxima por parte dos profissionais da área de assistência estudantil.

Com o objetivo de conhecer a evolução da quantidade de alunos encaminhados para atendimento a cada bimestre em relação à quantidade de alunos identificados como potenciais evadidos, pode-se utilizar o seguinte indicador:

Quadro 17: Indicador de potenciais evadidos encaminhados para atendimento

$I17 = \frac{\text{Quantidade de alunos encaminhados para atendimento}}{\text{Potenciais evadidos identificados no sistema}}$

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do momento que se identificam alunos com alta propensão a evadir, é importante que se realize, de fato, os atendimentos, conforme a demanda identificada. Para conhecer e acompanhar a evolução da quantidade de alunos atendidos a cada bimestre em relação à quantidade de alunos identificados e encaminhados para atendimento (intervenção), sugere-se:

Quadro 18: Indicador de atendimento de potenciais evadidos

$I18 = \frac{\text{Quantidade de alunos atendidos}}{\text{Quantidade de alunos identificados no sistema e encaminhados para atendimento}}$
--

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessas informações, ainda seria possível criar um indicador com o objetivo de verificar a efetividade da ação de intervenção preventiva ao correlacionar os resultados obtidos após os atendimentos, conferindo se houve mudança na decisão e no rendimento do aluno acolhido pela equipe.

Quadro 19: Indicador de efetividade dos atendimentos

$I19 = \frac{\text{Quantidade de alunos recuperados}}{\text{Quantidade de alunos atendidos}}$

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, as causas da evasão e retenção de estudantes nas universidades são múltiplas e complexas e podem ser decorrentes de vários fatores que vão desde a escolha inadequada dos cursos, até as condições socioeconômicas e a deficiência de formação em nível médio. Desta forma, é possível utilizar outros indicadores e buscar correlações com este fenômeno, tais como: a quantidade de alunos cotistas e não cotistas que desistem de seus cursos, identificando a relação entre variáveis socioeconômicas e a evasão; a faixa etária, como forma de verificar questões relacionadas à (i)maturidade; a distância entre a cidade de origem e a universidade, o que dificultaria as visitas frequentes à família ou até mesmo, verificar o estado de origem, o que pressupõe diferenças culturais que podem influenciar na adaptação do aluno; questões de gênero, dentre outras.

A realização das ações e o respectivo acompanhamento de seus indicadores como forma de avaliar a necessidade ou não de ajustes nas propostas encaminhadas, permite encontrar oportunidades que viabilizem melhorar os resultados apresentados até o momento.

Diante do exposto, ratifica-se a importância da avaliação institucional para o planejamento estratégico, pois ao se trabalhar com indicadores de desempenho que retratam aspectos gerenciais relevantes tem-se a oportunidade de ajustar medições, provar ou refutar hipóteses, revisar indicadores, repensar as ações propostas, reavaliar metas e objetivos, enfim, é uma oportunidade de aprendizagem organizacional.

Essa proposta deverá ser encaminhada ao FONAPRACE para análise e avaliação. Cabe registrar que aqui estão algumas sugestões de indicadores, os quais podem ser complementados e até mesmo alterados de acordo com a apreciação do Fórum. Caso seja aceita, caberá ao MEC orientar sobre sua aplicação.

Os indicadores de 1 (um) a 16 (dezesesseis) podem ser verificados anualmente e comparados a cada 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, tempo médio de formação da maioria dos cursos de licenciatura ou bacharelado, seria o fechamento de ciclos avaliativos.

A checagem dos indicadores 17 (dezesete) ao 19 (dezenove) deve ser contínua, de preferência, bimestralmente, como forma de verificar se as intervenções estão sendo benéficas em relação à evasão e à retenção. As

avaliações constantes permitirão recuperar o aluno ao longo de cada semestre ou ano letivo.

Quadro 20: Processo de avaliação para as ações do PNAES nas diversas IFES

O que fazer	Avaliar as ações do PNAES desenvolvidas nas diversas IFES.
Por que fazer	Monitoramento se as atividades ou ações programadas ocorrem de fato em direção ao atendimento dos objetivos do PNAES.
Como fazer	Utilizar indicadores que permitam avaliar se a forma como as atividades relativas à assistência estudantil está sendo desenvolvida atende ao proposto no Decreto 7.234/10.
Quem fará	Setor responsável pela Assistência Estudantil.
Onde	IFES.
Quando	Anualmente.
Custo	Não há custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão “Ressignificar a PROAE” se constituiu o mote dessa dissertação, tendo sua origem na fala de apresentação da Professora Joana Machado, ao assumir o cargo de Pró-Reitora de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva, em setembro de 2014. A partir de então, essa pesquisa foi desenvolvida na tentativa de buscar mecanismos e instrumentos que justificassem a expressão “Assistência Estudantil para além das bolsas”.

Para embasá-la foi utilizada a teoria de Nancy Fraser. Numa tentativa de trazer os conceitos apresentados pela autora para a prática da PROAE, identifica-se uma forte aplicação do que ela chama de “redistribuição afirmativa”. Ao focar sua atuação em ações de cunho financeiro a Pró-Reitoria compensa a injustiça econômica, mas deixa de lado as questões mais profundas que compõem a desvantagem de classe.

Durante esses dois últimos anos, por meio das entrevistas aplicadas aos alunos bolsistas, da minha própria vivência enquanto Psicóloga lotada na PROAE/UFJF ouvindo as opiniões e impressões dos meus colegas de Pró-reitoria, entrevistando autoridades do MEC, buscando informações sobre a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em outras Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pude verificar quão diversas são as formas de implementação do PNAES, mas, sobretudo como é necessário propor um novo olhar para o programa no âmbito da UFJF.

Os conceitos de Fraser, explorados ao longo deste estudo, propõem a adoção de uma política que incorpore não só a distribuição justa, mas igualmente, o reconhecimento recíproco. Dois aspectos importantes da justiça social, que não funcionam isoladamente. Nesse caso, o outro remédio para a injustiça seria os chamados “transformativos”, aqueles que buscam remodelar a estrutura para corrigir os efeitos da desigualdade. Isto posto, pergunta-se: existem possibilidades de atuação para a PROAE sob o ponto de vista do reconhecimento transformativo?

Hoje, mais do que nunca, diante do cenário político financeiro de restrições orçamentárias e financeiras que a administração pública vem enfrentando e diante das perspectivas restritivas de crescimento do orçamento trazidas pela Proposta de Emenda Constitucional nº 55, que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e impõe limites

individualizados para despesas primárias, as universidades federais deverão agora administrar com extrema perícia e técnica os recursos destinados a sua manutenção e à do Programa PNAES.

A mudança de foco da UFJF, que hoje prioriza o pagamento de bolsas e auxílios financeiros, para o complexo de ações previstas no Decreto 7.234/2010 é o que tornará viável sua continuidade. Neste cenário de Ressignificação da Assistência Estudantil, dar atenção à melhoria das formas de apresentação e divulgação do programa (comunicação) e ao controle social por meio da transparência das ações do programa, tem grande importância não só para a compreensão da dimensão do PNAES, mas também dos seus limites.

Os recursos do programa são finitos e fixados pela Lei Orçamentária Anual, seu crescimento ao longo dos últimos anos acompanhou somente os índices oficiais de inflação não tendo recebido outro incremento, e, por vezes, avançou sobre o orçamento de manutenção da universidade, colocando em risco outras ações estratégicas para a gestão da instituição.

Tornar público e internalizar que a assistência estudantil vai além de uma relação meramente financeira, é o grande desafio da PROAE junto à Administração Superior e aos alunos da UFJF.

Por meio da PROAE, a UFJF ainda oferece para TODOS os alunos, independentemente de sua condição socioeconômica, assistência pedagógica e psicológica. Além dessas, existem outras ações, financiadas pelo orçamento de manutenção das IFES e administradas por outros setores, que podem ser caracterizadas como assistência ao estudante, são elas: a compra de livros para as bibliotecas, a disponibilização de laboratórios de informática para estudo, o transporte gratuito de alunos dentro campus, espaços de vivências, acesso a wifi, dentre outros.

Ao refletir sobre a teoria aqui utilizada, é possível classificar essas intervenções como remédios transformativos, já que reduzem a desigualdade social ao permitirem que seu corpo discente, a despeito de sua situação socioeconômica, tenha acesso a ferramentas que lhe permitirão se desenvolver em condições de igualdade. Vista dessa forma, a assistência estudantil passa a ter um caráter universal, que “vai além das bolsas”, como deve ser.

Ao contrário dos recursos destinados ao PNAES, as possibilidades de discussão em torno desse tema são infinitas. Apesar dos esforços envidados pela

equipe, ainda são muitas as oportunidades de melhoria. Este estudo mostrou apenas uma parte da realidade, que ainda pode ser aprofundada sob a perspectiva de outros profissionais da área, que tragam sugestões diversificadas para que a ressignificação da PROAE ocorra de forma contínua e consistente.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. Plano Nacional de Assistência Estudantil da ANDIFES. Gestão 2007/2008. Julho 2007. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 19 set. 2016.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de. Planejamento estratégico: um instrumental à disposição das universidades? **Revista de Administração Pública**, vol. 30, nº. 4, jul./ago. 1996, p. 74-86. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8028/6804>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Disponível em <www.une.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba. Expansão da Educação Superior no Brasil e os Desafios para a Gestão. *In*: VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, Encontro Estadual de Política e Administração da Educação/Pe e II Simpósio Gestão da Educação Currículo e Inovação Pedagógica: Políticas, práticas e gestão da educação, 2012, Recife. **Anais...** Políticas, Práticas e Gestão da Educação. Recife, 2012. v. 1. p. 1-10.

ASSIS, Anna Carolina Lili de. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 120 p.

AZERÊDO, Sandra. Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença – pensando a política de cotas na universidade . **Revista Estudos Feministas**, vol. 13, nº 3, set.-dez. 2005, p.738-755. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a17v13n3.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão universitária: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes**. Dissertação - Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte da Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC. Programa de Mestrado Acadêmico em Administração, 2012. 131 p.

BRASIL. Constituição Federal de 1934. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm >. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Constituição Federal de 1946. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm > Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Decreto nº 20.302. **Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF de 2 de janeiro de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20302-2-janeiro-1946-327736-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Decreto Nº 6096, de 24 de Abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Diário Oficial [da União]. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES.** Diário Oficial [da União]. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Emenda Constitucional. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 01 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. Lei Nº 4024, de 20 de Dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. Lei Nº 12.288, de 20 de Julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Diário Oficial [da União], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011. **Institui o Plano Nacional de Educação (PNE).** Diário Oficial [da União], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Diário Oficial [da União], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da União], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-

[2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da União], Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Ministério da educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20954&Itemid=1329>. Acesso em: 07 jun, 2015.

CEPÊDA, V.A e MARQUES, A.C.H. **Um Perfil sobre a Expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos.** Perspectiva, S Paulo, v.42; p.161-192, jul/dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>>. Acesso em: 05 set. 2015.

COSTA, Simone Gomes. **A Equidade na Educação Superior: uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil.** Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 17 set. 2015.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 06 out. 2016.

FERREIRA, Wallace. Justiça e Reconhecimento em Nancy Fraser: Interpretação teórica das ações afirmativas no caso brasileiro. **Perspectiva Sociológica**, v. 5, p. 1, 2010. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero4/Artigos/wallace.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2015.

FONAPRACE. **Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior.** Versão final encaminhada à Andifes Recife, 4 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>>. Acesso em: 8 out. 2015

_____. Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação ANDIFES – UFU, PROEX: 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES, 2016. Disponível em: <<http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/05/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FRASER, Nancy. “Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea”. In: **Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares**. UERJ, ano 4, n. 1, 2002a.

_____. “A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação”, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 63 | 2002b, colocado online no dia 01 Outubro 2012. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1250>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. In: **Cadernos de Campo**, n.14/15, ano 15, p. 1-382, 2006.

GENRO, Tarso. “A Universidade reflete a ambiguidade brasileira”. **Diversa**, n. 6, p. 5-9, mar. 2005. Entrevista. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a17v13n3.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

GIÚDICE, Junia Zacour Azevedo Del. **Programa de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Viçosa/MG**: repercussões nos indicadores acadêmicos e na vida pessoal, familiar e social dos beneficiários. Dissertação - Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, 2013. 188 p.

LÁZARO, André et al. Inclusão na Educação Superior. **Cadernos do GEA** n.1(jan./jun. 2012). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012 -V.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 77-95, Julho 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: A Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111916_2013_completo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

OLIVEIRA, Eliana Alves de. **Assistência estudantil**: percepção dos estudantes dos campi I e II do CEFET MG. – Belo Horizonte: FNH, 2011. Disponível em: <http://unihorizontes.br/novosite/banco_dissertacoes/100420131619528114.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.

OLIVEN, Arabela campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007 Disponível em: <http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/pucrs_artigo_2007_ACOliven.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de PósGraduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 114. 2015. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/CAROLINE-CASAGRANDE-PINTO.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/10.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp>. Acesso em: 22 mar. 2015.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. Tradução – **Introdução de “Sistemas de Evaluación del Desempeño para Organizaciones Públicas”**. Disponível em: <<http://www.ppgp2014.caedufjf.net/course/view.php?id=29§ion=1>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. Brasília, 2004. Trabalho apresentado em Brasília, em abril de 2004, no âmbito do calendário oficial de debates sobre a universidade. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://seppir.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes#AA>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

SILVEIRA, Franciene Aparecida da. **As Sociabilidades Juvenis no Programa de Assistência estudantil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, Centro da Saúde, 2014.

TEIXEIRA, Cristiane Lourenço. **Programas Institucionais de Permanência e seus Impactos nas Trajetórias de Estudantes de Origem Popular – O Caso da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp109562.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.

TV INTEGRAÇÃO. **Professores federais cobram transparência na gestão dos recursos públicos da UFJF**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/professores-federais-cobram-transparencia-na-gestao-dos-recursos-publicos-da-ufjf/4427532/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Paris. 1998. Disponível em: <[http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a)

[Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html](#)>. Acesso em: 04 jun. 2015.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Unilab - institucional. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional-2/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

Universidade de Brasília. Decanato de Assuntos Comunitários. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/diretorias/dds/assistenciaestudantil/dds/editais.php>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: <http://www.ufes.edu.br/images/gabreitor/Relatrio_22_09_2015.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Portal UNILA. Disponível em: <www.unila.edu.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

Universidade Federal de Juiz de Fora. Carta Compromisso. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2015/06/05/dialogo-garante-entendimento-e-desocupacao-da-reitoria/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. EDITAL Nº. 01/2014 – PROAE. **Processo para Concessão de Assistência Estudantil – 2014.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2014/03/EDITAL-2014-1-semester-retificado-22.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

_____. Portaria Nº 1.172 de 15 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://www.ufjf.br/prorh/files/2014/10/Portaria-1172-Deleg-compet-DIAF.pdf&sa=U&ei=CFNmVeqMH_DbsAT5soCwDg&ved=0CAcQFjAB&client=internal-uds-cse&usq=AFQjCNFsk9dlixqReIDfOGhVmuP1S3Bm_A>. Acesso em: 28 maio 2015.

_____. Portaria Nº 1.173 de 15 de setembro de 2014. **Atribui funções para a Pró-reitoria de Apoio Estudantil e Educação Inclusiva.** Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prorh/portarias/outras/delegacao-de-competencias/>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. Propostas dos alunos para o apoio estudantil serão levadas ao Conselho Superior. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2014/11/23/propostas-dos-alunos-para-o-apoio-estudantil-serao-levadas-ao-conselho-superior/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. Relatório das atividades da Coordenação de Assuntos Estudantis no triênio 2008 – 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2008/10/Relat%C3%B3rio-das-atividades-da-Coordena%C3%A7%C3%A3o-de-Assuntos-Estudantis-no-tri%C3%AAnio-2008.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

_____. UFJF/APOIO ESTUDANTIL. Esclarecimentos sobre a pré-seleção. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/files/2015/03/Nota-de-Esclarecimento-2.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. UFJF/ APOIO ESTUDANTIL. Modalidades de assistência. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/servicosocial/modalidades-de-assistencia/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2014/09/Relatório-de-Gestão-2014-V14.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Relatório de Gestãi Exercício 2014. Disponível em: <http://ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=2551&_ga=1.58120682.1372296639.1451568974>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal de Pernambuco. Relatório de Gestão. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ufpenova/images/documentos/relatorios/relatoriogestao-2012-2015-volume02.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal do Pará. Relatório de Gestão 2014. Disponível em: <http://issuu.com/proexufpa/docs/relat_rio_proex_2014>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal do Ceará. UFC em números. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/ufc-em-numeros/6906-dados-basicos-2014>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS em números. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/ufrgs-em-numeros>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. Uberlândia: **Ensino Em-Revista**, jul./dez.2010, v.17, n.2, p. 599-616. Disponível em: <http://r.search.yahoo.com/_ylt=A0LEVvKLwxFW.jlApCYf7At.;_ylu=X3oDMTByMG04Z2o2BHNIYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2JmMQR2dGkAw--/RV=2/RE=1444033548/RO=10/RU=http%3a%2f%2fwww.seer.ufu.br%2findex.php%2femrevista%2farticle%2fdownload%2f11361%2f6598/RK=0/RS=hXEyKxzYHqJoiZpEVfbJC4bB3oM->. Acesso em: 03 set. 2015.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista com o Gestor Nacional do PNAES – Diretor de Políticas e Programas para a Graduação da Secretaria de Educação Superior do MEC – Prof. Dr. Dilvo Ilvo Ristoff.

1. Existem estudos sobre a eficácia do Programa PNAES no que diz respeito à redução das taxas de retenção e evasão?
2. Na visão do Ministério da Educação, está correto este direcionamento dos recursos do PNAES somente para o pagamento das Bolsas?
3. Existe, no Ministério da Educação, alguma referência sobre iniciativas de algumas Ifes que atuam mais incisivamente no PNAES com ações que vão além do processo de transferência de recursos?
4. O senhor teria como afirmar que o PNAES, não na forma de sua concepção, mas sim no modo que vem sendo desenvolvido pelas Ifes, está cumprindo seu papel de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior?
5. O Ministério da Educação pensa em instituir alguma ferramenta ou processo de aferição ou avaliação dos resultados acadêmicos dos alunos atendidos com as ações do PNAES?
6. O Ministério da Educação considera viável e legítimo que os alunos apoiados, sobretudo, aqueles que recebem bolsa em pecúnia, complementem seu processo de aprendizagem com o desenvolvimento de atividades específicas de sua formação em setores da Universidade, num número mínimo de horas de trabalho semanais como iniciação ao mundo do trabalho?
7. Existe, no âmbito do Ministério da Educação, algum estudo sobre uma possível revisão do Programa PNAES?
8. Observação: Sinta-se à vontade para acrescentar informações que considere relevantes e que eu não tenha abordado.

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista prévia com alunos

Identificação:

Curso:

Semestre:

Apoiado: () Sim () Não

1. O que você entende por Assistência Estudantil - AE?

2. Como você ficou sabendo da AE?

3. Você conhece a página da PROAE na internet?

Se sim,

3.1 Com que frequência costuma acessá-la?

3.2 Encontrou as informações que procurava?

4. Na sua opinião, qual é o papel da PROAE?

5. Quais são suas expectativas em relação à PROAE?

6. Você conhece as outras modalidades de assistência que a PROAE oferece (Pedagogia e Psicologia)?

Se sim,

6.1 Como ficou sabendo?

6.2 Já utilizou alguma?

6.3 Qual?

6.4 Procurou por indicação de alguém ou por vontade própria?

6.5 O que você achou? Fez alguma diferença na sua vida pessoal, acadêmica e/ou profissional?

6.6 Conhece alguém que já utilizou um dos serviços?

6.7 Qual a opinião deles a respeito?

6.8 Você teria alguma sugestão para melhorar a prestação desse(s) serviço(s)?

7. Você teve conhecimento sobre o ciclo de palestras que oferecemos nos semestres anteriores?

Se sim,

7.1 Como?

7.2 Se interessou por algum tema?

7.3 Se inscreveu ou participou de alguma?

7.3.1 Se se inscreveu e não veio - porquê?

Se não, mostrar a programação e perguntar:

Programação disponível em:

<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/ciclo-de-palestras/>

7.4 É interessante?

7.5 Você participaria de alguma?

7.6 Faltou algum tema?

8. Você teve conhecimento sobre o CINEPROAE?

Se sim,

8.1 Como?

8.2 Se interessou por algum tema?

8.3 Se inscreveu ou participou de alguma sessão?

8.3.1 Se se inscreveu e não veio - porquê?

Se não, mostrar a programação e perguntar:

Programação disponível em:

<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/cine-proae/>

8.4 É interessante?

8.5 Você participaria de alguma sessão?

8.6 Faltou algum tema?

9. Você já ouviu falar no Grupo Fora de Casa?

A vida acadêmica é feita de muitos desafios, e essas dificuldades podem ser potencializadas nos casos em que o estudante encontra-se fora de casa, longe da presença da família, tendo que dar conta de diferentes tarefas não apenas acadêmicas, mas também pessoais.

Sabemos que, em momentos de transição, algumas dificuldades de adaptação podem ocorrer. Cuidar de si é um grande desafio para o estudante, que nesse momento está envolvido em diferentes responsabilidades acadêmicas, pessoais e sociais.

Pensando nisso, a PROAE promove um grupo de encontro para estudantes que estão fora de casa, sendo este um espaço para lidar com as questões emocionais dessa nova fase.

Pretende-se, assim, oferecer um local para troca de vivências, experiências e para a promoção de uma reflexão sobre esse novo momento de vida.

A participação no grupo é voluntária.

VAGAS: em torno de 20 participantes em cada grupo.

ENCONTROS: 1 vez por semana, ao longo do semestre acadêmico

9.1 O que acha da proposta?

10. O que você acha dos horários das atividades? Sugestão?

11. Qual seria a melhor forma de divulgar as atividades da PROAE?

12. O que você acha do processo seletivo para bolsas e auxílios?

13. O que você achou dos novos critérios de seleção do processo de 2015?

14. O que você acha da participação em projetos da universidade como critério para receber a bolsa PNAES?

APÊNDICE C

ENTREVISTA SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

Prezado(a) aluno(a), sou mestranda em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e gostaria de contar com a sua colaboração no sentido de responder a entrevista a seguir sobre Assistência Estudantil. O objetivo é avaliar a percepção dos alunos com relação à Política de Assistência Estudantil na UFJF. Todas as informações fornecidas neste questionário são consideradas estritamente confidenciais e os dados reservados para uso exclusivo da pesquisa. Para esclarecimentos e dúvidas, estarei à disposição pelo e-mail francielet.mestrado@caed.ufjf.br e telefone: (32) 98474-1895. Agradeço antecipadamente. Atenciosamente, Franciele de Souza Trindade.

1 – Gênero: Feminino () Masculino ()

2 – Identidade de gênero: Heterossexual () Gay () Lésbica () Bissexual ()
Transgênero () Transexual () Travesti () Interssexual ()

3 - Estado civil: solteiro () casado/união estável () separado/divorciado () viúvo () Não Respondeu ()

4 - Como declara a sua cor/raça?

Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena () Não respondeu ()

5 - Qual sua Idade:

17 a 20 anos () 21 a 24 anos () 25 a 28 anos () > 29 anos ()

6 - Qual a sua origem escolar: pública () particular () particular com bolsa ()
supletivo público () supletivo particular () outra () Qual _____

7.1 - Nível de escolaridade dos pais:

7.1.1 Pai:

Fundamental incompleto () Fundamental Completo () Médio incompleto () Médio Completo () Curso Técnico () Graduação () Pós Lato Sensu () Mestrado () Doutorado ()

7.1.2 Mãe:

Fundamental incompleto () Fundamental Completo () Médio incompleto () Médio Completo () Curso Técnico () Graduação () Pós Lato Sensu () Mestrado () Doutorado ()

7.2 Atividade Profissional dos pais:

7.2.1 Pai:

Doméstica () Comércio () Empresarial () Profissional liberal () Servidor Público ()
Desempregado () Outros () Especificar _____

7.2.2 Mãe:

Doméstica () Comércio () Empresarial () Profissional liberal () Servidor Público ()
Desempregado () Outros () Especificar _____

8 - Antes de Ingressar na UFJF morava com:

Os pais () Um dos pais () Especificar _____

Outro Parente () Especificar _____ Cônjuge ou Companheiro () Sozinho ()

República () Em instituição () Especificar _____

8.1 - Atualmente mora com:

Os pais () Um dos pais () Especificar _____

Outro Parente () Especificar _____ Cônjuge ou Companheiro () Sozinho ()

República () Em instituição () Especificar _____

9 - Qual o seu curso: _____

10 - Qual o turno em que frequenta as aulas: Diurno () Noturno () Integral ()

11 - Qual motivo para escolha do curso:

Teste vocacional () Vontade própria () Hereditariedade () Mercado de trabalho mais rentável () Outro () Explicar _____

12 - Há quanto tempo estuda na UFJF:

Até 1 ano () De 1 a 2 anos () De 2 a 3 anos () 3 anos ou mais ()

13 - Forma de ingresso na UFJF:

SISU () PISM () Vestibular () Transferência () Mobilidade Acadêmica ()

13.1 - Forma de acesso:

Concorrência Ampla () Cota Racial () Cota Social ()

14 - Já possui outra graduação? Sim () Não ()

14.1 Qual? _____ Particular () Pública ()

14.2 Foi bolsista? Sim () Não ()

14.3 Cotista? Sim () Não () Tipo de Cota: Racial () Social ()

15 - Qual sua modalidade de apoio e há quanto tempo recebe o auxílio:

15.1 - Manutenção ()

Quantos meses: < 6 m () 7 a 12 m () 13 a 18 m () 19 a 24 m () > 25 m ()

15.2 - Moradia ()

Quantos meses: < 6 m () 7 a 12 m () 13 a 18 m () 19 a 24 m () > 25m ()

15.3 - Alimentação ()

Quantos meses: < 6 m () 7 a 12 m () 13 a 18 m () 19 a 24 m () > 25 m ()

15.4 - Transporte ()

Quantos meses: < 6 m () 7 a 12 m () 13 a 18 m () 19 a 24 m () > 25 m ()

15.5 - Auxílio Creche

Quantos meses: < 6 m () 7 a 12 m () 13 a 18 m () 19 a 24 m () > 25 m ()

16 – Outras fontes de apoio financeiro:

Dos pais () De um dos pais () Especificar _____

De outro Parente () Especificar _____

De outras Pessoas () Especificar _____

De outros Entidade () Especificar _____

17 - Complemento o benefício recebido com alguma atividade remunerada (tutoria, monitoria, bolsas de pesquisa ou de ensino ou de extensão, estágio remunerado, aulas particulares, trabalhos de informática (digitações), trabalhos em eventos e festas (garçons, seguranças), comércio informal de roupas e cosméticos, dentre outros).

() Sim _____ () Não

18 - Você acredita que o critério "renda" é o único que deve ser considerado na avaliação para concessão dos benefícios?

Sim () Não ()

18.1 - Você acha que deveriam utilizar outros critérios?

Sim () Não ()

18.2 - Se SIM, quais? Quais critérios para seleção você considera que são importantes na avaliação para concessão dos benefícios?

19 – Como se manteria na universidade se não possuísse os benefícios da Assistência Estudantil?

20 - Na hipótese de perder a bolsa no próximo ano, qual será sua estratégia para se manter na universidade?

21 - Como você retribui, neste momento, a bolsa que recebe?

22 – Como classifica o seu desempenho acadêmico até o momento?

Excelente () Bom () Mediano () Abaixo da média () Insuficiente () IRA: ____

23 – O quanto a condição de aluno apoiado influencia no seu desempenho acadêmico?
Totalmente (.) Em grande parte () Parcialmente () Em absolutamente em nada ()

23 - Já utilizou os outros serviços ou participou de atividades da PROAE? Sim () Não()
Se sim, qual?
Pedagogia() Psicologia() Oficinas e Palestras() Grupo Fora de Casa() CinePROAE ()

24 – Você conhece o PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil e suas principais diretrizes?

Responda as perguntas de 1 a 37 de acordo com sua percepção:

25 – Os estudantes conhecem as ações de Assistência Estudantil (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) oferecidas na UFJF?

25.1 – Em caso positivo, por que você acha que os alunos não participam efetivamente dos demais serviços como participam do processo seletivo de bolsas?

25.2 - Em caso negativo, o que você sugere que façamos para divulgar as ações da PROAE?

26 - As ações da PROAE atendem os alunos da UFJF de forma global em relação às necessidades acadêmicas para uma permanência com qualidade na universidade?

26.1 - Se sim, como?

26.2 - Se não, o que podemos fazer?

27 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) contribuem para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas e psicológicas dos estudantes?

27.1 - Se sim, de que forma?

27.2 - Se não, por quê?

28 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) asseguram aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas?

28.1 – Se sim, como?

28. 2 – Se não, por quê? O que poderia ser feito nesse sentido?

29 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) reduzem os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais?

29.1 – Se sim, como?

29.2 – Se não, por quê? O que poderia ser feito nesse sentido?

30 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) contribuem para a inclusão social?

30.1 – Se sim, como?

30.2 – Se não, por quê? O que poderia ser feito nesse sentido?

31 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) contribuem para a democratização do ensino?

31.1 – Se sim, como?

31.2 – Se não, por quê? O que poderia ser feito nesse sentido?

32 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) garantem a permanência tanto de estudantes de baixa condição socioeconômica quanto dos demais estudantes na UFJF?

32.1 – Se sim, como?

32.2 – Se não, por quê? O que poderia ser feito nesse sentido?

33 - A assistência estudantil é elemento essencial para a conclusão do seu curso? Por quê?

34 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) permitirão que você

conclua o curso no tempo padrão previsto na grade curricular?

34. 1 – Se sim, de que forma as ações te auxiliaram?

34.2 - Se não, o que poderia ser feito nesse sentido?

35 - As ações da PROAE (suporte financeiro, pedagógico e psicológico) exercem alguma influência seu desempenho acadêmico?

35. 1 - Se sim, como?

35.2 - Se não, o que poderia ser feito nesse sentido?

36 - A conclusão de um curso de nível superior permitirá que você ingresse no mercado de trabalho nas mesmas condições dos alunos não apoiados?

36.1 – Se não, por quê?

37 – A oportunidade de ser aluno bolsista atualmente permitirá que seu(s) filho(s) tenham melhores oportunidades futuramente, sem que precisem dos mesmos benefícios?

38 – Você costuma investir o valor da bolsa em sua formação por meio da participação em cursos, congressos, compra de livros, entre outros?

38.1 – Se sim, quais?

38.2 – Se não, por quê?

39 – Você sabia que os alunos beneficiados com o apoio estudantil têm seu desempenho acadêmico acompanhado pela PROAE?

39. 1 – Se sim, você acha que esse acompanhamento resulta em ações que visam a minimizar a evasão e/ou repetência acadêmica?

40 – Qual seria o principal motivo (apenas um) que dificulta(ou) a sua participação nas atividades oferecidas pela PROAE:

1 Informações sobre as ações da assistência estudantil

2 Orientação sobre como funciona a participação dos alunos

3 Tempo disponível para conciliar aula e outras atividades

4 Os horários disponibilizados são incompatíveis com meu horário de aula

5 Não participo(ei) porque não tenho interesse

6 Não percebo nenhuma dificuldade para participar das ações da PROAE

7 Outro, qual? _____

41 - Existe alguma questão que não lhe foi perguntado e que você considera importante ser acrescentada, uma vez que contribuiria para melhoria das ações de assistência estudantil da UFJF?

APÊNDICE D

Termo de Consentimento

Estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido quanto os objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e os possíveis riscos envolvidos na minha participação. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que a minha desistência implique em qualquer prejuízo à minha pessoa ou à minha família, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação, bem como de que a minha participação neste estudo não me trará nenhum benefício econômico.

Direito dos indivíduos de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo: A participação no estudo é voluntária e ao indivíduo confere o direito para recusar-se a participar ou retirar-se do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

Direito dos indivíduos quanto à privacidade: Fica assegurado o direito de privacidade do participante, pois não haverá divulgação de nomes, idade ou qualquer informação que permita a sua identificação.

Publicação das informações: A publicação das informações pertinentes ao estudo ficará restrita à categorização das escritas, identificadas somente por números.

Informação financeira: Os indivíduos que comporão os grupos experimentais serão voluntários sem contrato de trabalho e sem remuneração.

Aceito, livremente, participar do estudo intitulado “O Papel da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no processo de inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora” desenvolvido pela mestrandia Franciele de Souza Trindade, sob a responsabilidade do Professor Dr. Fernando Perlatto (Orientador) e Leonardo Ostwald Vilardi e Lígia Gome do Valle (Co-Orientadores), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Confirmo que os objetivos desta pesquisa estão claros, bem como, minha forma de participação.

Declaro que li e concordo em participar da pesquisa de acordo com o Termo de Consentimento.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 2016